

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**PEDAGOGIA DA CANNABIS:**  
produção de sujeitos nas campanhas sobre o uso medicinal da maconha

Guilherme Maltez Souza

Porto Alegre  
2023



Guilherme Maltez Souza

**PEDAGOGIA DA CANNABIS:**

produção de sujeitos nas de campanhas sobre o uso medicinal da maconha

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais e Educação

Porto Alegre  
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos André Bulhões Mendes (Reitor)

Patricia Pranke (Vice-Reitora)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Liliane Giordani (Diretora)

Aline Cunha (Vice-Diretora)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Fabiana de Amorim Marcello (Coordenadora)

Cláudia Rodrigues de Freitas (Vice-Coodenadora)

CIP - Catalogação na Publicação

Souza, Guilherme Maltez  
Pedagogia da Cannabis: produção de sujeitos nas  
campanhas de uso medicinal da maconha / Guilherme  
Maltez Souza. -- 2023.  
155 f.  
Orientador: Luís Henrique Sacchi dos Santos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. maconha. 2. Campanha Repense. 3. pedagogia da  
cannabis. 4. Estudos Culturais e Educação. 5.  
dispositivo pedagógico. I. Santos, Luís Henrique  
Sacchi dos, orient. II. Título.

Guilherme Maltez Souza

**PEDAGOGIA DA CANNABIS:**

produção de sujeitos nas campanhas sobre o uso medicinal da maconha

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor e aprovada em sua forma final.

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2023.

---

Prof. Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos - Orientador

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosa Maria Bueno Fischer  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Iara Tatiana Bonin  
Universidade Luterana do Brasil

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane Castro Camozzato  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Marcos Alexandre Veríssimo da Silva  
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

Dedicado à Maria Helena.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Pedro Alberto e Maria Helena, por todo o apoio e incentivo.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Educação e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boa parte da minha trajetória (acadêmica, pessoal e profissional) desde o ingresso no curso de Ciências Sociais, em 2007, foi construída através da UFRGS. Graças à Universidade, conquistei os títulos que me possibilitaram atuar como professor no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), nos campi Panambi e São Vicente do Sul, por duas vezes, instituição à qual também sou grato pela experiência e pelas amizades.

Grato ao professor e orientador, Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos, pela coragem de assumir orientandos e orientandas com temas tão diversos. Seu compromisso com a linha de pesquisa "Estudos Culturais e Educação" permite que circule com excelência entre temas variados, sempre relacionados e articulados com o aspecto pedagógico. O Luís, sem dúvidas, foi o orientador certo (e no Programa certo) para a condução deste trabalho. Assim, também sou grato às colegas do grupo orientado pelo Luís, pelas leituras, comentários e sugestões sempre oportunos e pertinentes.

Essa pesquisa não teria sido possível sem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) através da bolsa concedida. A manutenção da bolsa durante o período crítico da pandemia de COVID-19 foi fundamental para o andamento da pesquisa.

Agradeço à Duda pelo amor e companheirismo. Aos amigos e amigas por todas as contribuições, conversas, cervejas, chimarrão, cafés e demais momentos importantes de trocas de ideias. Ora de forma direta, ora nem tanto, são muitos responsáveis para que eu finalizasse esta etapa.

*Se oriente, rapaz  
Pela constatação de que a aranha  
Vive do que tece  
Vê se não se esquece  
Pela simples razão de que tudo merece  
Consideração*

**Oriente – Gilberto Gil**

## RESUMO

A transformação no tratamento público da maconha reflete mudanças significativas em suas representações sociais e destaca estratégias deliberadas para reposicioná-la em um novo contexto. Ao longo do século XX, a maconha foi predominantemente associada ao proibicionismo, enquadrada como crime, desvio e doença. Contudo, a partir da segunda metade do século e, mais pronunciadamente, nos tempos recentes, observa-se um deslocamento da maconha para um terreno cada vez mais vinculado à esfera da saúde. Este novo cenário é caracterizado por discussões sobre qualidade de vida, bem-estar, uso regulamentado e normalização progressiva. A presente tese investiga a emergência do que denomino "pedagogia da cannabis", utilizando a perspectiva dos Estudos Culturais e a abordagem das pedagogias culturais. Esta pedagogia é endereçada a sujeitos preconcebidos, ao mesmo tempo que busca constituir um tipo específico de sujeito. Este sujeito, predominantemente influenciado pelo reconhecimento conferido à área médica, usufrui de um privilégio destacado no âmbito do saber científico. Os materiais analisados incluem produções veiculadas no contexto da pedagogia da cannabis, notavelmente a Campanha Repense, associações de pacientes, cursos e workshops, bem como outros materiais disseminados por meio de diversos canais, como veículos de comunicação, sites e empresas, e que constituem parte integrante de um mercado emergente gerador de biovalor. O conjunto desses materiais atua na forma de dispositivo pedagógico e objetiva produzir sujeitos sob a aura do saber médico-científico. A análise sugere que este conjunto de estratégias, imbuído de caráter educativo e identificado como pedagogia da cannabis, vai ao encontro da grade de inteligibilidade característica do que Michel Foucault denominou racionalidade liberal. O trabalho propõe reflexões acerca das motivações subjacentes à formação de subjetividades orientadas por essa referida racionalidade. Além disso, há também a questão de saber se existem sujeitos excluídos do âmbito da pedagogia canábica. Ao explorar essas questões, a pesquisa pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais relacionadas à cannabis, considerando não apenas os discursos dominantes, mas também as implicações éticas e as relações de poder subjacentes a esse reposicionamento da substância na esfera pública.

**Palavras-chave:** maconha; Campanha Repense; pedagogia da cannabis; Estudos Culturais e Educação; dispositivo pedagógico.

## **ABSTRACT**

The shift in the public treatment of marijuana reflects significant changes in its social representations and highlights deliberate strategies to reposition it in a new context. Throughout the twentieth century, marijuana was predominantly associated with prohibitionism and framed as a crime, deviance, and disease. However, since the second half of the century and more recently, we have witnessed a shift of marijuana towards an increasingly health-related field. This new scenario is characterized by discussions about quality of life, well-being, regulated use and progressive normalization. This thesis investigates the emergence of what I call a "cannabis pedagogy", using the perspective of cultural studies and the approach of cultural pedagogy. This pedagogy addresses preconceived subjects, while at the same time attempting to constitute a specific type of subject. This subject, mainly influenced by the recognition of the medical field, enjoys a privileged position within the framework of scientific knowledge. The materials analyzed include productions disseminated in the context of cannabis pedagogy, in particular the Repense Campaign, patient associations, courses and workshops, as well as other materials disseminated through various channels, such as media, websites and companies, which form part of an emerging market that generates biovalue. The set of these materials acts in the form of a pedagogical device and aims to produce subjects under the aura of medical-scientific knowledge. The analysis suggests that this set of strategies, imbued with an educational character and identified as cannabis pedagogy, corresponds to the intelligibility grid characteristic of what Michel Foucault called liberal rationality. The work proposes reflections on the motivations underlying the formation of subjectivities guided by this aforementioned rationality. In addition, there is also the question of whether there are any subjects excluded from the scope of cannabis pedagogy. By exploring these questions, the research aims to contribute to a deeper understanding of the social dynamics related to cannabis, considering not only the dominant discourses, but also the ethical implications and power relations underlying this repositioning of the substance in the public sphere.

**Keywords:** marihuana; Repense Campaign; cannabis pedagogy; Cultural Studies and Education; pedagogical device.

## RESUMEN

La transformación en el tratamiento público de la marihuana refleja cambios significativos en sus representaciones sociales y pone de relieve estrategias deliberadas para reposicionarla en un nuevo contexto. A lo largo del siglo XX, la marihuana se asoció predominantemente con el prohibicionismo, enmarcado como un crimen, una desviación y una enfermedad. Sin embargo, a partir de la segunda mitad del siglo y, de forma más acusada, en los últimos tiempos, asistimos a un desplazamiento de la marihuana hacia un ámbito cada vez más vinculado al ámbito de la salud. Este nuevo escenario se caracteriza por discusiones sobre calidad de vida, bienestar, uso regulado y normalización progresiva. Esta tesis investiga el surgimiento de lo que llamo "pedagogía del cannabis", utilizando la perspectiva de los Estudios Culturales y el enfoque de las pedagogías culturales. Esta pedagogía se dirige a sujetos preconcebidos, al mismo tiempo que busca constituir un tipo específico de sujeto. Esta materia, influenciada predominantemente por el reconocimiento otorgado al campo médico, goza de un privilegio destacado dentro del ámbito del conocimiento científico. Los materiales analizados incluyen producciones difundidas en el contexto de la pedagogía del cannabis, en particular la Campaña Repense, asociaciones de pacientes, cursos y talleres, así como otros materiales difundidos a través de diversos canales, como medios de comunicación, sitios web y empresas, y que forman parte del parte de un mercado emergente que genera biovalor. El conjunto de estos materiales actúa como un dispositivo pedagógico y tiene como objetivo producir sujetos bajo el aura del conocimiento médico-científico. El análisis sugiere que este conjunto de estrategias, imbuidas de un carácter educativo e identificadas como pedagogía cannábica, responden a la grilla de inteligibilidad característica de lo que Michel Foucault denominó racionalidad liberal. El trabajo propone reflexiones sobre las motivaciones que subyacen a la formación de subjetividades guiadas por esta racionalidad antes mencionada. Además, también surge la pregunta de si hay sujetos excluidos del ámbito de la pedagogía del cannabis. Al explorar estas cuestiones, la investigación pretende contribuir a una comprensión más profunda de la dinámica social relacionada con el

cannabis, considerando no sólo los discursos dominantes, sino también las implicaciones éticas y las relaciones de poder que subyacen a este reposicionamiento de la sustancia en la esfera pública.

**Palabras clave:** marihuana; Campaña Rense; pedagogía del cannabis; Estudios Culturales y Educación, dispositivo pedagógico.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Charge de André Dahmer .....	15
Figura 2 – Cena do curta “Illegal” .....	39
Figura 3 – Cena do curta “Illegal” .....	40
Figura 4 – Cena do curta “Illegal” .....	41
Figura 5 – Cena do curta “Illegal” .....	42
Figura 6 – Cena do curta “Illegal” .....	42
Figura 7 – página 10 do catálogo da ABRACE .....	49
Figura 8 – página 11 do catálogo da ABRACE .....	49
Figura 9 – página 12 do catálogo da ABRACE .....	50
Figura 10 – página inicial da associação Aliança Verde .....	51
Figura 11 – Página da associação Aliança Verde no LinkedIn.....	52
Figura 12 – Tela inicial da associação Liga Canábica.....	54
Figura 13 – página inicial da associação Cultive.....	56
Figura 14 – Printscreen do menu de acesso ao óleo de cannabis no site da Cultive.....	56
Figura 15 – página inicial da associação APEPI .....	57
Figura 16 – Livreto educacional da APEPI.....	58
Figura 17 – página inicial da associação AMA+ME .....	59
Figura 18 – página inicial da AbraCannabis.....	60
Figura 19 – Página inicial do site “Campanha Repense”, parte 1 .....	63
Figura 20 – Página inicial do site “Campanha Repense”, parte 2 .....	64
Figura 21– Página inicial do site “Campanha Repense”, parte 3 .....	66
Figura 22 – Página disponível na guia “Saúde” do site “Campanha Repense” .....	68
Figura 23 – Página disponível na guia “Saúde” do site “Campanha Repense” .....	69
Figura 24 – Página disponível na guia “Saúde” ao clicar sobre “Ep”.....	70
Figura 25 – Página disponível na guia “Associações”, Liga Canábica .....	72
Figura 26 – Página disponível na guia “Sobre a campanha” .....	73
Figura 27 – Panfleto da ASCAMED .....	99
Figura 28 – Conteúdo interno do panfleto da ASCAMED .....	100
Figura 29 – Adaptação da obra “O filho do homem”, de René Magrite, para edição especial do jornal “Meio” .....	120
Figura 30 – Reprodução da seção “Sobre nós”, no site The Cannigma.....	122
Figura 31 – Parte inferior da seção “Sobre nós” do site The Cannigma.....	124
Figura 32 – Printscreen de artigo disponível na página “The Cannigma” .....	125

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>Primeiras palavras</b> .....	<b>15</b>
<b>Sobre esta pesquisa</b> .....	<b>21</b>
<b>Organização do trabalho</b> .....	<b>34</b>
<b>1 CAMPANHA REPENSE, ASSOCIATIVISMO CANÁBICO E A AUTORIDADE MÉDICA</b> .....	<b>36</b>
<b>1.1 As associações de pacientes</b> .....	<b>47</b>
<b>1.1.1 Abrace</b> .....	<b>48</b>
<b>1.1.2 Aliança Verde</b> .....	<b>50</b>
<b>1.1.3 Liga Canábica</b> .....	<b>53</b>
<b>1.1.4 Cultive</b> .....	<b>55</b>
<b>1.1.5 Apepi</b> .....	<b>57</b>
<b>1.1.6 Ama+Me</b> .....	<b>59</b>
<b>1.1.7 Abracannabis</b> .....	<b>60</b>
<b>2 A EMERGÊNCIA DA PEDAGOGIA DA CANNABIS</b> .....	<b>61</b>
<b>2.1 Perspectivas teóricas para pensar a pedagogia da cannabis</b> .....	<b>74</b>
<b>3 DISPOSITIVO NA PEDAGOGIA DA CANNABIS</b> .....	<b>85</b>
<b>3.1 Elementos constitutivos da pedagogia da cannabis</b> .....	<b>96</b>
<b>4 ENDEREÇAMENTO E PRODUÇÃO DE SUJEITOS NA PEDAGOGIA DA CANNABIS</b> .....	<b>111</b>
<b>4.1 Modo operacional da pedagogia da cannabis</b> .....	<b>114</b>
<b>4.2 Evidências científicas utilizadas para legitimar a defesa do uso medicinal da cannabis</b> .....	<b>127</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>149</b>

## INTRODUÇÃO

Figura 1 – Charge de André Dahmer



### Primeiras palavras

A maconha tem circulado em uma espécie de campo dicotômico entre o bem e o mal, a doença e a cura, a vida e a morte, entre tantos quantos forem os pares dicotômicos possíveis. Mais recentemente essa circulação tem assumido também a forma de um embate (mais do que a flutuação entre pares dicotômicos, posicionados em lados opostos) num dado gradiente, entre droga e medicamento – ou melhor dizendo, como e de que forma ela (a cannabis<sup>1</sup>) é usada como droga e como e de

---

<sup>1</sup> A maconha é uma planta que já passou por diversos processos históricos e científicos. Devido sua importância à época, foi nomeada pelo botânico Carolus Linnaeus, considerado pai da classificação

que forma ela (a maconha) é usada como medicamento? Entretanto, as posições manifestas sobre a maconha a partir desses pares dicotômicos jamais concebem a planta em si como alheia ao que se diz sobre ela. Ela é sempre referida a partir de um determinado lugar, seja daquele dos médicos prescritores da cannabis medicinal ou daquele dos médicos proibicionistas, como Osmar Terra e o coletivo institucional representado pelo Conselho Federal de Medicina<sup>2</sup>. Essas dicotomias são orientadas por interesses e por racionalidades que estão longe de ser neutras e objetivas, querendo chegar ao cerne daquilo que a planta “realmente é”: droga ou remédio, doença ou cura. Em suma, se ela, a planta ou seus diferentes derivados, é “do bem” ou “do mal”. Pode-se dizer que as questões postas como problemáticas em relação à maconha são invariavelmente atravessadas a partir de práticas (discursivas e não discursivas) que foram amplamente difundidas durante quase todo o século XX – e cujos efeitos, de diferentes campanhas (de difamação, tal como exploro a seguir) ao longo do tempo, permanecem em vigor: se trata de uma droga que causa dependência; é “porta de entrada” para outras drogas; a decorrência de uma vida a partir de seu uso levaria em direção à morte. A ambivalência entre droga-medicamento se torna automática se transpusermos essa “realidade” para o que tem sido dito em boa parte dos discursos e materiais que circulam em torno da cannabis medicinal.

Neste trabalho, entretanto, não pretendo oferecer ao leitor uma impressão tão simplificada e ambivalente sobre a maconha/cannabis. Caso seja bem sucedido neste exercício, essa impressão ficará evidente ao longo do texto, porém é importante mencioná-la aqui no que concerne à complexidade relacionada à maconha/cannabis. Partindo de uma analogia bastante simples, chocolate e café<sup>3</sup>,

---

biológica. Portanto, a planta não é mera dádiva do mundo natural, mas um produto de múltiplas intervenções humanas ao longo da história. Seus usos e significados sociais são atravessados por diferentes regimes de regulação, moralização e valorização. Não podendo ser compreendida como entidade isolada, a cannabis pode ser vista como uma rede que envolve ciência, direito, ética e saúde.

<sup>2</sup> Osmar Terra é médico e ex-ministro de Estado. Ocupou o Ministério da Cidadania durante o governo Jair Bolsonaro. O Ministério da Cidadania foi criado em 2019, resultado da fusão entre o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura. A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM), publicaram, em 2019, o “Decálogo sobre a maconha”. No documento afirmam a inexistência de usos medicinais da maconha/cannabis. Ver: <https://www.abp.org.br/post/abp-e-cfm-decalogo-maconha>. Acesso em: julho de 2023.

<sup>3</sup> Sobre o chocolate e o café, considero que a leitura de um amplo conjunto de publicações e trabalhos que vem tratando da temática das drogas desde a perspectiva das Ciências Humanas e Sociais, permite apontar que este é um exemplo superficial. A partir de discursos produzidos pela racionalidade das áreas biomédicas, através de pretensa, embora reiterada e disseminada,

por exemplo, contêm esses mesmos atributos de fazerem mal (devido ao excesso, contribuindo, por exemplo, no desenvolvimento do diabetes no caso do chocolate, e de gastrite no caso do café, entre outros problemas relacionados à saúde) e fazerem bem (proporcionarem sensação de prazer, compõem parte de uma refeição, além de promoverem ocasiões de sociabilidade). No entanto, não nos pegamos refletindo sobre eles como sendo coisas boas ou más. “Ouvimos dizer” que podem fazer mal, mas seu status como “alimentos” legalizados, comercializados em larga escala e propagandeados em diferentes mídias continuam praticamente sem nenhum problema. Não costumamos pensar neles como algo a ser combatido com a moralidade que cerca a maconha, tampouco cogitamos proibi-los. Já há algum tempo, pelo menos desde o final do século XIX, a planta da maconha, *Cannabis sativa*, (e os produtos dela derivados) passou a sofrer um processo de difamação, por assim dizer, que contribuiu para o desenvolvimento de um estigma próprio, que encontramos atualmente somente em drogas como cocaína, crack, LSD e outras. A compreensão desse processo de difamação e estigma são cruciais para entendermos e superarmos o imbrólio em torno da dicotomização instaurada acerca da planta, de seus usos e produtos derivados.

A colocação, portanto, da maconha ou cannabis dentro do rol de substâncias que caracterizamos popularmente como “droga” contém a chave para a compreensão desse estigma a ela relacionado. O emprego do termo “droga/s”, como explorou Vargas (2008, p. 41), a partir da lição de Paracelso de que “a dose faz o veneno”, supõe

uma categoria complexa e polissêmica que recobre e reúne, por vezes, de modo marcadamente ambíguo, como também isola e separa, tantas vezes de modo instável, matérias moleculares as mais variadas. Ela também propõe que essas matérias moleculares constituem objetos sócio-técnicos que, embora sempre possam ser distinguidos conforme as modalidades de uso (matar, tratar, alimentar, por exemplo), não comportam diferenças intrínsecas absolutas ou essenciais, mas sempre e somente diferenças relacionais. Pois sucede às drogas (e aos medicamentos e alimentos) o mesmo que às armas (e às ferramentas): tais objetos sócio-técnicos permanecem integralmente indeterminados até que sejam reportados aos agenciamentos que os constituem enquanto tais.

---

autoridade da ciência, que tem circulado em diferentes mídias informacionais, é que existe esse entendimento de que café e chocolate produzem adição e/ou vício. De qualquer modo, o que busquei ressaltar são as inconsistências sociais e morais em relação a diferentes substâncias.

Os diferentes pares dicotômicos referidos quando discutimos uma substância como maconha ou cannabis devem ser considerados a partir desta particularidade. Entre vida e morte, saúde e doença, cura e veneno, as fronteiras são aparentemente bem definidas no âmbito do senso comum, sendo um entendimento tácito e diretamente assimilado, de modo geral. Porém, quando se trata da maconha/cannabis, estamos diante de um objeto que contém em si ambos os pares atribuídos a partir dos seus efeitos e do conhecimento adquirido à respeito da planta. Os pares aparentemente dicotômicos e antagonistas apresentados tornam-se gradientes. Penso que, diante dessa particularidade, ou seja, um mesmo objeto conter em si esses mesmos atributos, é possível dissolver a fronteira e adentrar nas diferentes nuances possíveis entre uma coisa e outra. Pois, assumindo que drogas sejam objetos sociotécnicos, e seguindo Vargas (2008), podemos pensar também que a própria maconha/cannabis permanece indeterminada até que sejam colocados em cena os agentes e os agenciamentos que constituem, classificam e falam sobre a planta de um modo ou de outro, em cada tempo. Em outras palavras, penso que seja possível encontrar (ou construir) um lugar em que ela, a maconha, não seja nem intrinsecamente boa e nem intrinsecamente má devido às características, mas alguma coisa cujo uso, bem como o entendimento a respeito dos possíveis usos, estão em disputa. É neste sentido que o emprego recorrente de maconha/cannabis atua como uma forma de tensionamento e de colocar em suspeição a referida indeterminação, isto é, de a maconha ser, por exemplo, utilizada para fins recreativos, e de a cannabis ser utilizada para fins medicinais. As diferentes frentes que concorrem para definir o lugar que ela “ocupará afinal”, em um dado tempo, constituem uma arena de debates profícua para a discussão proposta neste trabalho, tanto para que se possa ir além da própria maconha e seu lugar na sociedade brasileira quanto para apontar as disputas de poder que envolvem as áreas biomédicas, bem como, o debate em torno da legitimidade da ciência, os interesses políticos que a circundam e as maneiras como os diferentes atores envolvidos, sejam especialistas ou não, são mobilizados neste processo.

Como será discutido adiante, é possível identificar que os sentidos da maconha/cannabis estão em disputa. Muitos atores estão em cena para conduzir a maneira como a planta *Cannabis sativa* é concebida e significada. Uma concepção oriunda da Antiguidade grega a consideraria a partir das substâncias classificadas como *phármakon*, a origem etimológica do fármaco, termo que atualmente designa

boa parte dos medicamentos modernos. O *phármakon* dos gregos antigos se referia a algo que pode trazer tanto o bem, quanto o mal, capaz de manter a vida ou causar a morte, em suma, tanto remédio quanto veneno. A famosa a frase *dosis sola facit venenum*, que traz a ideia de que a dose faz o veneno, atribuída a Paracelso (médico, alquimista e físico do século XVI), representa bem a noção de fármaco como foi pensada pelos gregos. Com a maconha, portanto, temos o seguinte caso: uma planta vem transitando historicamente entre duas modulações distintas, uma capaz de fazer viver e a outra de fazer morrer.

Neste texto, opero com a cannabis-maconha a partir daquilo que Latour (2012) chama de actante: algo que age sobre humanos tanto quanto os humanos agem sobre ela. Nessa esteira, considero que uma posição simétrica<sup>4</sup> em relação à maconha, seja aquela que a considera, como propôs Vargas (2008) a respeito dos fármacos, como um objeto sociotécnico. Nesta direção, trata-se, portanto de algo que escapa da sua definição exclusivamente farmacológica, jurídico-legal, moral, econômica ou política, mas que é constituída nesta própria rede de associações possíveis. No início do livro *Jamais fomos modernos*, quando trata da “proliferação dos híbridos”, Latour nos introduz suas ideias apresentando alguns destaques lidos em um jornal. Ele dizia:

O mesmo artigo mistura, assim, reações químicas e reações políticas. Um mesmo fio conecta a mais esotérica das ciências e a mais baixa política, o céu mais longínquo e uma certa usina no subúrbio de Lyon, o perigo mais global e as próximas eleições ou o próximo conselho administrativo. As proporções, as questões, as durações, os atores não são comparáveis e, no entanto, estão todos envolvidos na mesma história (Latour, 2013, p. 7).

O caminho proposto aqui, de investigar esta nova maneira de associar a maconha (não-humano) ao social (composto de humanos), na esteira da teoria do ator-rede de Latour, pretende, em alguma medida, seguir a sua proposta no sentido de entender que o social é o resultado das associações e mediações estabelecidas entre humanos e não humanos, e não algo fixo e estabelecido capaz de “explicar” o

---

<sup>4</sup> Latour, no livro *Jamais fomos modernos*, se destaca na busca de superar a oposição entre sujeito e objeto, entre seres humanos e não humanos, entre sociedade e natureza e entre ciências humanas e ciências naturais. O princípio da simetria procura analisar natureza e sociedade com igualdade de tratamento, dando importância aos híbridos e reconciliando a separação dicotômica entre sujeitos e objetos. A abordagem permite que sujeitos e objetos se apresentem à teoria social de maneira desafiadora à antropologia moderna. A Antropologia Simétrica, por fim, é considerada uma crítica aos “grandes divisores” que fundaram a antropologia.

mundo. Nas palavras desse autor, sua intenção, apresentada no livro *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*, é

mostrar por que o social não pode ser construído como uma espécie de material ou domínio e assumir a tarefa de fornecer uma “explicação social” de algum outro estado de coisas. Embora semelhante projeto tenha sido produtivo e talvez necessário no passado, deixou inteiramente de sê-lo graças, em parte, ao êxito das ciências sociais. Na fase atual de seu desenvolvimento, já não é possível precisar os ingredientes que entram na composição do domínio social. Tenciono, pois, redefinir a noção de social remontando a seu significado primitivo e capacitando-o a rastrear conexões novamente (Latour, 2012, p. 18).

É esta capacidade de rastrear conexões que busco, ao mapear as associações ou conexões possíveis da maconha com a sociedade contemporânea. Em outras palavras, rastrear tais conexões passa por explorar nosso tempo presente, neste momento em que uma mudança é mobilizada pelos diferentes atores já referidos, e retomar o momento imediatamente anterior, que vigorou durante boa parte do século XX, com a participação efetiva de campos sociais muitas vezes semelhantes aos que agora se mobilizam para alterar o status da maconha para cannabis. Fazendo esse movimento, busco me aproximar desta proposta bastante particular e específica da Antropologia das Ciências, a qual, como o próprio Latour (2004) destacou em uma entrevista, aplicou métodos etnográficos à distinção entre Natureza e Cultura (uma natureza, múltiplas culturas) tão cara à Modernidade (Latour, 2013). Na mesma entrevista (Latour, 2004), o autor comentou as dificuldades sobre a filiação àquilo que fazia em termos de produção de conhecimento a partir dos diferentes nomes (Antropologia das Ciências, *Science Studies*, História da Ciência, etc.) que os estudos que desenvolveu com os demais colegas recebeu, e que, em vez disso, seria mais fácil definir o que estudou como objetos híbridos, “coisas que constituem causas” (p.398).

Assim, seguindo a esteira de uma “sociologia de associações”, em contraste a uma “sociologia do social”, proponho pensar a maconha (e as drogas) não como um objeto que deva ser explicado pelos seus aspectos e efeitos sociais, mas, a partir dela mesma como objeto (híbrido), reestabelecendo associações, conexões ou mediações possíveis que constitui com humanos, até que se torne uma “questão social”. Desde tal proposição, em linhas gerais, uma das perguntas que guia este trabalho pode ser assim apresentada: **é possível pensar a veiculação da maconha medicinal como parte de um processo contemporâneo de purificação da**

**maconha em diferentes campos como o científico, legal, moral, econômico entre outros? A que sujeitos a veiculação de um discurso da maconha medicinal se endereça? Que tipo de sujeitos são produzidos, se considerarmos que esse processo se dá através de uma Pedagogia da Cannabis? Quais as estratégias de ação sobre eles?** Ao buscar responder tais questões, outras se abrem e que procuro abordar em alguma medida ao longo do texto tais como “a maconha” vem se tornando um fato científico ou cientificamente possível? Que tipos de sujeitos estão envolvidos nessa construção, quais são os novos sujeitos que estão emergindo e quais são os efeitos sobre os prováveis sujeitos destinatários da campanha, que conduzem (ou que se quer fazer conduzir) suas ações através de orientações, recomendações e instruções produzidas com lastro científico? Se tais movimentos ocorrem, creio que a compreensão sobre o que são drogas, ou maconha, está sendo (re)mobilizada por meio de estratégias que não só atingem determinados sujeitos como visam a produção de determinados sujeitos. É a descrição desta rede, sua composição, articulações e desdobramentos que almejo apresentar neste trabalho.

### **Sobre esta pesquisa**

Minha relação com este tema vem desde o mestrado (Souza, 2017), em que pesquisei a respeito do discurso antiproibicionista<sup>5</sup> produzido nos editoriais do jornal Folha de S. Paulo entre 2009 e 2013. Foram analisados os textos da Folha a partir do conceito de dispositivos pedagógicos da mídia (Fischer, 1997, 2001, 2002) e, sintetizando o argumento defendido no referido trabalho, foi sugerido que a Folha oferecia a seus leitores o tema da maconha a partir de uma grade de inteligibilidade

---

<sup>5</sup> Proibicionismo é uma abordagem que se origina na política de controle de drogas, baseado no entendimento de que o seu uso e comercialização constituí um problema moral e social, que deve ser combatido por meio da proibição e da repressão. Essa abordagem tem suas raízes no final do século XIX, quando movimentos de temperança e puritanismo buscavam proibir o uso de álcool e outras substâncias consideradas viciantes. A política de proibição das drogas foi formalizada no início do século XX, com a criação de leis que criminalizaram o uso e o tráfico de drogas em muitos países. Essa abordagem é criticada por muitos cientistas sociais, que apontam os efeitos negativos que a proibição pode ter, como a criminalização de usuários (Saad, 2013; Souza, 2015; Torcato, 2016), a violência associada ao tráfico de drogas (Rodrigues, 2004) e a falta de acesso a tratamentos para problemas relacionados ao uso de drogas.

liberal: os textos jornalísticos educando seus leitores através de uma racionalidade liberal<sup>6</sup>.

Desde aquele momento, foi possível mapear movimentos como a proibição da Marcha da Maconha pelo Superior Tribunal Federal e seus desdobramentos, assim como as primeiras discussões na esfera pública a respeito da legalização da maconha no Uruguai. Na ocasião, busquei defender a existência da produção de um discurso orientado pela racionalidade neoliberal como descrita por Foucault (2008), em seu curso sobre o “Nascimento da biopolítica”. Naquela pesquisa, inseri termos-chave no buscador do Google Acadêmico, como maconha, cannabis e drogas na tentativa de mapear a discussão como um todo. Devido à diversidade de campos acadêmicos, o mapeamento se transformou apenas num grande depósito online de artigos produzidos pela Medicina, Biologia, Química, Farmácia, Sociologia, História, Direito e Economia. Isso porque a maconha ou a cannabis nem sempre foram a mesma ao longo do tempo. Dentro de uma mesma área existem controvérsias – como demonstrou Fiore (2007) a respeito das controvérsias médicas sobre drogas e seus usos. Além de manter ligada uma espécie de antena para tudo aquilo que fosse relativo ao tema da maconha-cannabis e, conseqüentemente, sobre drogas e fármacos no geral, seus usos e suas diferentes formas de agência, também mantive interesse sobre o que entendia como a racionalidade que orientava o debate na esfera pública, qual seja a racionalidade liberal. Segundo Foucault (2008), o liberalismo não pode ser única e exclusivamente compreendido e analisado a partir da perspectiva econômica, mas como uma grade de inteligibilidade que busca se contrapor a uma dada racionalidade de Estado. Enquanto a racionalidade de Estado busca sobredeterminar a gestão de todas esferas da vida, a racionalidade liberal parte do pressuposto de que o Estado deve abdicar de gerir a política e, também, a vida, de modo geral, e atribuir ao mercado esse papel. Há, aqui, a noção de que o melhor governo é aquele que governa o menos possível; que é preciso deixar que os indivíduos mesmo façam aquilo que o governo deveria fazer, o *laissez-faire*.

---

<sup>6</sup> Na ocasião dos seus 80 anos, a Folha de S. Paulo publicou o resultado de uma pesquisa entre seus leitores, destacando como suas características a renda e escolaridade altas, e uma visão liberal. Ver: [https://www1.folha.uol.com.br/foha/80anos/quem\\_e\\_o\\_leitor.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/foha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml). Acesso em: agosto de 2023. Em uma pesquisa seguinte, a Folha afirmou que seu leitor é “ultraqualificado”, “no topo da pirâmide social”. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-foha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em: agosto de 2023.

O princípio basilar da doutrina liberal é o *laissez-faire*, o deixar fazer livremente, sem intervenção de autoridades reguladores. É um princípio caro ao liberalismo a noção de que onde não há governo, há liberdade. Esse princípio é transportado para o campo da atividade econômica, das trocas, das relações de produção, circulação e de compra e venda no mercado. Encontramos aí um espaço onde é fundamental o Estado não agir, estar ausente, ou agir de modo a mediar ou facilitar. Desde esse entendimento, o mercado agiria por si só, de maneira a satisfazer as necessidades da sociedade civil. Este princípio parece orientar, por exemplo, a maneira como a Folha escolheu abordar a forma como o Uruguai regulamentou a maconha, em 2013. Em 19 de junho de 2011, a Folha escreveu o editorial com o título “Legalizar as drogas”, defendendo a ideia de que o Brasil deveria acelerar o “debate na direção de rever proibição da maconha e outras substâncias” (Souza, 2017, p. 103); em 23 de junho de 2012, o editorial deu seu parecer sobre as medidas que o governo uruguaio pretendia adotar (e adotou) para a legalização do comércio da maconha: “*O Estado se encarregaria de plantar, certificar e vender o produto, uma oportunidade para tributação (e para corrupção)*” (idem, p. 113). A frase destacada associa, ao mesmo tempo em que naturaliza esse entendimento, as atividades próprias do Estado, como tributação, à corrupção, uma ação que vem veementemente sendo condenada e que serve como ponto de partida para conduzir uma racionalidade ligada ao campo da política. Em 22 de outubro de 2012, no editorial “Kit Uruguaio”, a Folha encerra o artigo dizendo que “*a ideia de estatizar o plantio e a distribuição soa extravagante*” (idem, p. 116).

Através da análise dos textos editoriais do jornal Folha de S. Paulo, demonstrei que esse jornal oferece aos seus leitores uma racionalidade distinta da usual sobre as drogas. A Folha faz circular o que chamei de um discurso antiproibicionista, sobretudo quando o assunto é a maconha. Se durante muito tempo a abordagem que liga a maconha ao crime prevaleceu nos meios de comunicação, na Folha, por exemplo, é comum ver o assunto ligado a pesquisas científicas, saúde, mercado e negócios, fazendo circular uma racionalidade liberal em seu discurso sobre a maconha. Assim, desde a análise empreendida foi possível dizer que, para os leitores da Folha, a questão da maconha aparece como chave para um assunto filosófico, por assim dizer, visto que, no que diz respeito às nossas liberdades individuais (e uma vez que também se refere a um modelo de

sistema econômico, se valendo igualmente de uma prerrogativa da liberdade), o jornal coloca em questão até que ponto o Estado deve interferir no mercado. Em outras palavras, a maconha, nas páginas da Folha, se torna mais um tema acerca do qual se pode falar de liberdade e de liberalismo.

Para além dessa função pedagógica ocorrendo nos meios de comunicação, dentre os quais destaquei a Folha de S. Paulo, é em torno da ciência e da medicina que se reúnem atualmente as principais redes de atores que encabeçam o debate público sobre a maconha. A ciência, em um sentido amplo, e a medicina, em um sentido mais estrito, são consideradas possuidoras do saber hegemônico a respeito do que consideramos drogas, especialmente quando nos referimos às drogas utilizadas como medicamentos ou aos efeitos “nocivos” das drogas no cérebro e, portanto, no corpo e no comportamento. Porém, desde o final do último século, e de forma ainda mais acentuada ano após ano, até os dias de hoje, é desde dentro do próprio saber médico que vem surgindo uma forma diferente de produzir enunciados sobre a maconha – e tal debate não vem sendo conduzido somente pela área médica. É preciso considerar também o papel das associações de pacientes, de alguns congressistas e profissionais da área jurídica, além do papel da imprensa e do eventual envolvimento de demais representantes da sociedade civil, através de abaixo-assinados, atos e manifestações como a Marcha da Maconha (Brandão, 2013, 2020; Lanças, 2018). O importante aqui é destacar que a maconha vem promovendo tensão/controvérsias a partir dos novos aportes tecnobiomédicos em razão de pesquisas virem mostrando as possibilidades terapêuticas advindas de uma planta até há pouco considerada apenas como uma droga (Malcher-Lopes e Ribeiro, 2007).

É de suma importância, neste contexto, o papel de mídias especializadas em divulgação científica (Luz, Ferla, Machado e Dall’Alba, 2017; Luz e Machado, 2017) e a crescente influência de profissionais e *experts* que adquiriram maior espaço no debate público (vide o exemplo de Atila Iamarino e sua atuação em redes sociais, blogs pessoais e podcasts, atingindo também grande participação em veículos “clássicos” de comunicação, como colunas em jornais e participação em programas televisivos). Portanto, é bastante ampla a rede mobilizada em torno do debate sobre a cannabis medicinal, envolvendo famílias, entidades jurídicas, representantes da área da saúde e da biomedicina, bem como de toda a sorte de *experts* que surgem como especialistas no tema.

Considero necessário caracterizar com maior precisão o que está sendo denominado recorrentemente de medicina e o seu atual estágio, de uma era da biomedicina, ou tecnobiomedicina (Ortega, 2008; Vargas e Ramos, 2008). Essa discussão será aprofundada em seção dedicada a explorar o que chamarei de uma revisão acerca da cannabis medicinal, descrevendo o contexto em que torna possível que, a partir da medicina (compreendida como tecnobiomedicina), a cannabis medicinal se constitua em um artefato-produto que, para circular em diferentes instâncias, precisa de um trabalho de *advocacy* que a legitime frente a uma opinião pública mais informada. Por ora, entretanto, destaco que entendo a tecnobiomedicina como a “vinculação da racionalidade médica com o conhecimento produzido por disciplinas científicas do campo da Biologia agregadas à racionalidade tecnológica contemporânea” (Vargas e Ramos, 2008, p. 175).

A presente pesquisa pretende mapear essa transformação, as questões que atravessam essa disputa, seus atores e fazer emergir as racionalidades que orientam as diferentes visões, que, simplificando, procuram: a) alterar esse estatuto da maconha no discurso (seja o discurso médico, da saúde, no campo político etc.) e “empurrar” a cannabis para a noção de remédio b) ou manter a maconha no lugar que foi colocada desde o início do século XX, qual seja, o de uma droga, um mal social, um comportamento criminoso, que vicia, contamina, contagia e “abre as portas para outras drogas”. Para fazer isso, trabalharei com diferentes materiais, os quais considero cumprir uma série de propósitos desta tese.

Apresentarei o material em capítulo específico, mas adianto que o conjunto de materiais que considero pertinentes para a pesquisa é composto pelos seguintes elementos: 1) a Campanha Repense, através de seus textos, vídeos, curtas e longa-metragem; 2) as associações de pacientes que atualmente compõem a referida Campanha através da sua caracterização histórica, objetivos, frentes de atuação, composição e materiais produzidos por elas, nos quais antevejo uma “função pedagógica” para o tipo de indivíduo que pretendem atingir, procurando orientar suas ações, de modo bastante genérico, “pela ciência”; 3) os eventos que descrevo de modo amplo como de divulgação científica, voltados para o público interessado na cannabis medicinal, e os cursos de especialização destinados à formação de *experts* no tema da cannabis medicinal. Outros materiais aparecem pontualmente para dar ênfase a determinados assuntos, como os vídeos das sessões sobre o

Projeto de Lei 0399/2015, que trata dos medicamentos à base de cannabis, no canal da Câmara dos Deputados na rede social YouTube, ou reportagens, entrevistas e textos publicados na imprensa a respeito da cannabis medicinal. Porém, considero que as três frentes de materiais elencadas podem oferecer o que chamo, antecipadamente, de uma Pedagogia da Cannabis, voltada para a formação de um tipo de sujeito específico, que busca orientar suas ações a partir dos conhecimentos científicos.

Este trabalho toma como ponto de partida, para ingressar na discussão apresentada a respeito da situação da maconha, a Campanha Repense, que atualmente consiste da reunião de sete associações de pacientes de cannabis medicinal. A campanha iniciou em 2014, com a história de Anny Fischer e a produção do curta-metragem “Illegal”, além de outros três: “Dor”<sup>7</sup>, “Luta”<sup>8</sup> e “(In)Justiça”<sup>9</sup>. Naquele mesmo ano, a campanha promoveu um financiamento coletivo chamado “Repense: uma campanha de conscientização sobre a maconha medicinal”, cuja meta inicial era arrecadar R\$12.000,00. A meta foi superada, tendo atingido R\$22.346,00 através da contribuição de 357 apoiadores. Na seção “Sobre”, no site do financiamento coletivo, destaco da descrição do trecho do projeto que elucida a pretensão de mudar o lugar da maconha no entendimento cultural amplo da população, através de uma estratégia de “conscientização”, ou seja, educar ou reeducar as pessoas a respeito da maconha. É possível observar que, em um primeiro momento da campanha (em 2014), ainda prevalecia o termo maconha em vez do termo cannabis, que é o preponderantemente utilizado atualmente:

*Você sabia que da maconha [sic] sai um remédio que pode controlar as convulsões de mais de 600 mil brasileiros que têm formas de epilepsia sem tratamento? Você sabia que ela é comprovadamente eficaz para aliviar náuseas e vômitos em pacientes de câncer que fazem quimioterapia? E que ela alivia os sintomas da esclerose múltipla, uma doença grave e sem cura? Estas são apenas algumas das aplicações medicinais da maconha. Esse tipo de terapia é proibida no Brasil, mas conhecida e usada em diversos países: Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Israel,*

---

<sup>7</sup> Conta a história de Juliana Paolinelli, que faz uso de cannabis para tratar dores crônicas decorrentes de problemas na coluna Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=h4aCqpZ2dVU>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>8</sup> Mostra a luta de Camila Guedes para importar canabidiol, única maneira eficaz de controlar as convulsões do filho. Ver: [https://www.youtube.com/watch?v=cpa\\_QkbrKr4](https://www.youtube.com/watch?v=cpa_QkbrKr4). Acesso em: 20 de março de 2021.

<sup>9</sup> História de uma família que utiliza derivados da cannabis para auxiliar a batalha da filha contra o câncer e, por isso, enfrentaram acusação de tráfico internacional de drogas. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=tHo4A7kuGC0>. Acesso em: agosto de 2023.

*entre outros. No Brasil, quase ninguém sabe disso. E as centenas de milhares de pessoas que poderiam se beneficiar de um tratamento com ela só têm duas opções: continuar sofrendo ou usar a droga de forma ilegal.*

*Os brasileiros precisam saber disso. Então vamos fazer uma campanha de conscientização sobre a importância de debater o uso medicinal de maconha e derivados no Brasil.*

*[...]*

*Nossa equipe vai produzir um site cheio de informações confiáveis sobre a maconha medicinal.*

*Ele vai explicar o que é a maconha medicinal, de que formas ela pode ser consumida, para que doenças ela pode trazer alívio, em que países isso já é feito, como isso acontece e com que resultados. Tudo baseado em evidências científicas, inclusive com resumos de pesquisas publicadas sobre o assunto, traduzidas de modo acessível para o público leigo.*

Para o (ou um dos) propósito(s) deste trabalho, convém situar melhor a história de Anny, que desde as primeiras semanas de vida apresentou sintomas da síndrome CDKL5<sup>10</sup>, uma doença rara, que possui como um de seus sintomas numerosas convulsões resistentes a todas as medicações permitidas no país – até a emergência de seu caso. Graças ao tratamento com óleo extraído da cannabis, ou ainda mais especificamente, graças a uma das substâncias/moléculas presentes na planta, o canabidiol (CBD), Anny deixou de conviver com dezenas de convulsões diárias passando para poucas a cada mês. A história de Anny Fischer se tornou conhecida a partir da divulgação na internet do curta-metragem “Illegal”, em 27 de março de 2014<sup>11</sup>. Três dias após o lançamento do curta, Anny e seus pais, Katiele e Norberto Fischer, apareceram no programa Fantástico. Tanto o curta quanto a reportagem trazem uma narrativa que convida o espectador a assumir o lugar dos pais de Anny, a assumir o lugar de pessoas que convivem com a vida de seus filhos inviabilizada devido ao alto número de convulsões ocasionadas pela síndrome. O apresentador do Fantástico inicia a reportagem incisivamente com “*agora, olha que situação: uma criança tem uma doença rara, que provoca muitas convulsões. Só um remédio funciona, mas é ilegal no Brasil porque é derivado da maconha*”. Corta para a apresentadora: “*Se você fosse a mãe ou o pai da menina, importaria o remédio*

---

<sup>10</sup> Trata-se de um gene responsável pela codificação de proteínas que agem no desenvolvimento do cérebro. Mutações em genes e doenças a elas associadas podem receber o nome do próprio gene, como no referido caso.

<sup>11</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=CtJJ1pzMKxs>. Acesso em: agosto de 2023.

*mesmo assim?*<sup>12</sup>. Nos relatos dados ao curta e à reportagem, Katiele qualificou a si mesma como “traficante” ao descrever como iniciou o tratamento de sua filha. Ela começou importando ilegalmente, através de um contato nos Estados Unidos, pois o uso, a produção e a comercialização da maconha já estão regulamentadas em alguns estados daquele país, tanto para fins terapêuticos quanto para fins “recreativos”. Logo após o lançamento do curta e a reportagem no Fantástico (em 27 e em 30 de março de 2014, respectivamente), em 3 de abril de 2014, Anny se tornou a primeira pessoa com autorização para importar um derivado de maconha no Brasil. A expressão “se tornou” deve ganhar relevo aqui, pois o fato de ter se tornado não se deu de modo automático, como efeito de sua vontade ou de seus pais, mas, antes, por meio de um conjunto de forças que atuaram nesse “tornar-se” – é isso que passo a explorar a seguir. Katiele contou que Anny chegou a ter 80 crises convulsivas em uma semana e que todas as habilidades psicomotoras que sua filha havia adquirido, como andar, manusear talheres, brincar e interagir, foram perdidas devido ao alto número de convulsões. Ela diz que os resultados do tratamento em Anny devolveram a ela e a sua família qualidade de vida e que essa conquista foi “ilegal” porque o medicamento era “importado” de modo clandestino. Não há cura para a síndrome de Anny, mas graças à maconha ela não convive mais com dezenas de convulsões diárias e recuperou algumas habilidades que adquirira antes da manifestação intensiva da doença<sup>13</sup>

Na seção “Quem somos”, do site da Campanha Repense, é possível observar que a campanha é composta, naquele momento (2014), por uma equipe com profissionais da área de comunicação. Essa campanha é a responsável por inserir o potencial terapêutico da maconha na pauta do debate. É também através dela que emergem, de forma mais coesa e com este objetivo específico, as associações de pacientes de cannabis medicinal. Algumas associações já existiam, mas estavam organizadas mais em torno das enfermidades do que da medicação. É a partir deste “corte” que as associações passam a se caracterizar mais pela reivindicação do acesso à terapia do que pela condição da doença. Essas associações serão de suma importância para consumir a pauta da maconha dentro

---

<sup>12</sup> Ver: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/pais-lutam-na-justica-por-liberacao-de-remedio-derivado-da-maconha.html>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>13</sup> Ver <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/vida-nova-dizem-pais-de-menina-que-ha-2-anos-usa-derivado-da-maconha.html>. Acesso em: agosto de 2023.

da área médica, rompendo com o paradigma proibicionista da maconha que a pautava exclusivamente pela questão legal, moral e como um problema social.

Em 2014, além da emergência da Campanha Repense, entretanto no âmbito desta, foi produzido o longa-metragem “Illegal”, acrescido do subtítulo “A vida não espera”. Além de retomar com profundidade e detalhes não suficientemente abordados no curta “Illegal” a respeito da luta da família de Anny Fischer, o filme traz outras histórias de famílias que buscam o tratamento com a cannabis e seus derivados. A história de Margarete Brito exemplifica bem a importância das associações de pacientes, como parte importante no arranjo que abrange uma série de atores que estão pressionando a área médica para que se posicionem a respeito de um conjunto amplo de ações no debate sobre o potencial terapêutico da maconha. Tal debate pode ir desde rever o paradigma em relação a drogas como a maconha, e entender que ela pode ser utilizada como medicamento, até estabelecer uma agenda de pesquisa que permita a produção de trabalhos, pesquisas e resultados científicos para corroborar com a evidência terapêutica da cannabis. Margarete é mãe de Sofia, que, assim como Anny, precisa de medicamentos que contenham o CBD. Ela aparece no longa como idealizadora da APPEPI – Associação de Pais de Pessoas com Epilepsia. Essa associação, localizada no Rio de Janeiro, dedica-se a promover material informativo e educativo sobre a cannabis medicinal. A APPEPI, que aparece no longa “Illegal” em 2014, mudou seu nome e sigla para Apepi – Apoio à Pesquisa e a Pacientes de Cannabis Medicinal. Os objetivos dessa associação são

*a regulamentação da produção nacional (direito ao auto-cultivo, cultivo para pesquisas, cultivo via cooperativa), o apoio à pesquisa, divulgação dos benefícios do uso terapêutico da maconha e a quebra de preconceito, além do apoio aos pacientes e familiares<sup>14</sup>*

Em 2015, a história de Anny passou a assumir um lugar destacado, representando uma série de outros movimentos que até então ainda se manifestavam de forma incipiente e isolada na luta pela cannabis medicinal, como demonstrou o texto de Policarpo, Veríssimo e Figueiredo (2017). Ou seja, a história de Anny se tornou conhecida, mas isso não significou a existência de uma relação

---

<sup>14</sup> Ver: <https://apepi.org/a-apepi/quem-somos>. Acesso em: agosto de 2023.

de causa e efeito, como se a partir daquele momento a luta pela cannabis medicinal, enfim, estivesse destravada. A história de Anny e de sua família é uma entre muitas. Contudo, tornar esta história específica uma história nacional, que representa outras famílias que lutam pela mesma causa, talvez também deva ser considerado dentro de uma estratégia maior de purificação<sup>15</sup> da maconha. A história de Anny com a maconha é um episódio desatrelado de boa parte da história da maconha no último século, visto que ela é construída como uma história da luta pela demanda de algo (um medicamento derivado da maconha) até então proibido em muitos sentidos. Talvez por isso, boa parte das conquistas junto às instâncias de regulamentação digam respeito apenas a moléculas específicas (CBD e THC<sup>16</sup>) da *Cannabis sativa*, e não da planta como um todo.

Reitero que não se trata de estabelecer relações de causa e efeito entre a história de Anny e as conquistas em direção ao uso da cannabis medicinal. No entanto, deve-se reconhecer o peso de sua influência pelo fato de que depois que a história de Anny se tornou nacionalmente conhecida e mobilizou uma série de diferentes agenciamentos sociais, envolvendo desde famílias e seus médicos, até legisladores, juízes e a sociedade civil, de modo geral, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) retirou o canabidiol (CBD) da lista de substância proibidas e o colocou em outra (RDC nº3/2015), sujeita a controle especial, e autorizou a comercialização de medicamentos produzidos a partir deste derivado da maconha, que, no entanto, permanece proibida<sup>17</sup>. Esta foi a primeira sinalização, por parte da agência de regulamentação, que a *Cannabis sativa* oferece algum efeito terapêutico. O CBD saiu da lista F2, que contém as substâncias entorpecentes e psicotrópicas, para ingressar na lista C1, de substâncias controladas. Em 2016, a Anvisa autorizou a prescrição e importação de medicamentos à base de maconha

---

<sup>15</sup> Purificação, em química, consiste no processo de isolar uma substância de outras substâncias ou elementos. No entanto, procuro utilizar esta expressão da forma como foi empregada por Latour (2013) para descrever a forma como entender a modernidade. Esta seria caracterizada por duas práticas excludentes mas com capacidade de complementaridade, a tradução e a purificação. A primeira é responsável pela proliferação de híbridos de natureza e cultura enquanto a segunda prevê a criação de zonas excludentes, dividindo o mundo entre humanos e não-humanos. Explorarei adiante tais noções como possibilidade do percurso metodológico e analítico desta tese.

<sup>16</sup> Canabidiol e Tetrahydrocannabinol, respectivamente.

<sup>17</sup> No Brasil, é responsabilidade da Anvisa publicar a lista de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. As Resoluções da Diretoria Colegiada são normas regulamentares elaboradas pela Anvisa e, de modo geral, estabelecem as responsabilidades das empresas e instituições públicas e privadas de saúde, seus profissionais a fim de garantir os serviços de acesso e de direito à saúde da população.

incluindo mais uma substância, o tetrahidrocannabinol (THC) (RDC nº66/2016). Com isso, o THC se tornou regulamentado nas mesmas condições em que o CBD. Até então, o THC era permitido de maneira secundária (RDC nº17/2015), ou seja, quando presente em um medicamento cuja composição principal já fosse permitida, como o CBD. Nas palavras de Norberto Fischer, pai de Anny, “*antes, o THC acabava indo a reboque (...). Com a resolução [que autoriza a prescrição de medicamentos com THC], se eu tiver um medicamento somente de THC posso importar*”. Portanto, com a autorização publicada em 21 de janeiro de 2016, passou a ser permitido uma maior porcentagem de THC em relação ao CBD, que, até então, devia predominar em relação a outras substâncias da cannabis em medicamentos.

Existe um elo que reúne as diferentes associações e atores envolvidos na transformação da maconha em cannabis, o qual pretendo desenrolar a partir da Campanha Repense. A primeira fase da campanha, iniciada em 2014, que consistiu na organização do financiamento coletivo e na produção dos referidos curtas e do longa-metragem, fez emergir, dentro da luta antiproibicionista da maconha, esses novos atores, reunidos nas associações de pacientes. Considero a Campanha Repense como ponto de partida, e como um objetivo de pesquisa a ser analisado em um Programa de Pós-Graduação em Educação, devido à explicitação da dimensão pedagógica contida na descrição do projeto: “uma campanha de conscientização”; “produzir um site cheio de informações confiáveis sobre a maconha medicinal”; “tudo baseado em evidências científicas”, ainda que necessitem ser “traduzidas de modo acessível para o público leigo. O início da mensagem veiculada através da campanha também é sugestiva ao optar pelo “Você sabia que...”. Há uma evidente disposição pedagógica na campanha e é a partir dessa dimensão educativa, informativa e de “conscientização sobre a maconha medicinal” (frase utilizada pela campanha) que pretendo conduzir o fio desta pesquisa. A despeito disso, a Campanha Repense não será o único “objeto” analisado. Antes, ela será o mote disparador e o ponto aglutinador da pesquisa e a partir dela mapearei a dimensão educativa que também está presente nas associações de pacientes, entendidas como instituições de destaque nesta nova maneira de “lutar” pelo antiproibicionismo que conduz a política e a legislação brasileiras sobre a maconha e outras drogas. As associações de pacientes conformam, assim, uma miscelânea de atores, cujos “protagonistas” parecem ser,

neste momento, os familiares de pacientes que necessitam de medicamentos à base de cannabis.

Outro acontecimento de impacto foi a regulamentação do registro de medicamentos à base de cannabis (maconha) em farmácias e drogarias. A norma (RDC nº 327/2019) foi aprovada pela Anvisa em 3 de dezembro de 2019 e tinha 90 dias para entrar em vigor. Desde então, os medicamentos podem ser adquiridos, mas as drogarias permanecem sem autorização para manipulá-los, pois o produto precisa ser vendido pronto e sob prescrição médica. No mesmo dia de aprovação dessa norma, a diretoria da Anvisa decidiu vetar o plantio para fins científicos e medicinais, tendo apenas um voto favorável, de William Dib, diretor-presidente da agência, que disse: *“é difícil julgar as pessoas. Acredito que eles misturam a questão da droga e do consumo recreativo, ou de uso como entorpecente, e não separam a questão medicinal. Veem risco e mistura de droga com produto medicinal”*.

Para encerrar esse levantamento de casos (em que procuro demonstrar que, mais do que entre bem e mal, droga ou remédio, saúde ou doença, vida ou morte, ou ainda, que entre esses pares aparentemente dicotômicos, não estamos falando de polarizações estáticas, mas de gradientes que constituem a planta a partir dos agenciamentos mobilizados) trago a fala de mães reunidas no documentário “Estado de Proibição”, idealizado pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas e seu Núcleo de Cannabis, em 2019<sup>18</sup>. Em uma das cenas, uma das mães presentes no vídeo diz:

*Tem muitas mães que falam ‘eu não consigo falar maconha’. Não tem problema! Fala cannabis!”, na seguinte, uma mãe entre um grupo de mães diz: “Porque eu não falo canabidiol, porque as pessoas falam ‘canabidiol, canabidiol’. Eu falo maconha porque é a maconha, né? É a maconha, é a maconha. Não adianta falar canabidiol. Parece que está maquiando o nome da maconha pra dizer que não é maconha. Mas é maconha.*

Afinal, falar ou não falar de maconha? A referida polissemia do termo “droga” habita o debate e dissolve a planta para suas formas purificadas: a tradicional droga, de um lado, o novo medicamento de outro. Mas aqui o esforço consiste em situar a planta naquele lugar em que seus agenciamentos ainda não foram definidos ou determinados e pensar a planta a partir de tais agenciamentos. Não se trata de dizer

---

<sup>18</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=XluccF31nug>. Acesso em: agosto de 2023.

que a planta e seus efeitos são produções exclusivamente sociais, mas de encontrar nela um “meio” entre o social e o biológico cuja constituição é fruto de um agenciamento específico. O que quero destacar é a especificidade dos agenciamentos envolvidos em casos como o de Anny e que dão uma nova dimensão na discussão sobre cannabis medicinal. Pois outros agenciamentos seriam possíveis, mas não conseguiram ser os propulsores que deram a magnitude do debate atual.

Conforme demonstram em artigo Frederico Policarpo, Marcos Veríssimo e Emilio Figueiredo (2017), a história de Anny não é a primeira que conta a luta de uma família para tratamento com substâncias derivadas da maconha, mas sua história a partir dos curtas e do longa produzidos através da Campanha Repense representa uma espécie de marco, um ponto de corte e de ruptura na referida luta. Apesar de não se referirem diretamente à campanha, dão importância destacada aos filmes produzidos, sobretudo ao longa-metragem:

a possibilidade de se colocar a questão do uso terapêutico da maconha na agenda pública era algo inimaginável há alguns anos. E essa transformação se deve em grande parte a um documentário. Lançado em outubro de 2014, o documentário *Ilegal* (2014) mostra o drama real vivido por mães e pais para ter acesso ao canabidiol (CBD), única alternativa de tratamento para diminuir as graves crises epiléticas de sua filha, portadora de uma síndrome rara. O documentário não é apenas informativo, mas também representa uma das ações de mobilização nacional de pais e familiares de crianças portadoras de doenças raras para a mudança da lei (Policarpo et al, 2017, p. 17).

De certo modo, a história de Anny representa o resultado de um movimento que já ocorria de forma incipiente. A partir daí as associações de pacientes entram em ação, mobilizando uma série de atores, discursos e saberes e assumindo maior protagonismo na agenda pública a respeito das questões envolvendo a cannabis e seus potenciais usos terapêuticos. Considero relevante, portanto, o papel das associações de pacientes na luta pelo acesso aos medicamentos à base de cannabis. A atuação das associações constitui um elemento-chave para o sucesso da produção de “uma nova versão” da maconha, transformada (ou purificada) em medicamento a partir do isolamento de suas moléculas como o CBD e o THC, e que, como defendo, deixa de ser maconha para virar cannabis.

Até a repercussão do caso de Anny, e considerando as ações já existentes por parte de famílias com histórias similares, o ativismo ligado à maconha era protagonizado principalmente por movimentos sociais como a Marcha da Maconha, um movimento global, que acontece anualmente em diversas cidades do Brasil e do mundo. A abordagem antiproibicionista<sup>19</sup> da maconha e de outras drogas, presente na marcha da maconha, tem como mote a seletividade dos que mais sofrem com a atual política de guerra às drogas: a população pobre, negra e de periferia. Cartazes e cânticos que, devido ao tabu das drogas, podem parecer provocativos, como “*Fogo na bomba e paz na quebrada*”, “*Não tem vergonha, vem pra Marcha da Maconha*” ou ainda, “*Ei, polícia! Maconha é uma delícia*”, eram muito comuns nas marchas da maconha espalhadas por diversas cidades brasileiras. Esses movimentos se referem à planta pela maneira como ela está amplamente disseminada no imaginário popular, concebendo-a meramente como uma substância que serve para ser fumada, na forma de cigarro, contemplando aquilo que é comumente chamado de “uso recreativo”. Já as associações de pacientes, no que tange à atuação em veículos como sites e perfis em redes sociais (Facebook e Instagram, por exemplo), produzem materiais que pouco empregam o termo maconha para designar a planta, optando pela popularização de seu nome científico, *cannabis*<sup>20</sup>.

A dimensão educativa contida nesse tipo de produção, e que se destina a produzir um novo tipo de relação dos sujeitos com a maconha, é a chave para compreender como e para quem está mudança está ocorrendo. Afinal, não se trata apenas da informação, mas da corroboração de um determinado tipo de sujeito, e de sujeitos cada vez mais ligados ao conhecimento biomédico, como apontou Rose (2013).

### **Organização do trabalho**

No capítulo a seguir, apresento e descrevo a Campanha Repense e a rede que se articula a partir dela que, em sua última fase, capilarizava-se através das associações de pacientes. Como busco demonstrar, essas associações cumprem papel importante na organização estratégica da Pedagogia da Cannabis. Além da própria Campanha e das associações, procuro também apresentar, a partir de

---

<sup>19</sup> Conforme já mencionado, tal dimensão foi explorada em trabalho anterior (Souza, 2017).

<sup>20</sup> Ver: <https://www.apepi.org/livreto/>. Acesso em: agosto de 2023.

exemplos selecionados desde uma multiplicidade de eventos, a proliferação discursiva da maconha em diferentes veículos de comunicação, ocupando espaço cada vez maior na arena pública de debates.

No segundo capítulo, após apresentação do que considero elemento central na propulsão da pedagogia da cannabis, analiso e apresento outras formas de manifestação da referida pedagogia. Empresas, jornais, associações científicas, entidades profissionais e instituições de ensino articuladas, de forma não necessariamente intencional, dirigem esforços para a circulação da cannabis associada a um campo purificado pela ciência e pela medicina.

O terceiro capítulo traz as bases teóricas que fundamentam a pesquisa e a análise dos materiais produzidos pela campanha. No quarto e último capítulo, busco retomar a costura que liga o trabalho ao campo da Educação, sobretudo a partir dos Estudos Culturais e Educação e da contribuição dos Estudos Foucaultianos, desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fechando o trabalho, trago questões e reflexões possíveis a partir da análise da pedagogia da cannabis.

## 1 CAMPANHA REPENSE, ASSOCIATIVISMO CANÁBICO E A AUTORIDADE MÉDICA

Conforme venho argumentando neste trabalho, considero a Campanha Repense “a porta de entrada” para uma discussão de amplo alcance a respeito da cannabis medicinal no Brasil. A campanha é importante para o trabalho uma vez que é a partir dela que localizo as dimensões educativas desta pesquisa, mais especificamente dentro da linha de pesquisa à qual me filio, os Estudos Culturais em Educação.

Atualmente, a Campanha é composta por sete associações de pacientes e o seu site possui uma seção específica para direcionar os leitores aos sites das associações. Neste capítulo, apresento a Campanha Repense, as associações que a compõem e, ao mesmo tempo, apresentar ao leitor os caminhos que a pesquisa possibilita. A Campanha Repense possuía um site próprio ([www.campanharepense.com.br](http://www.campanharepense.com.br)) e que atualmente se encontra fora do ar<sup>21</sup>. Nas linhas que seguem irei apresentar o momento inicial da Campanha, quando surge na forma de financiamento coletivo e com a veiculação de filmes (curtas e longa-metragem).

Em 2014, a partir da plataforma de arrecadação de fundos Catarse ([www.catarse.me](http://www.catarse.me)), temos os primeiros registros de atuação da Campanha. E desde esse primeiro momento, em 2014, a Campanha dedicava seus esforços na forma de ativismo que se desdobra desde a organização virtual, ou online. É importante ressaltar que foram duas campanhas diferentes em 2014 e estas serão exploradas com mais detalhes nas próximas páginas. Os sites hospedados na plataforma de arrecadação de fundos para os projetos propostos pela Campanha Repense permanecem acessíveis e compõem o material analisado nesta tese no âmbito da veiculação da pedagogia da cannabis. Portanto, a Campanha Repense iniciou em 2014 com uma série de iniciativas que serão descritas a seguir.

No dia 27 de março de 2014 dois vídeos foram lançados na plataforma YouTube pelo perfil (ou canal) da própria campanha nesta popular plataforma de vídeos. Um com título “Repense: Campanha Catarse sobre a maconha medicinal”,

---

<sup>21</sup> Ainda em 2023 o site foi acessado para finalidades de acompanhamento e não foram observadas novas atualizações. Foi constatado que o site havia saído do ar no final de julho de 2023.

com 1min59s. Neste vídeo, uma pessoa fala para a câmera, remetendo ao telespectador, o texto que transcrevo abaixo:

*Oi, pessoal. Meu nome é Tarso Araújo. Eu sou jornalista e quero convidar vocês pra apoiar essa campanha "Repense a maconha medicinal". Existem centenas de milhares de pessoas no Brasil que poderiam ser beneficiadas por essa terapia. Só que a maioria absoluta dos brasileiros não sabem nem sequer que a maconha pode ser também um remédio. Então, o objetivo dessa campanha é justamente informar o maior número de pessoas sobre isso. A maconha não é só uma droga ela também pode ser um remédio muito útil pra saúde de muitas pessoas que tão doentes. Como que a gente quer fazer isso? De duas maneiras. Uma com um site. Se você apoiar essa campanha e a gente cumprir a nossa meta, nós vamos publicar um site de informações sobre cannabis medicinal. A gente vai ter lá informações sobre o que que é a cannabis medicinal, como é que se consome, pra que que ela serve, pra que que ela não serve, até que ponto ela alivia, até que ponto ela não alivia os sintomas de quem tem essa ou aquela doença. O site, é claro, também vai funcionar como um instrumento de conscientização. Na outra parte dessa campanha, a gente vai fazer você se tornar um multiplicador dessa transformação, um agente dessa transformação, a gente quer que você literalmente vista a camisa. Tudo pra que você, aí do outro lado, você que apoiou a campanha possa no seu círculo de amizades, junto com os seus amigos, também contribuir pra essa mudança de percepção. A gente tem que discutir isso, a gente tem que debater isso, levar isso pra o maior número de pessoas. Se você apoiar essa campanha e a gente cumprir a nossa meta, a gente tem grandes chances de transformar esse assunto que hoje em dia é um tabu em objeto de um debate nacional. Repense a maconha medicinal.*

O segundo vídeo lançado foi o curta-metragem "Illegal", que conta a história de Anny. O curta (de 5 minutos e 40 segundos) inicia com a câmera aparentemente dentro de uma piscina, alternando as imagens de Katiele Fischer e suas duas filhas, Júlia e Anny Fischer. Enquanto as imagens passam, com o som da água, inicia-se uma fala de Katiele:

*Quando a gente ficou sabendo do CBD, que nós decidimos importar, nós tínhamos a consciência que era um produto derivado da Cannabis sativa e, por esse motivo, ilegal no país. Mas o desespero de você ver a sua filha convulsionando todos os dias a todos os momentos é tão grande que nós resolvemos encarar e trazer da forma que fosse necessário, mesmo que fosse traficando. E foi o que a gente fez. A palavra é essa: é traficar.*

Em seguida, num fundo preto e com a fonte branca, em caixa alta, aparece o nome do curta-metragem: "ILEGAL". Uma voz masculina começa a falar e, em seguida, surge a outra cena, em um escritório, com uma estante de livros e uma mesa repleta de materiais ao fundo e, à frente, Katiele, Anny e o homem que está falando, de pernas cruzadas e gesticulando com as mãos. Seu nome e profissão

aparecem na tela: Antônio Siqueira, psiquiatra. “Quem não sabe já é contra, né? De antemão: ‘é derivado da maconha? Sou contra’”. Voltam as cenas de dentro da água, na piscina, que alternam para cenas de Katiele e suas filhas balançando em uma rede, com Anny sempre próxima da mãe. A voz de Katiele retoma a narração, enquanto as imagens da família na rede seguem, alternando para fotos da família, em que aparece também o pai, Norberto Fischer, imagens da filha mais velha, brincando e comendo e, em seguida, Katiele com Anny no colo, balançando. As imagens vão se alternando enquanto a fala reproduzida abaixo se desenrola. Durante a narração, as imagens que passam no vídeo parecem remeter ao que parece ser uma parte do cotidiano de Katiele e Anny, com a cena da mãe colocando o carrinho de bebê para Anny no porta-malas do carro e de Anny sentada em um carrinho enquanto tem uma crise de convulsão e Katiele presta os cuidados habituais à sua filha.

*Anny foi um bebê super planejado. Nós planejamos essa gravidez... desde que a primeira tinha nascido a gente já estava planejando a segunda. Então a Anny nasceu e nós ficamos assim extremamente felizes, mas eu notei que ela tinha um olhar diferente. Eu tava com ela no colo, assim nos braços, quando ela fez a primeira convulsão. Com três anos ela conseguiu andar. Mas logo após isso, ela começou a desenvolver algumas crises mais fortes e, em decorrência da síndrome, tanto da síndrome quanto das crises, ela começou a perder... até que em quatro meses ela perdeu tudo que ela tinha conseguido em três anos...*

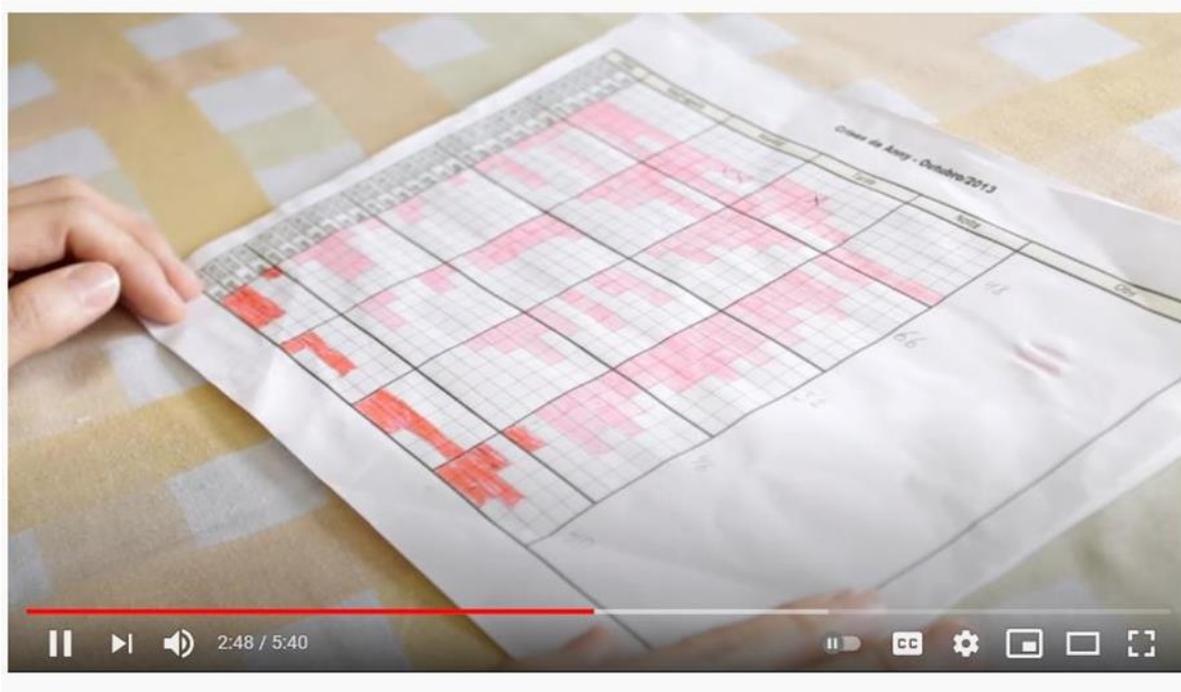
A imagem de Katiele, já emocionada, aparece enquanto ela finaliza a narração acima. Após essa imagem, há um novo corte e, mais uma vez, surge o fundo preto com a fonte branca, sempre com uma música instrumental de fundo, num ritmo lento e repetitivo. O texto que aparece na tela é o seguinte: “Anny Bortoli Fischer, 5 anos, tem Síndrome CDKL5, problema genético raro que causa uma epilepsia grave e sem cura”. As cenas retornam com Katiele em um quarto de criança, depois Anny em sessão de fisioterapia e, novamente, a fala de Katiele:

*mas mesmo com essa tristeza toda a gente nunca perdeu a esperança de, de um dia, ela ganhar novamente as suas habilidades. E foi exatamente essa esperança que moveu a gente de revirar o mundo atrás de alguma coisa que pudesse ajudar e o que nós conseguimos encontrar foi o CBD. O que ela perdeu em quatro meses que ela ficou “no zero”, com canabidiol ela evoluiu em nove semanas.*

Quando Katiele começa a falar do CBD, as cenas que passam são do recipiente em forma de seringa que contém o remédio de Anny. Após aparecem mãos manipulando a seringa que contém o óleo de CBD para uma colher e, dessa

colher, para outra seringa, para enfim administrar o medicamento em Anny. Então começa uma voz masculina, a de Norberto Fischer, o pai de Anny. Antes de aparecer a imagem dele, aparece a imagem de uma planilha feita pelos pais de Anny para quantificar as suas convulsões, conforme imagem abaixo.

**Figura 2 – Cena do curta “Illegal”**



No topo da folha de papel é possível ler “outubro 2013” e da planilha é possível ler no topo das colunas “Manhã”, “Tarde”, “Noite”, uma grande coluna “Obs” e, antes da coluna “Manhã”, outras duas que não consegui identificar, mas é fácil deduzir que a primeira é relativa aos dias, sendo, portanto, cada linha da planilha correspondente a um dia e as colunas correspondentes aos turnos deste dia. Cada quadradinho vermelho marcado na planilha visível na imagem representa uma convulsão de Anny. Então, a seguir, aparece a imagem de Katiele com Anny no colo enquanto Norberto explica a planilha. Abaixo da imagem, reproduzo a fala de Norberto.

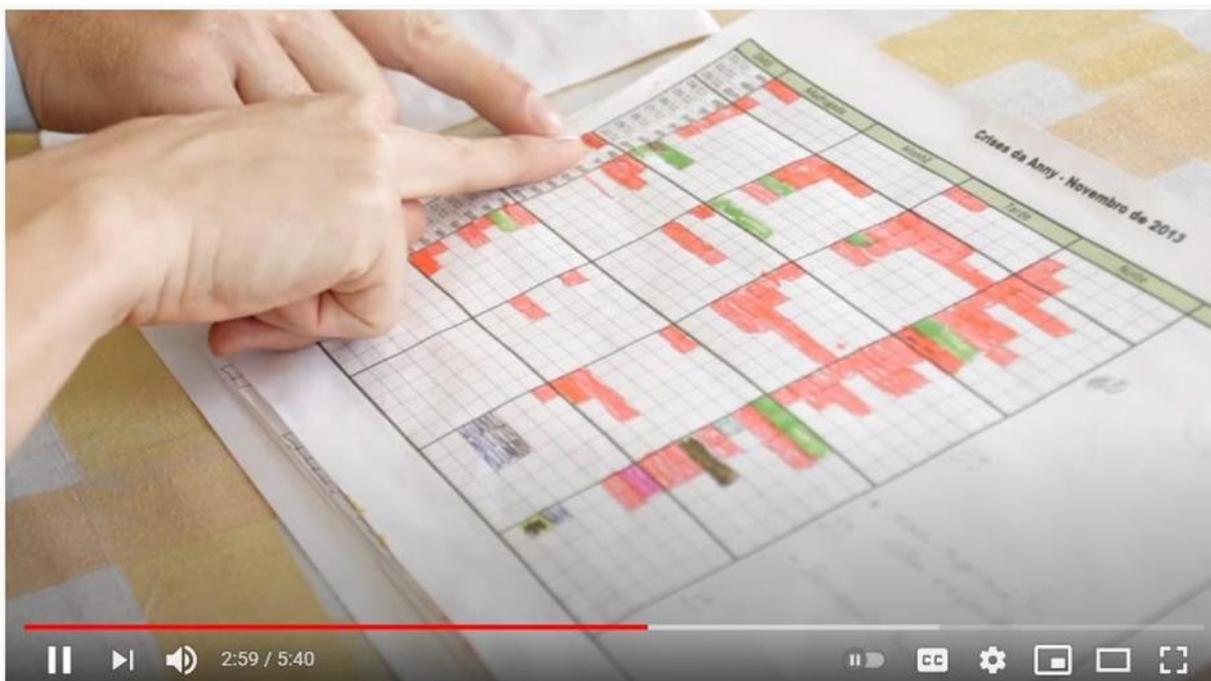
**Figura 3 – Cena do curta “Ilegal”**



*Em 2013, nós estávamos preocupados que a gente não conseguia passar pro médico o sentimento da quantidade de crises que ela estava tendo. Então aqui, por exemplo, num dos gráficos de outubro, mostra realmente a quantidade de crises que ela estava tendo. E realmente a quantidade era muito agressiva. Em novembro, as crises realmente continuaram fortes até que no dia 11 do 11, nós demos a primeira dose do canabidiol. Demorou ainda um tempo, né? Até fazer efeito... mas a gente já percebia que começou a clarear um pouco o gráfico. No final de novembro, o comportamento de crises já tinha reduzido consideravelmente*

A imagem abaixo demonstra as mãos dos pais de Anny apontando para o dia 11 de novembro na planilha, dia da primeira dose de CBD em Anny. Após, Katiele interrompe a fala de Norberto e demonstra algo no papel “aqui, de 60 pra 19”.

**Figura 4 – Cena do curta “Ilegal”**



É possível observar na imagem, relativa ao mês de novembro, que os dias mais abaixo na planilha expressam um número menor de convulsões. Após, Norberto segue:

*na sequência, em dezembro, a Anny ainda teve algumas infecções. Ela ficou um pouquinho doente, mas mesmo assim havia um comportamento, uma redução do número de crises. Quando chegou em janeiro, realmente a diferença foi radical, né? Porque já na segunda semana de janeiro, praticamente zerou as crises.*

Abaixo, as imagens das cenas do curta em que aparecem as planilhas de dezembro e janeiro, nas quais ficam evidente a redução do número de convulsões em Anny.

Figura 5 – Cena do curta “Ilegal”

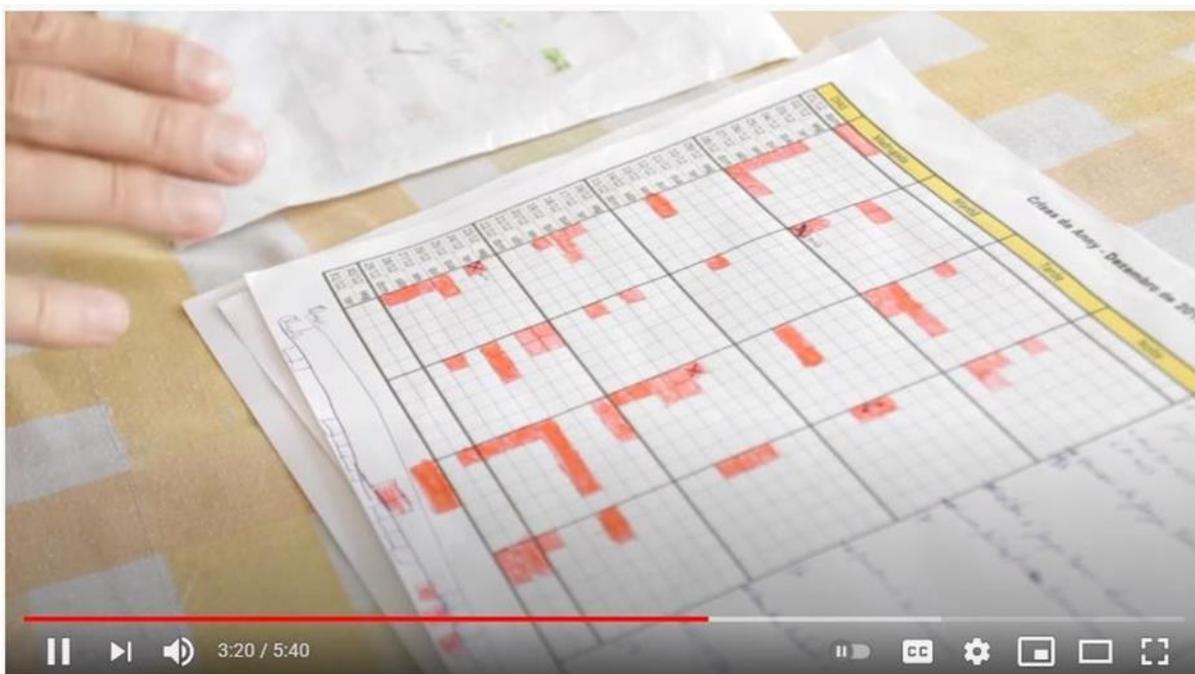
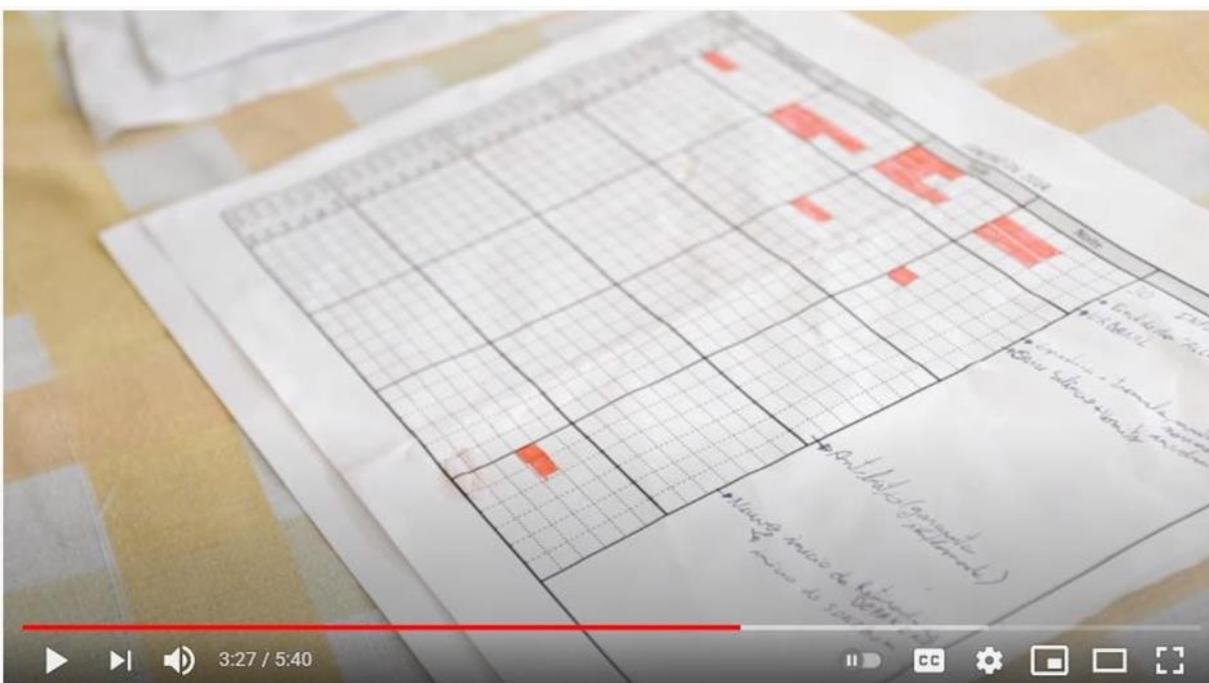


Figura 6 – Cena do curta “Ilegal”



Novamente uma frase com fundo preto e fonte branca: “O *canabidiol* ou *CBD* é um dos mais de 60 componentes ativos da *Cannabis sativa*, a planta da maconha. Ele não dá ‘barato’ e seu principal efeito colateral é dar sono”. A frase

desaparece, o fundo preto segue e outra frase surge na tela: “Em vários estados americanos, o CBD é vendido legalmente como suplemento alimentar”. Essa última também desaparece e dá lugar a mais uma frase: “No Brasil, qualquer substância extraída da Cannabis é ilegal”. A cena muda para uma bandeira do Brasil, vista de baixo para cima, erguida e tremulando com o sol e o céu claro ao fundo, e surge a voz de Norberto, enquanto passam imagens de construções de Brasília, como o Congresso Nacional e a Esplanada dos Ministérios. Então novamente aparece Norberto, dessa vez sentado em um sofá preto junto a sua filha mais velha, que tem um gato no colo. A fala de Norberto revela a maneira que ele consideraria mais adequada para a Anvisa:

*A impressão que dá é que a Anvisa, ela está tentando puxar para ela um valor, uma definição, até de uma moralidade, o que pode e o que não pode. Na minha cabeça, acho que o Brasil deveria trabalhar ao contrário. Ah, eles deveriam verificar aquilo que faz mal e orientar o não-uso. E não o contrário. Somente dizer o que a gente pode tomar, o que faz bem para a gente.*

Para Norberto, não caberia à Anvisa determinar o que pode ser consumido como forma terapêutica, mas identificar “aquilo que faz mal e orientar o não-uso”. Depois da fala de Norberto, outra voz começa e, em seguida, surge novamente a imagem do psiquiatra: “*Por que não se aprova aqui? Por que isso não é mais simples? Ou eles são incompetentes, desinteressados ou existem forças político-financeiras que têm um grande peso sobre isso*”. Nota-se, nessas diferentes inserções de falas, que existe um esforço para apresentar, compreender e criticar o modelo de regulamentação implementado pela principal agência reguladora de produtos farmacêuticos no Brasil. É oferecido ao espectador mais do que a situação da família de Anny em busca de uma melhor qualidade de vida, pois ela depende também de uma crítica à maneira de pensar (à racionalidade vigente) a respeito do tema. Enquanto a fala do psiquiatra acontece sem que sua imagem apareça, seguem sendo reproduzidas imagens de espaços simbólicos do poder em Brasília, de modo que boa parte da fala do psiquiatra acontece diante de cenas do Congresso Nacional e da estátua que representa a justiça (uma mulher sentada com uma espada sob seu colo e com uma venda nos olhos, em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal). Em seguida, mais uma vez, retorna a voz de Katiele – “*Eu ainda acho que tenho o*

*direito de fazer isso por ela. Mesmo sendo uma coisa ilegal* – e na tela aparecem Anny e ela em frente ao Congresso e às bandeiras do Brasil e dos Estados. Novo corte e Norberto e a filha mais velha aparecem sentados no sofá, enquanto o primeiro fala: *“Quando a gente vê a Anny só dando um sorriso, com aquele um segundo, que ela voltou olhar a gente nos olhos, justifica qualquer coisa.”*. Corta novamente para Katiele com Anny no colo e o Congresso ao fundo: *“Nossa, você dá pra ela um negócio derivado da cannabis sativa, mas você traz isso ilegalmente?”* Eu falei: *“trago”*. *Trago porque faz bem pra ela, dá qualidade de vida a ela e é isso que pra mim e pra minha família mais importa*. Por fim, novo corte para o fundo preto e para a fonte branca: *“Essa é a história de uma pessoa que poderia se beneficiar do uso medicinal da maconha ou de seus derivados”*. A frase desaparece e dá lugar a outras duas, que aparecem uma de cada vez: *“Existem milhares como ela”* e *“Ajude a torná-las conhecidas”*.

A publicação seguinte da Campanha Repense no canal do YouTube é um vídeo de 51 segundos da família Fischer, que agradece pelo sucesso da campanha de financiamento coletivo cujos objetivos foram apresentados anteriormente. O texto do site do financiamento coletivo da campanha prometeu, como resultado do sucesso da campanha a manutenção de um site com os vídeos como o curta “Illegal”, *“cheio de informações confiáveis sobre a maconha medicinal”* com a pretensão de *“explicar o que é a maconha medicinal [...] Tudo baseado em evidências científicas”*, além solidificar o convite à participação do entusiasta, telespectador, apoiador, incentivador e, em suma, o ativista da cannabis medicinal através da continuidade da campanha de modo *“offline”*<sup>22</sup>:

*A outra parte desta campanha envolve a sua participação fora do computador. Em vez de nos apoiar simplesmente com dinheiro, queremos que você se torne um agente desse debate. Todas as recompensas que oferecemos são kits para que você mesmo se torne um difusor dessa causa entre seus amigos, em casa, na escola e no trabalho, na rua e no trânsito – onde você estiver. Queremos que você vista a camisa - literalmente, porque uma das recompensas é uma camiseta da campanha. E você vai poder fazer isso de várias maneiras: colando um adesivo no seu carro ou na sua bike, distribuindo uma cartilha de informação sobre cannabis medicinal, colando posters, levando palestras e debates para sua comunidade, sua escola, sua empresa*

---

<sup>22</sup> Ver: <https://www.catarse.me/repense>. Acesso em: agosto de 2023.

Os outros curtas publicados no canal da Campanha Repense no YouTube são os já mencionados “Luta”, “Dor”, e “Injustiça”, além do longa-metragem “Illegal”. Este primeiro financiamento coletivo aconteceu entre 27 de março e 16 de maio de 2014, tendo arrecadado o valor de R\$22.346,00 através de 357 apoiadores, superando o valor estipulado pela campanha de R\$12.000,00. As doações eram a partir de R\$20,00. Para este valor o apoiador recebeu como brinde um “*Kit Básico com 5 adesivos da REPENSE + 5 cartilhas/pôster da REPENSE + nome na seção de colaboradores*”. O nome na seção de colaboradores está presente em todas as contribuições seguintes. Foram 158 apoios neste valor. Para quem contribuiu com R\$50,00 foram 10 adesivos e 10 cartilhas. Nesta modalidade foram 40 apoiadores. Para R\$100,00 foram 74 apoiadores, que receberam uma camiseta, 20 adesivos e 20 cartilhas. Para os 9 apoiadores que contribuíram com R\$250,00 o brinde foi uma caneca, a camiseta e 40 adesivos e 40 cartilhas. Quatro apoiadores contribuíram com R\$500,00 e tiveram a opção de ter o nome ou logotipo na seção de patrocinadores do site, um pôster do filme Illegal, mais 20 adesivos e 20 cartilhas, além da caneca e da camiseta. Três apoiadores contribuíram com R\$1.000,00 e ganharam uma palestra ou debate com os criadores da campanha e diretores do filme, além de se tornarem patrocinadores e receberem o kit já descrito. Não houve contribuições de R\$5.000,00 que daria ao apoiador “um debate com um dos criadores da campanha e um convidado especial, usuário de cannabis medicinal ou pesquisador especializado no assunto”.

Então, entre 31 de outubro e 30 de novembro de 2014 aconteceu uma nova rodada da Campanha Repense (a segunda nesse mesmo ano) em mais um financiamento coletivo, que arrecadou R\$22.531,00 através de 189 apoiadores, superando a meta de R\$20.000,00. Na mesma linha do primeiro financiamento coletivo, “*Uma campanha de conscientização sobre a maconha medicinal*”, o mote do segundo foi “*Ajude a ampliar o debate sobre a maconha*”. O site do financiamento justifica a nova investida na campanha dizendo que o debate “ainda precisa avançar muito”<sup>23</sup>:

*É preciso mostrar à imprensa e às autoridades brasileiras que os extratos ricos em canabidiol são apenas uma das expressões da maconha*

---

<sup>23</sup> Ver: <https://www.catarse.me/campanharepense>. Acesso em: agosto de 2023.

*medicinal. E que a epilepsia é apenas uma entre diversas enfermidades que podem ter seus sintomas ser aliviados por essa planta, seus extratos e derivados.*

*Pouca gente sabe e fala da utilidade da Cannabis para quem tem câncer, esclerose múltipla e dores crônicas, por exemplo. Sem falar de todos os adultos com epilepsia que podem ser tão beneficiados quanto as crianças pelo uso de CBD.*

*As pessoas precisam de muito mais informação. O debate precisa se aprofundar e ser ampliado, para alcançar mais pessoas. É para isso que pedimos seu apoio.*

A proposta divulgada é a de:

*Imprimir 10 mil cartilhas de informação sobre maconha medicinal para distribuir em ações específicas, e levar informação diretamente para pacientes que podem se beneficiar dessa terapia.*

*Para isso, precisamos de R\$ 20 mil, que serão usados também para produzir e enviar as camisetas que funcionarão como recompensa para quem apoiar a campanha.*

*Assim, além de espalhar informação sobre uso terapêutico da cannabis vamos espalhar pelas ruas o mote da campanha: “pela regulamentação da maconha medicinal”.*

*Quanto mais essa expressão circular por aí, mais fácil será conseguir uma regulamentação ampla, que atenda a todos os pacientes que podem se beneficiar dela, com a planta na forma que for mais adequada para suas necessidades.*

Desta vez o financiamento ofereceu apenas quatro opções de valores para apoiar: R\$70,00 (uma camiseta e uma cartilha de brinde), R\$140,00 (duas camisetas e duas cartilhas), R\$280,00 (quatro camisetas e quatro cartilhas) e R\$500,00 (um pôster do longa-metragem “Illegal”, além de quatro camisetas e quatro cartilhas). Cada faixa de preço recebeu respectivamente 89, 35, 5 e 7 apoiadores. Em 2019 a Campanha Repense apresentou uma nova edição do seu projeto<sup>24</sup>:

*assinada por um coletivo de associações de pacientes que nos últimos anos se consolidou à frente da luta pela cannabis medicinal. Ela chega no momento em que Congresso e Anvisa discutem projetos de lei e iniciativas regulatórias sobre o tema. O objetivo dessa nova temporada é dar visibilidade às demandas dos pacientes na construção dessa regulação e conscientizar a população sobre outras indicações da cannabis medicinal – para além da epilepsia.*

*Ajude a divulgar essa causa. A saúde de milhões de brasileiros agradece.*

---

<sup>24</sup> Ver: <http://campanharepense.com.br/conheca-a-repense/>. Acesso em: agosto de 2023.

Como pano de fundo deste trabalho que – reitero, investiga a partir da Campanha Repense os desdobramentos possíveis para a área de Estudos Culturais e Educação –, concebo os materiais produzidos pela campanha e por seu entorno como elementos que compõem (ou que são parte de) um dispositivo pedagógico (Fischer, 2002). Neste sentido, compreendo que tal dispositivo procura, por meio de uma série de práticas educativas não formais (filmes, campanhas, encontros, artefatos, sites, páginas em redes sociais, entrevistas, cartilhas, etc.), reposicionar a maconha no âmbito do senso comum, tratando, sempre, de deslocar os sentidos usualmente atribuídos à planta como “droga” para a planta e seus derivados como componentes terapêuticos. Acredito que o conjunto de ações mobilizadas pela Campanha Repense, como os sites, os vídeos, a manutenção de dois financiamentos coletivos e os textos produzidos nesses veículos, nas cartilhas, nos adesivos, nos logotipos, camisetas, etc., compõem uma estratégia que pode ser descrita como um uma Pedagogia da Cannabis, que alia conhecimento científico e engajamento de forma conjunta e complementares. Dar a conhecer a (“verdade”, alicerçada pela ciência, da) cannabis medicinal e, desde aí, constituir uma agenda de trabalho que envolva, como parte importante de seus objetivos, uma educação de público que pautar mudanças que a viabilizem legalmente parece ser uma parte importante das ações da Campanha Repense.

### **1.1 As associações de pacientes**

As associações de pacientes que compõem a segunda edição da Campanha Repense são Abrace, Aliança Verde, Liga Canábica, Cultive, Apepi, Ama+Me e AbraCannabis. Apresentarei a seguir uma descrição geral de suas atividades, sem aprofundar os detalhes da sua composição, deixando esta etapa para a continuidade do trabalho. Neste momento, minha intenção é de apenas situar o contexto de cada uma das associações e de apresentar alguns exemplos de suas ações e demandas como um movimento social organizado.

### 1.1.1 Abrace

A Abrace, Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança, foi fundada no dia 20 de abril de 2014, no mês seguinte ao lançamento da Campanha Repense, e conquistou a liminar que autoriza a associação a plantar cannabis em 2017. Ela se localiza fisicamente no estado da Paraíba, com sedes em Campina Grande e João Pessoa, e é pioneira entre as associações justamente por ter sido a primeira a conquistar autorização judicial para plantar maconha com a finalidade de produzir os medicamentos para seus associados. Além desse serviço, ela oferece acolhimento, apoio jurídico e orientação médica. Seu site traz muitas informações a respeito dos benefícios do tratamento com a cannabis medicinal e disponibiliza uma lista de profissionais-parceiros<sup>25</sup>, sob a seguinte caracterização:

*encontre um prescritor na sua região com quem poderá se consultar e considerar o tratamento com Cannabis. A lista tem o intuito de facilitar o acesso para pessoas que buscam um profissional que seja aberto ao tratamento com Cannabis.*

O site é constantemente atualizado com informações relativas aos avanços e conquistas da cannabis medicinal no âmbito jurídico, legal e científico, também contém uma guia para perguntas frequentes e para acesso à ouvidoria, além de uma rádio que reproduz histórias de pacientes e familiares de pacientes. A área destinada aos “cadastros”, oferece as opções “pacientes” e “prescritores”, havendo uma taxa associativa anual no valor de R\$350,00. Vale destacar que, recentemente, saiu do ar o catálogo disponível no site em que constam os produtos fabricados pela associação e a apresentação das evidências científicas (tal como referidas no capítulo anterior, de forma bastante ilustrativa e conforme as imagens<sup>26</sup> apresentadas a seguir.

---

<sup>25</sup> Ver: <https://abracesperanca.org.br/home/>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>26</sup> As imagens foram salvas antes do catálogo ser retirado do ar. Acesso em 19 de novembro de 2020

Figura 7 – página 10 do catálogo da ABRACE

10

## CANABINOIDES

A flor da Cannabis é parte utilizada para produção dos derivados, e não a folha, como muitos pensam. Outras partes da planta podem ser utilizadas medicinalmente, bem com as sementes e folhas, porém, são intencões, princípios e formas diferentes de uso.

No extrato da planta é possível encontrar mais de 140 canabinoides<sup>1</sup> diferentes, logo, são diversos princípios ativos que agem de maneira complementar, em um chamado efeito comitativo. Terpenos e flavonoides da planta também tem efeitos terapêuticos que se combinam nesse efeito. Seguem abaixo alguns canabinoides mais conhecidos e seus efeitos terapêuticos<sup>2</sup>:

**CBD (Canabidiol)**  
Analgésico, anti-inflamatório, antioxidante, antitumora, antitumoral, bactericida, relaxante muscular, anticonvulsivante.

**THC (Tetrahidrocannabinol)\***  
Alivia dores, estimulante de apetite, anti-inflamatório, antitumoral, estimulante de apetite, diminui a pressão intra-ocular.

**CBG (Canabigerol)**  
Anti-inflamatório, auxilia no crescimento ósseo, diminui a pressão intra-ocular, bactericida, inibe o crescimento de tumores.

**CBC (Canabicromeno)**  
Estimula o crescimento de novos neurônios, tem efeitos antidepressivos, e resultados na diminuição de tumores.

**THCV (Tetrahidrocannabinol)**  
Anticonvulsivante, auxilia na perda de peso, tem propriedades de efeito antidepressivo e analgésico.

**CBN (Canabinol)**  
Bactericida, estimulante de apetite, anti-inflamatório, analgésico, diminuição da pressão intra-ocular e estimulante do sono.



\*Muitas pessoas associam o THC a algo ruim, porém, esse composto é crucial para o tratamento e tem efeitos terapêuticos por vezes maiores que o CBD em vários casos. Alzheimer, Parkinson, câncer e dores crônicas tem melhores resultados com doses ricas neste composto.

2028 / CATÁLOGO

Atendimento ao cliente

Figura 8 – página 11 do catálogo da ABRACE

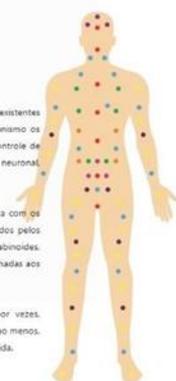
11

## SISTEMA ENDOCANABINOIDE

O Sistema Endocanabinoide (SEC) é o sistema que processa os canabinoides existentes na planta, porém, ele não só absorve como também gera no próprio organismo os chamados canabinoides endógenos. Esse sistema participa ativamente no controle de diversas funções, dentre elas: do sistema imunológico, metabolismo, saúde neuronal, percepção de dores, entre outras.

Os canabinoides da planta são muito semelhantes em sua formação química com os canabinoides endógenos (2-AG e Anandamida), dessa forma, são processados pelos mesmos receptores. A depender de onde esses receptores absorvem tais canabinoides, reações diferentes ocorrem, logo, são muitas combinações possíveis relacionadas aos efeitos que a Cannabis pode causar.

Uma vez que um sistema como este está deficitário, reposições são por vezes, fundamentais para buscar uma homeostase, gerando saúde e bem-estar, ou ao menos, reduzindo efeitos negativos consideráveis que podem afetar a qualidade de vida.



- CB1**  
Concentrados no cérebro e no Sistema Nervoso Central, receptores estão presentes em quase todas as células.
- CB2**  
Em sua maioria nos órgãos periféricos, especialmente em células associadas ao sistema imunológico.
- TRPV1**  
Encontrado em nervos que transmitem sensações de dor, calor e frio, além de outros estímulos.
- TRPV2**  
Concentrados no pulmão, intestino, pele, músculos e articulações.
- GPR 18**  
Presente nos tecidos que armazenam gordura, especialmente no tecido adiposo, músculo, glândula endócrina e sistema nervoso central.
- GPR 55**  
Encontrado nos ossos, no cérebro, pele e sistema nervoso central, regulando a dor e o sono.
- GPR 119**  
Encontrado principalmente no fígado e no sistema nervoso central, regulando o metabolismo e a produção de lipídios.

2028 / CATÁLOGO

Atendimento ao cliente

**Figura 9 – página 12 do catálogo da ABRACE**



O catálogo que oferece os produtos também funciona como material informativo e pedagógico a respeito da cannabis medicinal. Fica evidente o esforço de traduzir, por assim dizer, para um público mais amplo, as evidências constatadas cientificamente, conforme procurei demonstrar no capítulo anterior.

### 1.1.2 Aliança Verde

A Aliança Verde diminuiu consideravelmente sua atuação online desde a qualificação deste trabalho, em julho de 2021. O antigo endereço virtual leva a uma página sem conteúdo. No entanto, o perfil nas redes sociais Instagram e LinkedIn permanecem ativos. A imagem reproduzida na Figura 10 foi obtida na época dos registros realizados na elaboração do projeto, sendo, portanto, anteriores ao período da qualificação desta tese. Na ocasião do acesso à página, a associação se apresentava como “associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, formada por pacientes que fazem ou necessitam do uso medicinal da Cannabis” e trazia como objetivo “o cultivo da cannabis para fins medicinais e científicos para seus associados”, exigindo destes requisição médica para dispor o acesso ao uso. O site oferecia indicações de profissionais da área médica e informações sobre as propriedades terapêuticas da planta e também do uso industrial. A página inicial possibilitava acesso às informações institucionais da associação, apresentando “Missão, Visão e Valores”. Há, ainda, uma seção específica que apresenta “Mitos e

Falácias” comuns sobre a maconha, bem como a apresentação da equipe de profissionais envolvidos nas associações e uma sessão de artigos científicos com links para acesso. Também nesta página inicial havia uma apresentação geral sobre o funcionamento do sistema endocanabinóide.

**Figura 10 – página inicial da associação Aliança Verde**



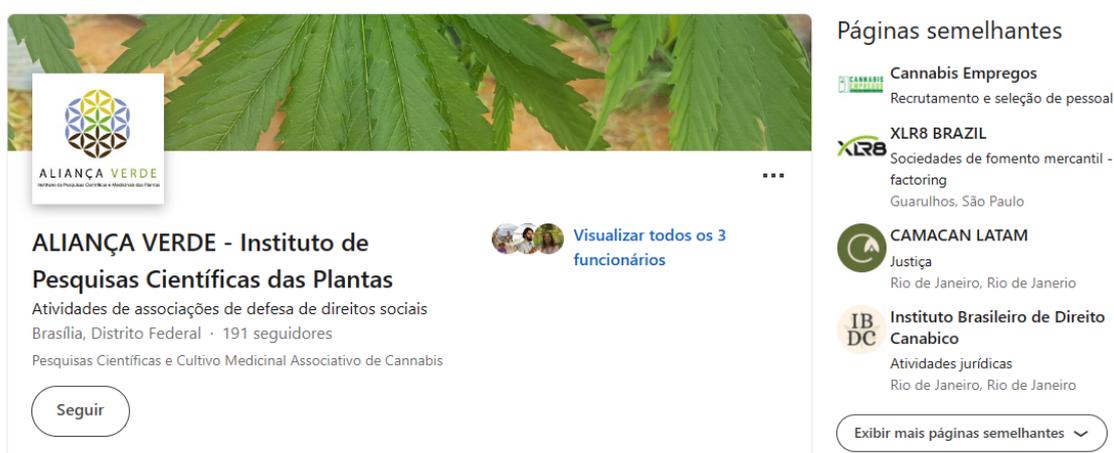
O perfil na rede social LinkedIn<sup>27</sup> é bastante enxuto, contendo poucas informações. No “Sobre nós”, temos o seguinte texto:

*Somos a Aliança Verde, uma associação brasileira que possui como objetivo realizar pesquisas científicas com plantas e cultivar a Cannabis spp. para uso medicinal exclusivo dos nossos pacientes associados. Acreditamos em um planeta baseado na abundância e prosperidade. Temos corpo técnico e operacional e temos parceria com Laboratórios da Universidade de Brasília (UnB), tanto na parte de análises químicas e toxicológicas (LabTox), quanto na parte de Botânica - Departamento de Botânica. A união dessas tecnologias possibilita a rastreabilidade, a criação, o cruzamento e o desenvolvimento genético de plantas! Através de técnicas de clonagem é possível estabilizarmos e replicarmos padrões fito-químicos, possibilitando tratamento personalizado para cada paciente!*

<sup>27</sup> O LinkedIn é uma rede social voltada para negócios e lançada em 2003. É utilizada principalmente por profissionais com objetivo de apresentar suas habilidades e experiências profissionais, permitindo interação com outros profissionais e empresas, além da busca e oferta de oportunidades de trabalho.

Não há publicações no perfil da associação no LinkedIn. Apenas a seção “Sobre”, com o texto reproduzido acima, além da localização da associação, em Brasília, no Distrito Federal, e da apresentação de três funcionários como membros. Consultando por “Aliança Verde” em sites de busca, encontrei na plataforma Reservio<sup>28</sup> (<https://alianca-verde.reservio.com/>.) um perfil associado à Aliança Verde. Neste site, é ofertado consulta médica por R\$380,00. Abaixo, a Figura 11 reproduz imagem da página da associação no LinkedIn.

**Figura 11 – Página da associação Aliança Verde no LinkedIn**



**ALIANÇA VERDE - Instituto de Pesquisas Científicas das Plantas**  
 Atividades de associações de defesa de direitos sociais  
 Brasília, Distrito Federal · 191 seguidores  
 Pesquisas Científicas e Cultivo Medicinal Associativo de Cannabis

Seguir

Visualizar todos os 3 funcionários

**Páginas semelhantes**

- Cannabis Empregos**  
Recrutamento e seleção de pessoal
- XLR8 BRAZIL**  
Sociedades de fomento mercantil - factoring  
Guarulhos, São Paulo
- CAMACAN LATAM**  
Justiça  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- IB DC Instituto Brasileiro de Direito Canabico**  
Atividades jurídicas  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Exibir mais páginas semelhantes

### Sobre nós

Somos a Aliança Verde, uma associação brasileira que possui como objetivo realizar pesquisas científicas com plantas e cultivar a Cannabis spp. para uso medicinal exclusivo dos nossos pacientes associados.

Acreditamos em um planeta baseado na abundância e prosperidade.

Temos corpo técnico e operacional e temos parceria com Laboratórios da Universidade de Brasília (UnB), tanto na parte de análises químicas e toxicológicas (LabTox), quanto na parte de Botânica - Departamento de Botânica. A união dessas tecnologias possibilita a rastreabilidade, a criação, o cruzamento e o desenvolvimento genético de plantas!

Através de técnicas de clonagem é possível estabilizarmos e replicarmos padrões fito-químicos, possibilitando tratamento personalizado para cada paciente!

=====

<sup>28</sup> Reservio é uma plataforma de agendamento online. Permite que clientes agendem compromissos, consultas ou atendimentos e ao profissional que oferece serviços, permite a possibilidade de aceitar os agendamentos a qualquer hora e a qualquer dia da semana.

Há ainda o perfil da associação no Instagram<sup>29</sup> e, ao que parece, esta é atualmente a rede social mais ativa da Aliança Verde. A descrição no perfil da associação traz algumas informações. Além de se apresentar como Organização Não-Governamental, logo abaixo dessa informação, há uma lista de atividades ligadas à associação: “Cultivo Associativo Medicinal, Agricultura Regenerativa, Cultivo Biodinâmico e Agroflorestal, Autonomia Sanitária – Remédio Caseiro”. Abaixo das atividades listadas, há o link para a plataforma Reservio. As publicações da página são relativas ao acolhimento, à extração de óleo da planta, às pesquisas desenvolvidas, às consultas oferecidas pela associação, imagens das plantas, cartas recebidas de associados, a atuação jurídica, eventos promovidos ou apoiados pela associação, entre outras publicações como notas, links para artigos e divulgação de parcerias.

### 1.1.3 Liga Canábica

A Liga Canábica apresenta-se em seu perfil no Facebook<sup>30</sup> como “*uma associação sem fins lucrativos, criada a partir da luta dos pais e familiares de crianças com epilepsia de difícil controle, que luta em defesa dos usos terapêuticos da Cannabis e pelo acesso à planta e seus derivados*”. Entre os seus objetivos estão a construção de uma Política Nacional de Cannabis Medicinal fundamentada em inclusão social, o acesso universalizado e qualificado às variedades da cannabis, a superação dos preconceitos, a defesa da autonomia dos usuários ou responsáveis, além da participação ativa em questões relacionadas ao uso medicinal da cannabis. A Liga Canábica afirma que podem ser associados:

*Pacientes e responsáveis de pacientes portadores de enfermidades que possam ser tratadas com Cannabis medicinal;*

*Profissionais e estudantes das diversas áreas, militantes de causas humanitárias, ativistas dos direitos humanos, religiosos, entre outros cidadãos que acreditam e defendem o uso medicinal da Cannabis;*

*Pesquisadores e profissionais da saúde que veem no uso medicinal da Cannabis a esperança para a cura ou o alívio dos sintomas de diversas*

---

<sup>29</sup> Ver: <https://www.instagram.com/aliancaverdebrasil/>. Acesso em: novembro de 2023.

<sup>30</sup> Ver: <https://www.facebook.com/ligacanabica.br/>. Acesso em: novembro de 2023.

*enfermidades e desejem contribuir para o avanço nas pesquisas com a planta Cannabis;*

*Jornalistas e outros profissionais dos meios de comunicação, publicitários, designers, escritores e artistas que queiram contribuir para criar uma cultura de superação dos preconceitos em relação ao uso medicinal da Cannabis;*

*Dirigentes ou membros de organizações governamentais e não governamentais, empresas, instituições de ensino e pesquisa, entidades de pacientes, e demais entidades envolvidas com a saúde e os direitos humanos, além de outros agentes públicos ou privados.*

O site da associação (<https://ligacanabica.org.br/>) contém diversas informações, sendo possível associar-se mediante preenchimento de cadastro virtual no qual o interessado deve anexar receita e laudo médico para finalizar o procedimento. A seguir, imagem da Figura 12 reproduz a tela inicial do site da associação. Na tela, lê-se o seguinte:

*A Liga Canábica tem como missão ser espaço coletivo de acolhida e cuidado, tendo como foco a difusão do conhecimento sobre a Cannabis ssp, de modo a contribuir, com respeito, para o resgate da relação ancestral da humanidade com essa planta, em sua integralidade, bem como para a vivência comunitária que ela inspira, na busca do bem viver comum, sendo fonte de referência na promoção da saúde integral.*

**Figura 12 – Tela inicial da associação Liga Canábica**



A seção “Sobre” do site é detalhada e contém “Objetivos gerais”, “Objetivos específicos”, “Princípios” e “Valores” da associação. O site também traz o estatuto

da associação, informativos contendo casos, notícias, eventos e artigos acadêmicos relacionados ao uso medicinal da cannabis. O site aparentemente não é atualizado desde 2021. O perfil no Instagram, no entanto, é bastante ativo e faz publicações com frequência.

#### **1.1.4 Cultive**

A Cultive - Associação de Cannabis e Saúde foi criada após uma mãe de paciente, Cida Carvalho, ou Cidinha (fundadora e atual presidente da associação), descobrir na internet que uma criança nos Estados Unidos (Charlotte Figi), portadora da mesma síndrome de sua filha, Clarian, era tratada com óleo de maconha e que teria apresentado bons resultados. A associação descreve seu surgimento no cenário nacional com a demanda de “preencher a grave lacuna provocada pelo estado de ilegalidade da cannabis, fato pelo qual grande número de pacientes em potencial encontram-se privados de seus benefícios terapêuticos”. O site ([www.cultive.org.br](http://www.cultive.org.br), na Figura 13) apresenta a história da associação, sua “Missão, Visão e Valores”, uma seção específica chamada “Benefícios” (que retoma o uso histórico e milenar da cannabis até suas evidências científicas contemporâneas), uma guia “Acesso ao óleo” (em que apresenta quatro formas de acessar o medicamento - Figura 14), “perguntas frequentes”, além de notícias, informações legais e contato. A seção que apresenta as formas de acesso ao óleo – autocultivo, por associação, importado ou mercado ilegal – deixa entrever a insegurança do consumidor que acessa o medicamento através do mercado ilegal, conforme fica evidente pelas marcações em forma de “x” ao lado dos tópicos.

Figura 13 – página inicial da associação Cultive

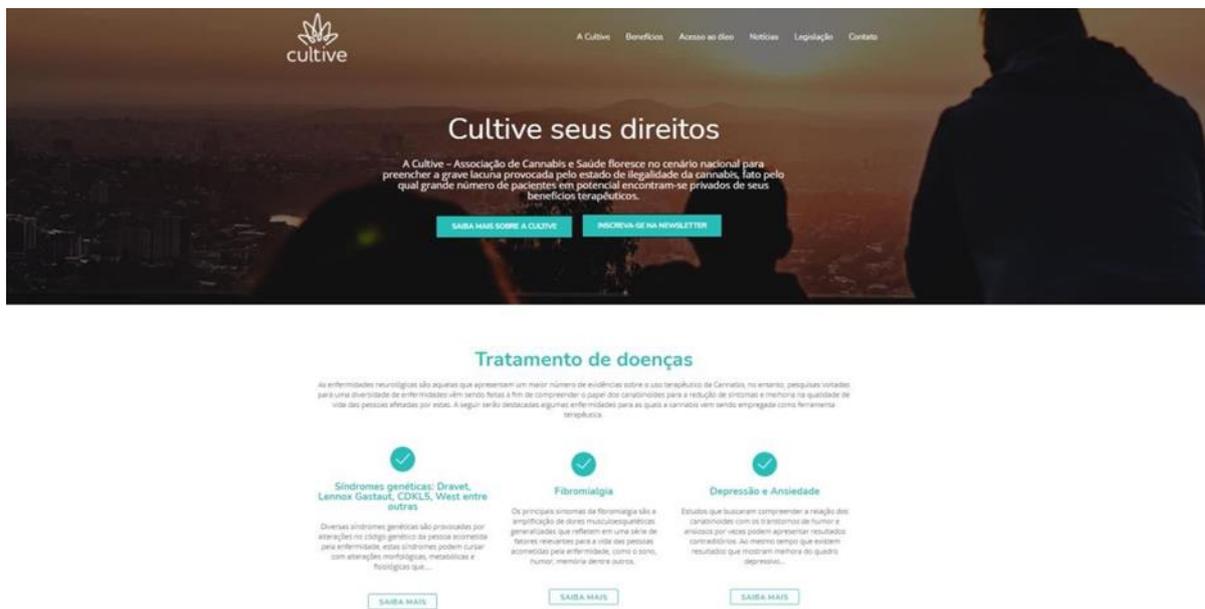


Figura 14 – Printscren do menu de acesso ao óleo de cannabis no site da Cultive

## 4 Formas de acesso ao Óleo de Cannabis

Existem diversas formas de ter acesso ao Óleo de Cannabis. A Cultive acredita que todas as formas são legítimas, mas defendemos o direito ao Auto Cultivo e Cultivo Associativo.

### 1. Autocultivo

- Acesso com igualdade
- Fácil manipulação: recebendo um treinamento técnico o paciente já pode se tornar autossustentável
- Definir qual cepa será utilizada
- Possibilidade de Cultivo Orgânico e em solo de boa procedência
- Aproveitamento de todos os canabinoides juntos, gerando efeito comitiva
- Possibilidade da busca da melhor resposta terapêutica
- Escolha da melhor substância utilizada para extrair o óleo

### 2. Por associação

- Existe apenas uma associação no Brasil com autorização para cultivar e produzir o óleo de Cannabis, impossibilitando atender a demanda existente.
- Lutamos pelo direito de mais associações poderem atender plenamente seus associados

### 3. Importado

- Não garante o acesso pelo alto custo
- Mais de 90% dos pacientes não têm acesso ao óleo importado
- Dos poucos que têm acesso, muitos migram para o óleo artesanal, por encontrarem melhor resposta terapêutica.
- A ANVISA não tem fiscalização dos teores de canabinoides existentes nos óleos que entram no Brasil Falta de recursos do Estado para custear o importado
- Não atende a todos os pacientes, porque cada um responde de maneira diferente a cada cepa de Cannabis

### 4. Mercado ilegal

- ✗ Flores sem procedência
- ✗ Desconhecimento da cepa da planta que o óleo foi extraído
- ✗ Óleo feito com "prensado"
- ✗ Risco de agrotóxico nas plantas
- ✗ Risco de metais pesados e outras impurezas
- ✗ Desconhecimento doo tipo de álcool usado na extração do óleo

### 1.1.5 Apepi

A Apepi, Associação de Apoio à Pesquisa e a Pacientes de Cannabis Medicinal, anteriormente Associação de Pais de Pessoas com Epilepsia Refratária, surgiu em 2013, no Rio de Janeiro, a partir de um grupo de mães de portadores de epilepsia refratária<sup>31</sup> que não respondiam aos tratamentos convencionais. Ela tem como lema a emblemática frase “A vida não espera”<sup>32</sup> (Figura 15), que está no subtítulo do longa-metragem “Illegal” e é coordenada por Margarete Brito, advogada e mãe de paciente de cannabis medicinal. A APEPI oferece acolhimento, atendimento psicológico, atendimento médico, apoio jurídico e importação de óleo, além de cursos de cultivo e extração do óleo da planta. O site disponibiliza acesso a um livro educacional virtual que também traz informações científicas (como aquelas descritas no capítulo anterior) a respeito dos canabinóides, receptores e endocannabinóides.

Figura 15 – página inicial da associação APEPI



A aba informações, que traz o livreto virtual (Figura 16), também contém uma seção de artigos científicos relacionados às diferentes enfermidades que podem ser

<sup>31</sup> Conforme reportagem do portal aqui mencionado “Cannabis & Saúde”, a epilepsia refratária é a modalidade da epilepsia que não responde a pelo menos dois tipos de medicação. Ver: <https://www.cannabisesaude.com.br/epilepsia-refrataria/>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>32</sup> Ver: <https://apepi.org/>. Acesso em: agosto de 2023.

tratadas com cannabis. A Apepi recebeu em julho de 2020, da Justiça Federal do Rio de Janeiro, o direito de fornecer remédios à base de cannabis para seus associados. Em novembro desse mesmo ano, conforme Margarete Brito, a Anvisa recorreu a tanto essa decisão da justiça quanto a liminar que garantia à Apepi o direito de produzir foram derrubadas<sup>33</sup>. A despeito disso, a Apepi manteve seu projeto de garantir o acesso aos medicamentos para seus associados. Conforme o advogado da associação afirmou em entrevista ao portal “Cannabis & Saúde”, “a *desobediência civil continua!*”<sup>34</sup>. Em março de 2021, no entanto, a Anvisa emitiu uma nota em seu site alegando não ter ingressado com qualquer ação judicial que visasse suspender decisões favoráveis concedidas às associações<sup>35</sup>. Conforme a reportagem veiculada no portal “Cannabis & Saúde”, ainda em novembro de 2020, a decisão foi definida em segunda instância no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Percebe-se aqui um embate que envolve a associação de pacientes, a agência reguladora, a justiça e, possivelmente, os interesses da indústria farmacêutica em garantir a exclusividade da oferta dos produtos derivados da cannabis em um mercado considerado promissor.

**Figura 16 – Livreto educacional da APEPI**

**Porque a Cannabis pode Tratar tantas doenças?**  
**A explicação está no Sistema Endocanabinóide**

O sistema endocanabinóide é uma descoberta recente da biologia. Ele é composto pelos receptores de canabinoides (CB1 e CB2) espalhados em nosso corpo e funciona como se fossem chaves (os canabinoides) e fechaduras (os receptores). Esse sistema administra as funções vitais, como o controle da divisão celular, metabolismo, sistema imunológico e atividade cerebral.

Uma vez que os endocanabinóides são funcionalmente muito semelhantes aos canabinoides das plantas, estes podem ser explorados para impulsionar o sistema endocanabinóide e promover o equilíbrio mental e físico.

**Funções que o sistema controla:**

Atividade Cerebral	Sistema Imunológico	Divisão Celular	Metabolismo
Memória	Câncer	Esclerose Múltipla	Anorexia
Epilepsia	Alzheimer	Doença de Crohn	Bulimia
Esquizofrenia	Parkinson	Esquizofrenia	Insomnio
Autismo	Huntington	Infarto	Tempestade
Doença cardíaca			

**Receptores do Sistema Endocanabinóide**  
 ● CB1  
 ● CB2

**Quais doenças?**

Estudos mostram que a Cannabis pode aliviar sintomas e auxiliar no tratamento de diversas doenças. Já há estudos para terapêuticas nas seguintes patologias:

Alzheimer	Transtorno de Ansiedade	Câncer
Parkinson	Psicose/Esquizofrenia	Linfoma
Glaucoma	Esclerose Múltipla	Melanoma
AIDS	Dores Crônicas	Náusea
Autismo	Dependência a drogas	Enxaqueca
Anorexia	Doenças inflamatórias crônicas	Insônia
Doença de Crohn	Doenças auto-imunes	Stress
Depressão	Distúrbios da Tireoide	TOC
Osteoartrite	Fibrose hepática	TDAH
Aterosclerose	Bexiga neurogênica	Diabetes
Vasoespasmos	Endometriose	Eczema
Bulimia	Síndrome do X Frágil	Obesidade
Fibrose Cística	Doença de Huntington	Zumbido
	Rejeição a transplante de tecidos	Malária

Fontes: CB Medical - www.cbmedical.com

Efeitos colaterais: os efeitos colaterais com o CBD são mínimos. O THC apresenta maiores efeitos colaterais, principalmente com relação a sua "resaca". Mesmo assim os efeitos são temporários. É importante ressaltar que em alguns casos há efeitos adversos como fome e sonolência, requerendo apenas um ajuste de dose, em outros casos esses efeitos são até bem vindos.

<sup>33</sup> Ver: <https://sechat.com.br/anvisa-recorre-e-liminar-que-garantia-a-apepi-produzir-cannabis-medical-deve-cair/>. Acesso em: agosto de 2023

<sup>34</sup> Ver: <https://www.cannabisesaude.com.br/liminar-cultivo-apepi/>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>35</sup> Ver: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/agencia-esclarece-sobre-decisoes-judiciais-relacionadas-a-cannabis-medical>. Acesso em: agosto de 2023.

### 1.1.6 Ama+Me

A Ama+Me, Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal, se apresenta como “uma iniciativa de pacientes, familiares e colaboradores diversos que tem como princípios fundamentais promover, garantir, consolidar e expandir os direitos dos pacientes de cannabis medicinal”. A associação pretende contribuir para a regulamentação da cannabis medicinal no Brasil se colocando na arena pública de debates, reivindicando participação em conselhos e em consultas públicas, apoiando ativamente projetos de lei (como o referido PL 399/2015) e se colocando próxima às universidades no incentivo e apoio à pesquisa. Conforme é possível ver na imagem da página inicial do site<sup>36</sup>, o cabeçalho oferece uma série de opções, como: História da cannabis medicinal; Cannabis Medicinal hoje, dividida em tópicos relativos à metabologia, imunologia, neurologia, oncologia e psiquiatria; Cultivo da cannabis medicinal; Apoio jurídico, dividido em direitos ligados aos planos de saúde, direitos da pessoa com deficiência e defensoria pública; Médicos e médicas prescritores de cannabis; Convite para associação; Convite para ser colaborador/doador.

**Figura 17 – página inicial da associação AMA+ME**



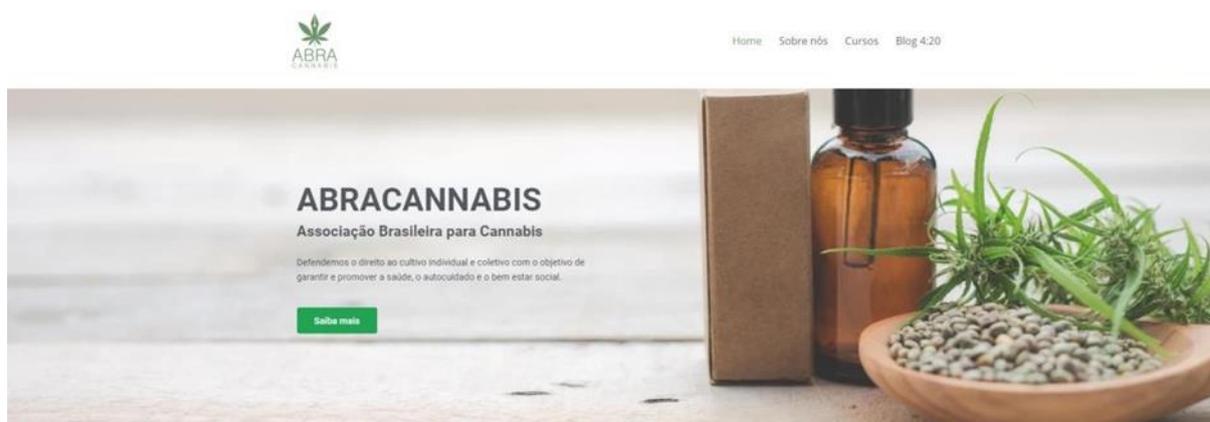
<sup>36</sup> Ver: <https://amame.org.br/>. Acesso em: agosto de 2023.

### 1.1.7 Abracannabis

Por fim, a AbraCannabis<sup>37</sup>, Associação Brasileira para Cannabis, que defende “o direito ao cultivo individual e coletivo com o objetivo de garantir e promover a saúde, o autocuidado e o bem-estar social”. A partir da seção “Artigos e Notícias”, cujo último conteúdo foi publicado em 17 de junho de 2018 –, suponho que o site esteja bastante desatualizado em relação aos acontecimentos mais recentes –, há links para os perfis no Facebook, no Instagram e para o canal no YouTube, que contêm cursos sobre cannabis medicinal. Os perfis no Facebook e no Instagram são atualizados com frequência. Criada em março de 2015, a associação “nasce como objetivo de promover inclusão social, o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais de cada cidadão. Lutando pela democratização do acesso a todas as formas de uso do vegetal cannabis, em especial em suas aplicações medicinais”.

Diferentemente das associações que oferecem o acolhimento e a mediação entre o paciente e o médico prescritores, a AbraCannabis centra-se no apoio jurídico e na garantia do direito ao cultivo, além da promoção e da participação de debates, apoio à pesquisa e à educação, proposição de políticas públicas e envolvimento nas consultas promovidas por agências regulatórias. A seguir, imagem com a página inicial do site.

**Figura 18 – página inicial da AbraCannabis**



<sup>37</sup> Ver: <https://abracannabis.org.br/>. Acesso em: agosto de 2023.

## 2 A EMERGÊNCIA DA PEDAGOGIA DA CANNABIS

Em minha dissertação de mestrado (Souza, 2017), procurei demonstrar como um jornal se dirige a um leitor que é previamente imaginado/construído. Não quero dizer que o leitor é um produtor do jornal, mas que o leitor é pensado (e pesquisado) pelo jornal. Ellsworth (2001) traz o conceito de modos de endereçamento da área dos estudos de cinema para a Educação. A autora assume o modo de endereçamento como um evento, mais do que algo que está apenas presente no texto do filme. Em suas palavras: “menos como algo que está em um filme e mais como um evento que ocorre em algum lugar entre o social e o individual” (Ellsworth, 2001, p. 13). Um evento que ocorre entre o social e o individual e não algo engessado no próprio texto. O endereçamento como um evento ocorre, portanto, “num espaço que é social, psíquico, ou ambos, entre o texto do filme e os usos que o espectador faz dele”.

O conceito de modo de endereçamento está baseado no seguinte argumento: para que um filme funcione para um determinado público, para que ele chegue a fazer sentido para uma espectadora, ou para que ele a faça rir, para que a faça torcer por um personagem, para que um filme a faça suspender sua descrença [na “realidade” do filme], chorar, gritar, sentir-se feliz ao final – a espectadora deve entrar em uma relação particular com a história e o sistema de imagem do filme (idem, p. 14).

É essa relação particular com o texto, imagens ou filmes que envolve o espectador que sintetiza o conceito dos modos de endereçamento. O que procurei articular ao buscar este conceito, em linhas bastantes gerais, foi que assim como filmes supõem e idealizam o tipo de pessoa para qual se endereça e, conforme a autora, “sobre as posições e identidades sociais que seu público deve ocupar” (idem, p. 16), um jornal também atua desde essa perspectiva.

E essas suposições e esses desejos deixam traços intencionais e não-intencionais no próprio filme. Para algumas escolas de estudos do cinema, um filme é composto, pois, não apenas de um sistema de imagens e do desenvolvimento de uma história, mas também de uma estrutura de endereçamento que está voltada para um público determinado e imaginado (idem).

Ainda a respeito dos filmes, a autora destaca que o endereçamento compõe uma estrutura que possui traços que não são visíveis de imediato, ou seja, “não se

apresentam diretamente na tela” (idem, p. 17). Conforme Ellsworth, o modo de endereçamento parece “mais com a estrutura narrativa do filme do que com seu sistema de imagem” sendo invisível, tal como a trama que conduz o filme. Portanto, o modo de endereçamento é mais que apenas o momento visual ou falado, “mas uma estruturação – que se desenvolve ao longo do tempo – das relações entre o filme e seus espectadores” (idem, p. 18).

Ao analisar os produtos veiculados no âmbito da Campanha Repense, pretendo explorá-los desde esta relação mais ampla que não se remete estritamente ao texto, mas aos eventos desencadeados a partir do encontro entre o material produzido e o leitor. Assim, partindo do pressuposto de que filmes são construídos a partir de um suposto destinatário previamente imaginado, considero que as campanhas em prol do uso medicinal da maconha também se destinam, se endereçam, a um tipo particular de espectador. Esse espectador precisa ser sensibilizado a partir de temas estratégicos e que o mobilizem para uma tomada de posição na arena pública de debates a respeito do estatuto social da maconha/cannabis. O gradiente em torno da planta será provocado a se reposicionar a partir do contato do espectador com os produtos veiculados no âmbito da Campanha Repense. No esforço de transpor questões próprias do cinema e do conceito de modos de endereçamento, cabem questões como: quem é o espectador imaginado pela campanha e quais as estratégias mobilizadas para que o espectador seja sensibilizado por ela?

Reproduzo a seguir, a página inicial do site da Campanha Repense. O site, que estava acessível pelo menos desde junho 2019 e é parte integrante da segunda edição da Campanha, saiu do ar em julho de 2023. No entanto, e pelo que pude acompanhar enquanto visitava o site para realizar este trabalho, a estrutura do site se manteve a mesma, mudando apenas o vídeo da página inicial. No início de agosto desse mesmo ano busquei contato com Tarso Araújo<sup>38</sup>, via Instagram, para questionar o motivo do site não estar mais disponível e se estaria previsto colocá-lo

---

<sup>38</sup> Jornalista responsável pela Campanha Repense. Na esteira da Campanha, Tarso atuou como produtor de uma série de curtas-metragens, um longa-metragem, além de outros materiais para impulsionar a Campanha e apresentar ao seu público/espectador as associações de pacientes de cannabis medicinal.

no ar novamente, entretanto não obtive retorno. Ainda é possível acessar a Campanha através das redes sociais Facebook<sup>39</sup> e Instagram<sup>40</sup>.

**Figura 19 – Página inicial do site “Campanha Repense”, parte 1**



O nome da campanha na parte superior à esquerda traz no centro da palavra “REPENSE”, precisamente na letra “E”, o sinal da cruz vermelha, reconhecidamente um símbolo atribuído ao atendimento médico, à própria medicina e à hospitais. Os menus de navegação, além do acesso à página inicial (Home), trazem as guias “Saúde”, “Regulação”, “Associações de Pacientes”, “Sobre a Campanha” e “Blog”. Abaixo, um vídeo e ao lado a frase “O que você pode fazer para mudar essa realidade?” com uma seta apontando para baixo. O vídeo traz uma série de informações animadas enquanto o texto é narrado conforme transcrito abaixo:

*Você já parou pra pensar sobre o que é a maconha? A maconha é uma planta. Uma planta capaz de alterar nossos sentidos, assim como o tabaco ou o café. Você já deve ter ouvido dizer que ela é porta de entrada para outras drogas mais pesadas. Ou que mata neurônios, por exemplo. Nada disso é verdade. Mas realmente a maconha pode oferecer alguns riscos. E por isso ela precisa ser regulada, como acontece com o álcool e o tabaco. O que talvez você não tenha ouvido por aí, é que a maconha pode beneficiar a*

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/repensemaconhamedicinal>. Acesso em: outubro de 2023.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/repenserepense/>. Acesso em: outubro de 2023.

saúde de muita gente. Só no Brasil, seriam milhões. Ela pode ser usada como tratamento para doenças graves e até aliviar o sofrimento para quem faz quimioterapia, por exemplo. Você pode até achar que ela já nasce enrolada num cigarro. Mas como remédio ela pode ser usada em gotas, comprimidos, sprays, cremes e até por inalação. Muitos países no mundo já entendem que ela é importante para a saúde e criaram regras para que os pacientes possam usá-la. Como qualquer planta, a maconha pode ser cultivada num vaso de casa ou em grandes escalas. Pode não. Poderia. Porque no Brasil ainda não existem regras para isso. É hora de regulamentar o uso da maconha medicinal no país e garantir que pacientes e médicos brasileiros tenham acesso a esse tipo de tratamento. Essa é uma ideia importante que precisa ser discutida com responsabilidade. Milhões de pacientes brasileiros agradecem. Informe-se. E repense o uso medicinal da maconha.

Clicando na seta apontando para baixo, a página desce até substituir completamente a imagem da Figura 19 pela Figura 20, conforme reproduzido abaixo:

**Figura 20 – Página inicial do site “Campanha Repense”, parte 2**



Na parte superior esquerda, em cor destacada, “#AGILIZASENADO!”, enfatizando o engajamento *online* buscado pela campanha. Abaixo, o seguinte texto:

*O Projeto de Lei do Senado PLS 514 propõe autorizar o cultivo de cannabis com fins terapêuticos por pacientes e associações. A lei poderia ajudar milhões de pacientes, mas a tramitação do projeto está parada na Comissão de Cidadania e Justiça.*

O projeto de lei mencionado foi criado em 2017 e arquivado no final de 2022. A postagem nas redes sociais Facebook e Instagram permite estabelecer que a

veiculação do vídeo no intuito de fortalecer a tramitação do projeto de lei foi em 2019. No centro da tela da Figura 20, vemos figuras geométricas dispostas de maneira a remeter ao edifício do Congresso Nacional: dois semicírculos com dois retângulos estreitos entre eles. “Clique abaixo e mande um e-mail para o presidente do Senado agilizar a tramitação do projeto na Casa” e, abaixo, um botão “Fale com o senador”. Abaixo, um pequeno texto “Saiba mais sobre o PLS 514/2017 no site do Senado” com hyperlink para o site do Senado Federal.

Na parte inferior da página, ao centro, outro botão diz “Conheça a proposta dos pacientes” e, ao lado direito, botões para as redes sociais Facebook, Twitter (atualmente “X”) e WhatsApp. Ao clicar no botão “Conheça a proposta dos pacientes”, abre-se uma nova página com um documento de 16 páginas intitulado “A regulamentação que precisamos – Cannabis Medicinal: documento desenvolvido pelas associações de pacientes que usam Cannabis com fim terapêutico”. Ainda na Figura 20, abaixo e ao centro, há uma seta para baixo. Ao clicar na seta, a tela desce e substitui a reprodução vista na Figura 20 pela que vemos na Figura 21, abaixo:

Figura 21– Página inicial do site “Campanha Repense”, parte 3

## NOSSA PROPOSTA

NÃO BASTA REGULAMENTAR O USO DA CANNABIS. É preciso regulamentar de um modo que realmente ajude as pessoas que precisam dela. Por isso as associações de pacientes de cannabis medicinal do Brasil construíram um documento com as diretrizes que a regulamentação precisa seguir. [Leia a proposta.](#)





**COMO FUNCIONA EM OUTROS PAÍSES?**

Cerca de 40 países já regulamentaram o uso medicinal da cannabis. Conheça os exemplos.



**CONHEÇA AS INDICAÇÕES**

A cannabis pode aliviar os sintomas de pacientes de diversas doenças e condições. Saiba mais sobre como ela funciona.

---

## APOIE UMA ASSOCIAÇÃO:









Na Figura 21, última tela da página inicial, há uma prévia do documento de 16 páginas mencionado acima e que será analisado adiante. Abaixo da frase em destaque “Nossa proposta”, um texto curto que finaliza oferecendo novamente um link (na frase “Leia a proposta”) para acessar o documento referido. O texto está reproduzido abaixo:

*NÃO BASTA REGULAMENTAR O USO DA CANNABIS. É preciso regulamentar de um modo que realmente ajude as pessoas que precisam dela. Por isso as associações de pacientes de cannabis medicinal do Brasil construíram um documento com as diretrizes que a regulamentação precisa seguir. Leia a proposta.*

Logo abaixo do texto, uma imagem de punho erguido, comumente utilizado para representar lutas sociais e trazer a ideia de resistência. O punho erguido está segurando uma balança representando a justiça. Na parte à direita da Figura 21 há outras duas imagens, um globo e um recipiente do tipo Erlenmeyer. Ao lado do globo a frase “Como funciona em outros países?” e traz o dado de que “Cerca de 40 países já regulamentaram o uso medicinal da cannabis. Conheça os exemplos.”. Ao

lado do recipiente com líquido, remetendo a laboratórios e a experiências químicas, temos “Conheça as indicações” e a seguir o texto “*A cannabis pode aliviar os sintomas de pacientes de diversas doenças e condições. Saiba mais sobre como ela funciona.*”. Na parte inferior da página, a frase “Apoie uma associação”, com o verbo conjugado no imperativo. Abaixo, o símbolo e o nome de cada uma das associações na forma de botões que leva a outra página, ainda no site da Campanha Repense, com um pequeno texto informativo sobre as associações. Tais associações foram apresentadas no capítulo anterior, no entanto, deixo novamente seu registro conforme o menu disponibilizado no site. São elas: Associação Brasileira para Cannabis (Abracannabis), Apoio a Pesquisa e Pacientes de Cannabis (Apepi), Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (Abrace), Associação de Cannabis e Saúde – Cultive (Cultive), Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal (Liga Canábica), Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+Me), e o Instituto de Pesquisas Científicas e Medicinais das Plantas – Aliança Verde (Aliança Verde). Todas, em suas identidades visuais, com alguma referência à folha da Cannabis.

O conceito de modos de endereçamento, de Elisabeth Ellsworth (2001), é pertinente para fazer perguntas como: quem este material pensa que é (ou deseja que seja) o seu leitor/espectador? Há um apelo na página inicial de navegação do site, que convida o leitor a engajar-se em uma luta. Convida também a uma posição específica. O leitor irá se situar a partir de uma grade de inteligibilidade bastante específica, que coloca a saúde em primeiro plano, acompanhada e articulada por outras demandas igualmente relevantes e constituintes do endereçamento, como as de justiça, política e ciência. As guias que seguem após “Home”, na Figura 22, demonstram essa posição que deverá ser ocupada pelo leitor. Em “Saúde”, a página é menor que na página inicial, e ocupa apenas parte de uma tela.

Figura 22 – Página disponível na guia “Saúde” do site “Campanha Repense”



Conheça as principais indicações da cannabis medicinal e as pesquisas sobre seus benefícios para a saúde.



## APOIE UMA ASSOCIAÇÃO:



Dispostos de modo a remeter elementos da tabela periódica, vemos 5 quadrados amarelos lado a lado. Dentro de cada um deles, duas letras: “Ep”, “Dn”, “Pk”, “Au” e “Nv”. Com a seta do mouse sobre um desses quadros, as duas letras demonstram-se na verdade siglas para doenças ou sintomas de doenças e efeitos colaterais de medicamentos. Este último é o caso de “Nv”, que significa “Náuseas e vômitos induzidos por quimioterapia”, conforme demonstrado abaixo.

Figura 23 – Página disponível na guia “Saúde” do site “Campanha Repense”



Assim, “Ep” é a sigla para Epilepsia Refratária, “Dn” para Dores Crônicas e Neuropáticas, “Pk” para Doença de Parkinson e “Au” para Autismo. Clicando em um dos quadrados, a página muda para uma nova tela, trazendo dados de algum(uns) estudo(s) científico(s) relativo(s) aos benefícios e testes já realizados com cannabis medicinal para aquela determinada patologia ou sintoma. Abaixo a tela que temos ao clicar em “Ep”:

Figura 24 – Página disponível na guia “Saúde” ao clicar sobre “Ep”.

**REPENSE** HOME SAÚDE REGULAÇÃO ASSOCIAÇÕES DE PACIENTES SOBRE A CAMPANHA BLOG

## Saúde

### Ep Epilepsia Refratária

O EFEITO ANTICONVULSIVANTE dos extratos de Cannabis ricos em canabidiol tem sido demonstrado em diversos estudos. Nos EUA, um deles mostrou que 84% das crianças com epilepsias graves e resistentes a tratamentos convencionais reduziram suas convulsões com o tratamento. Entre crianças com a síndrome de Dravet, uma das variações mais graves de epilepsia, as convulsões caíram 39% após o uso de canabidiol.

**CONHEÇA AS PESQUISAS**

- **Canabinoides e o Tratamento da Epilepsia Refratária: uma Revisão.**  
[Acesse o estudo](#) (em inglês).

f YouTube Twitter WhatsApp

COMPARTILHE NAS REDES

Na parte superior da página, o quadrado amarelo com a sigla “Ep” e ao lado “Epilepsia Refratária”. Em seguida, o texto:

*O EFEITO ANTICONVULSIVANTE dos extratos de Cannabis ricos em canabidiol tem sido demonstrado em diversos estudos. Nos EUA, um deles mostrou que 84% das crianças com epilepsias graves e resistentes a tratamentos convencionais reduziram suas convulsões com o tratamento. Entre crianças com a síndrome de Dravet, uma das variações mais graves de epilepsia, as convulsões caíram 39% após o uso de canabidiol.*

Após, um link para o portal PubMed<sup>41</sup> direcionando para o artigo de revisão *Cannabinoids in treatment-resistant epilepsy* (O’connell, Gloss e Devinsk, 2017).

Em “Regulação”, temos a perspectiva que busca elucidar aspectos relacionados à política e à geopolítica internacional. A página tem estrutura semelhante a já apresentada na guia “Saúde”, tendo o título “REGULAÇÃO” em destaque no canto superior esquerdo e, após o texto “Veja como funciona a regulamentação da cannabis medicinal em outros países”. Os países Tailândia,

<sup>41</sup> O portal PubMed é uma ferramenta de busca de referências e resumos de artigos científicos na área das ciências da vida e da biomedicina. É especialmente útil para estudantes e pesquisadores da área da saúde, que precisam encontrar fontes de pesquisa confiáveis e atualizadas para seus trabalhos.

Zimbábue, Peru, Holanda, Israel, Estados Unidos, Chile, Colômbia, Canadá e Alemanha. Clicando, temos algumas informações sobre cada um dos países, como “Os pacientes precisam ter um registro para adquirir flores, extratos, plantas ou sementes. Os produtores também precisam ser autorizados pelo governo.”, ao abrir a página relativa ao Zimbábue. Essa seção traz informações sobre a regulamentação nesses diferentes países apenas no que diz respeito ao uso medicinal da maconha. Alguns desses países, como Holanda e Estados Unidos, já possuíam, na época em que o site esteve no ar, regulamentações relativas ao uso “recreativo” da maconha. Informações sobre regulação em outros países com esse viés não aparecem no site da Campanha Repense.

A guia “Associações de pacientes” traz cada uma das 7 associações que compõem a Campanha Repense. Ao clicar no logo de alguma delas, abre-se outra página, contendo informações relativas à história e à atuação da associação selecionada. Abaixo, como exemplo, a Figura 25 demonstra o que está disponível ao selecionar a associação Liga Canábica.

Figura 25 – Página disponível na guia “Associações”, Liga Canábica

**REPENSE** HOME SAÚDE REGULAÇÃO ASSOCIAÇÕES DE PACIENTES SOBRE A CAMPANHA BLOG

## Associações

**Liga Canábica**

LIGACANÁBICA  
em defesa do uso medicinal de cannabis

A Liga Canábica é uma associação sem fins lucrativos, que reúne pacientes e familiares, profissionais de diversas áreas, estudantes, pesquisadores, ativistas, políticos e demais cidadãos e cidadãs, que acreditam no potencial terapêutico da *cannabis* e lutam pela construção de políticas públicas, além de outros mecanismos, que garantam: amplo acesso às diversas formas de usos terapêuticos com esta planta; incentivos à produção e difusão do conhecimento científico sobre a *cannabis* e suas possibilidades terapêuticas; criação e aperfeiçoamento permanente das leis que regulam o cultivo, a produção, a distribuição de derivados medicinais, a assistência aos usuários de *cannabis* terapêutica e o controle social das políticas públicas nessa direção; e a criação de uma cultura de acolhimento e superação de preconceitos em relação aos usuários terapêuticos de *cannabis*, buscando, sobretudo, o retorno aos seus usos tradicionais.

**Liga**  
Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal  
E-mail: [ligacanabicapb@gmail.com](mailto:ligacanabicapb@gmail.com)  
Facebook: [ligacanabicapb](https://www.facebook.com/ligacanabicapb)  
Instagram: [ligacanabica.pb](https://www.instagram.com/ligacanabica.pb)

f YouTube Twitter WhatsApp

Abaixo do logotipo da associação, o seguinte texto:

*A Liga Canábica é uma associação sem fins lucrativos, que reúne pacientes e familiares, profissionais de diversas áreas, estudantes, pesquisadores, ativistas, políticos e demais cidadãos e cidadãs, que acreditam no potencial terapêutico da cannabis e lutam pela construção de políticas públicas, além de outros mecanismos, que garantam: amplo acesso às diversas formas de usos terapêuticos com esta planta; incentivos à produção e difusão do conhecimento científico sobre a cannabis e suas possibilidades terapêuticas; criação e aperfeiçoamento permanente das leis que regulam o cultivo, a produção, a distribuição de derivados medicinais, a assistência aos usuários de cannabis terapêutica e o controle social das políticas públicas nessa direção; e a criação de uma cultura de acolhimento e superação de preconceitos em relação aos usuários terapêuticos de cannabis, buscando, sobretudo, o retorno aos seus usos tradicionais.*

Após o texto com informações sobre a associação, é disponibilizado contatos através de e-mail e das redes sociais Facebook e Instagram.

A guia “Sobre a campanha”, traz um resumo da história da Campanha Repense, que será abordada novamente adiante, e demonstra que sua trajetória como luta pelo uso medicinal da *cannabis* possui coerência com o endereçamento presente nessa fase mais recente da Campanha. O início da campanha buscou do

leitor de seus materiais engajamento e sensibilização, tal como através dos materiais veiculados no site da Campanha nesta nova etapa. A seguir, a tela representada na Figura 26.

**Figura 26 – Página disponível na guia “Sobre a campanha”**

The image shows a screenshot of a website page. At the top, there is a yellow navigation bar with the logo 'REPENSE' on the left and menu items 'HOME', 'SAÚDE', 'REGULAÇÃO', 'ASSOCIAÇÕES DE PACIENTES', 'SOBRE A CAMPANHA', and 'BLOG' on the right. Below this is a dark teal header with the word 'Saúde' in white. The main content area has a title 'Conheça a Repense' in a large, bold, teal font. Below the title, there are two paragraphs of text, a link to 'www.campanharepense.com.br', and four social media icons (Facebook, YouTube, Twitter, and WhatsApp) with the text 'COMPARTILHE NAS REDES' underneath.

**REPENSE** HOME SAÚDE REGULAÇÃO ASSOCIAÇÕES DE PACIENTES SOBRE A CAMPANHA BLOG

## Saúde

### Conheça a Repense

A primeira edição da campanha Repense – pela regulamentação da Cannabis medicinal – foi lançada em 2014, com uma campanha de crowdfunding e o curta-metragem *Illegal*. A repercussão da campanha, pautou pela primeira vez a imprensa brasileira sobre o potencial terapêutico da cannabis medicinal e deu tração ao movimento de pacientes que lutou – e luta até hoje – para ampliar o acesso dos brasileiros à essa terapia. Ao longo do ano, ainda foram lançados outros três curtas – *Luta, Dor, (In)Justiça* e o longa-metragem *Illegal*.

A segunda edição, lançada em junho de 2019, é assinada por um coletivo de associações de pacientes que nos últimos anos se consolidou à frente da luta pela cannabis medicinal. Ela chega no momento em que Congresso e Anvisa discutem projetos de lei e iniciativas regulatórias sobre o tema. O objetivo dessa nova temporada é dar visibilidade às demandas dos pacientes na construção dessa regulação e conscientizar a população sobre outras indicações da cannabis medicinal – para além da epilepsia.

Ajude a divulgar essa causa. A saúde de milhões de brasileiros agradece.

[www.campanharepense.com.br](http://www.campanharepense.com.br)

f YouTube Twitter WhatsApp

COMPARTILHE NAS REDES

O texto da imagem acima, transcrito a seguir:

*A primeira edição da campanha Repense – pela regulamentação da Cannabis medicinal – foi lançada em 2014, com uma campanha de crowdfunding e o curta-metragem *Illegal*. A repercussão da campanha, pautou pela primeira vez a imprensa brasileira sobre o potencial terapêutico da cannabis medicinal e deu tração ao movimento de pacientes que lutou – e luta até hoje – para ampliar o acesso dos brasileiros à essa terapia. Ao longo do ano, ainda foram lançados outros três curtas – *Luta, Dor, (In)Justiça* e o longa-metragem *Illegal*.*

*A segunda edição, lançada em junho de 2019, é assinada por um coletivo de associações de pacientes que nos últimos anos se consolidou à frente da luta pela cannabis medicinal. Ela chega no momento em que Congresso e Anvisa discutem projetos de lei e iniciativas regulatórias sobre o tema. O objetivo dessa nova temporada é dar visibilidade às demandas dos pacientes na construção dessa regulação e conscientizar a população sobre outras indicações da cannabis medicinal – para além da epilepsia.*

*Ajude a divulgar essa causa. A saúde de milhões de brasileiros agradece.*

Abaixo do texto transcrito na Figura 26, vemos o endereço virtual da Campanha operando visualmente como a assinatura do texto. O site todo funciona a partir de direcionamentos para si mesmo. E dentro da rede constituída ao redor da Campanha estão articulados esses temas diversos e complementares entre si, como saúde, direito, política e ciência. O leitor ou espectador dos produtos veiculados no âmbito da Campanha irão situar-se a partir de uma estrutura que parte da área médica. É, portanto, através desta maneira específica de se situar na temática que se forma a rede que constituí a Campanha Repense. A seguir, explorarei com mais detalhes as pertinências do campo dos Estudos Culturais para produção da análise da Pedagogia da Cannabis.

## **2.1 Perspectivas teóricas para pensar a pedagogia da cannabis**

Junto de outros pesquisadores e pesquisadoras que se vinculam ao campo dos Estudos Culturais e Educação, considero que a prática pedagógica possui relação íntima com a produção de pessoas (Camozzato, 2014) e que cada momento histórico visa a produção de determinadas formas de ser sujeito no mundo social. De modo que, conforme Camozzato (2014), no presente convém se referir às pedagogias – e não a uma Pedagogia – dado que vivemos uma proliferação enunciativa em torno da educação, do ensino, da aprendizagem e das práticas pedagógicas. Isso pode ser considerado ao levarmos em conta o aumento de oferta de cursos, *coachs*, *workshops*, especializações e toda sorte de professores ou especialistas performando uma prática pedagógica em relação a um público caracterizado (como consumidores em falta de tudo) pela busca de constante aperfeiçoamento.

Creio ser importante deixar explícita a forma como este trabalho entende pedagogia/as. E, sobretudo, como o trabalho entende a Pedagogia da Cannabis a partir de materiais como o exposto aqui, que considera tanto o site da Campanha Repense como a rede articulada ao redor dela. Os materiais produzidos no âmbito da Pedagogia da Cannabis atuam no sentido de, mais do que informar, educar e engajar o interlocutor em uma luta que é antes de tudo uma luta por saúde, bem-estar e dignidade.

Camozzato (2014) discute as transformações no conceito de pedagogia e as consequentes implicações na cultura contemporânea. Argumenta que as

pedagogias, como conceitos, de modo geral, buscam responder às demandas de cada época, produzindo sujeitos que correspondam ao mundo em que vivem. A autora sugere que as pedagogias atuais estão em constante atualização e reconfiguração para se conectar às exigências e necessidades contemporâneas. Além disso, Camozzato destaca a importância de problematizar o próprio conceito de pedagogia, devido a necessidade mostrada pela autora de considerar a multiplicidade do termo em um tempo em que há uma infinidade de estratégias direcionadas ao governo das pessoas. A pedagogia, conforme a autora, em outro trabalho (Camozzato, 2012), passa pelo conjunto de transformações que atinge ciência, literatura e artes desde o final do século XIX. Valendo-se da leitura do filósofo Jean-François Lyotard (2009), a autora irá percorrer, portanto, um caminho que busca explorar e analisar as transformações na pedagogia dentro do contexto de crise, característico da pós-modernidade. Conforme este autor (Lyotard, 2009, p. XV) a palavra pós-modernidade

designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, literatura e das artes a partir do final do século XIX. Aqui, essas transformações serão situadas em relação à crise dos relatos.

A crise dos relatos se refere ao processo de “incredulidade em relação aos metarrelatos” (idem).

Originalmente, a ciência entra em conflito com os relatos. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revelam-se como fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que busque o verdadeiro, deve legitimar suas regras de jogo. Assim, exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando este metadiscurso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna” a ciência que a isto se refere para se legitimar (idem).

A pós-modernidade, neste contexto, representa a crise pós perda de credibilidade das principais chaves de leitura e interpretação da realidade. Transcendendo o campo do conhecimento e do saber, a crise das grandes narrativas se desdobra também nas artes e literatura. Para Camozzato (2012, p. 23) a pedagogia se apresenta desde há muito como “eficaz relatora” da crise dos relatos:

Seja quando procura extrair dos comportamentos dos indivíduos saberes para voltar a atuar sobre eles; ou quando, num processo complexo de autorreferência constante, tenta revestir a si mesma da legitimidade de ser uma ciência e, por isso, detentora de alguma verdade, dentre outros.

No contexto de deslegitimação dos grandes relatos que caracterizam a modernidade, a pós-modernidade dá lugar a uma diversidade de jogos de linguagem que tem posto questões caras à modernidade como o privilégio da razão, a “natureza” da busca pelo progresso, da verdade e da própria ciência. Além disso, o próprio sujeito característico do Iluminismo (autônomo, centrado e soberano) é colocado em xeque. Assim, podemos argumentar a partir de Silva (2005, p. 11) que a própria noção de teoria, estritamente ligada à ciência é posta em discussão: “em geral, está implícita, na noção de teoria, a suposição de que a teoria ‘descobre’ o ‘real’, de que há uma correspondência entre a ‘teoria’ e a ‘realidade’”. A teoria seria, assim, a representação, a imagem, reflexo ou signo de uma realidade anterior a ela.

Da perspectiva do pós-estruturalismo, hoje predominante na análise social e cultural, é precisamente esse viés representacional que torna problemático o próprio conceito de teoria. De acordo com essa visão, é impossível separar a descrição simbólica, linguística da realidade – isto é, a teoria – de seus “efeitos de realidade”. A “teoria” não se limitaria, pois, a descobrir, a descrever, a explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção. Ao descrever um “objeto”, a teoria, de certo modo, inventa-o. O objeto que a teoria supostamente descreve é, efetivamente, um produto de sua criação (SILVA, 2005 p. 11).

No campo dos Estudos Culturais, é quase lugar comum o entendimento de que a pedagogia não é restrita a um espaço institucionalmente demarcado, como a escola, “mas encontra-se em atuação, de forma produtiva, em todas as instâncias, espaços e artefatos em que se impõe uma operação para modificar os modos dos sujeitos estarem no mundo” (Camozzato, 2012, p. 20-21). Sigo a autora na busca de apontar formas contemporâneas de formação e governo de determinados tipos de sujeitos, neste caso demandados a partir de uma condição que leva em consideração o saber médico e científico acerca da cannabis-maconha.

Como foi demonstrado por Deporte (2016), trabalhos e pesquisas oriundas do campo da Educação (no Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principalmente as produções ligadas aos Estudos Culturais) têm se dedicado a investigar os modos como nos constituímos como sujeitos e o papel de diferentes artefatos culturais nesse processo. Nessa direção, o conceito de pedagogias culturais despontou a partir dos

Estudos Culturais em Educação como ferramenta teórica e analítica que propõe investigar a cultura como recurso pedagógico (Deporte, 2016, p. 11),

O conceito de pedagogias culturais, neste contexto, tem sido importante para que as investigações produzidas possam escrutinar as formas como o imperativo pedagógico contemporâneo é desenvolvido, tornando visível seus movimentos e dizíveis suas estratégias pedagógicas (idem).

A respeito do referido “imperativo pedagógico contemporâneo” pela autora, é importante situar o trabalho de Noguera-Ramírez (2011) que abordou a genealogia do conceito de aprendizagem e diz que a sociedade que se desdobra após os marcos fundantes da Modernidade ancorados nos processos de industrialização – denominada por ele pós-capitalista – é saturada pela educação. O autor traz o entendimento de pós-capitalismo a partir do livro *A sociedade pós-capitalista*, do filósofo e economista Peter Drucker, que anunciava o advento da “sociedade do conhecimento” (Noguera-Ramírez, 2011, p.13). Após um período marcado pelo ensino (sociedade de ensino), próprio da Modernidade, na sociedade pós-capitalista observamos a emergência de uma sociedade de aprendizagem. A passagem referida pelo autor merece maior atenção nesta seção. Para o autor (Noguera-Ramírez, 2011, p. 20), a Modernidade, compreendida como o conjunto de transformações de ordem cultural, econômica, social e política, carrega consigo uma marca educativa. O processo de expansão das disciplinas e do governo, baseados na produção de Foucault, e que caracterizam a modernidade, “foram problemas profundamente pedagógicos e educacionais”.

Nesse sentido, ler a Modernidade na perspectiva da educação é ler o processo de constituição de uma “sociedade educativa” na qual é possível distinguir pelo menos três momentos ou formas de ser dos discursos e das práticas pedagógicas: o primeiro, localizado entre os séculos XVII e XVIII, poderia ser denominado “o momento da instrução” ou “momento do ensino”, generalizado pela estrita relação estabelecida entre práticas de ensino, práticas de polícia e processo de constituição da razão de Estado; o segundo momento, iniciado no fim do século XVIII, seria denominado o momento da educação liberal, devido ao aparecimento do novo conceito de educação e sua estreita ligação com a problemática da liberdade e da natureza humana, tal como foi formulada nos discursos do Iluminismo. Por último, desde o fim do século XIX, a emergência do conceito de aprendizagem marcaria a passagem da educação liberal para aquilo que se chamaria posteriormente a sociedade da aprendizagem, sociedade aprendente ou cidade educativa, graças, de uma parte, à extensão da função educativa além da escola e, de outra, à consequente exigência, para o indivíduo habitante desse novo espaço social, de um aprendizado

contante e ao longo da vida, exigência que leva a sua consideração como aprendiz permanente, vitalício ou um cosmopolita inacabado (idem, p. 21).

Como não é do intento do trabalho a genealogia das terminologias dos diferentes momentos da história da educação, cabe aqui situar que entendo que a Pedagogia da Cannabis se vincula ao momento caracterizado por esse e outros autores aqui, os quais situam a proliferação da educação, das diferentes pedagogias e da aprendizagem no contexto social deste e do último século. As transformações sociais, culturais, econômicas e políticas de pelos menos os últimos cinco séculos tiveram profundas relações com a educação. Neste e no último século os desdobramentos dessas transformações assume características conforme às que Camozzato (2014, 2012) atribui a proliferação de inúmeras e distintas pedagogias.

E assim, e ao encontro do que vêm ecoando desde os Estudos Culturais, devido a ênfase no conhecimento, nessa etapa do capitalismo sob a pós-modernidade é necessário que a educação se desdobre em espaços que vão muito além da escola. Um entre tantos elementos levado em consideração para construir o trabalho que traça a emergência da denominada “sociedade educativa” foi o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI apresentado à UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) e presidida por Jacques Delors, político francês que presidiu a Comissão Europeia (instituição que representa e defende interesses da União Europeia). O documento, em seu capítulo 5

assinala que a chave de ingresso para o século XXI é o conceito de “educação ao longo da vida”, conceito que supõe a capacidade de “aprender a aprender” para aproveitar as possibilidades oferecidas pela educação permanente (Noguera-Ramírez, 2011, p. 14).

O autor salienta que há antecedentes, uma vez que outra comissão (Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, de 1971) havia se debruçado sobre esses temas. Nessa ocasião, o relatório publicado sob o título “Aprender a ser” trouxe as noções de “cidade educativa” e “educação permanente”.

Portanto, era preciso reconsiderar os sistemas de ensino: na era científico-tecnológica, a grande mobilidade dos conhecimentos e a permanente aparição de inovações exigem maior atenção à adaptação dos programas de estudo e menor dedicação ao armazenamento e à distribuição do saber adquirido. Por outro lado, a enorme corrente de informações que circula

pelos meios massivos de comunicação tem evidenciado a debilidade de certas formas de instrução e a força de outras; também tem deixado evidente a importância do autodidatismo e tem aumentado o valor das atitudes ativas e conscientes de aquisição de conhecimentos (idem, p. 14-15).

Ambas comissões são representativas da passagem de uma sociedade do ensino para uma da aprendizagem.

O ensino devém a educação e cada vez mais a aprendizagem. Em outras palavras, na sociedade contemporânea aconteceria uma mutação do processo de aprendizagem (learning), que tende a predominar sobre o processo de ensino (teaching) (idem, p. 15)

Portanto, a mudança de um conceito de ensino para aprendizagem se baseia em uma governabilidade neoliberal, ou seja, um tipo de governo que, por meio da autonomia, liberdade, interesses e autorregulação, busca governar menos para governar mais, potencializando forças e investindo fortemente na vida. Nesse contexto, a aprendizagem não é uma forma, mas está associada a uma ideia de flexibilidade, plasticidade. Assim, a sociedade se transforma em uma sociedade educativa, tanto pela oferta constante de oportunidades educacionais para seus membros, quanto pela demanda de uma busca contínua por educação. Além disso, embora o autor indique que já no projeto de Comenius – ensinar tudo a todos – havia uma proposta de considerar o mundo como uma escola, através de uma maquinaria escolar universal, a novidade contemporânea reside no próprio conceito de aprendizagem e na formação de um sujeito chamado *Homo discens*, em constante formação e, portanto, eterno aprendiz. Sua condição lhe confere plasticidade, o que o torna capaz de se adaptar constantemente às mudanças do mundo.

Como argumentou Hillesheim (2015, p 791), em vez de o mundo se transformar em uma escola, como Comenius imaginou, é a própria estrutura sólida da escola que está se desintegrando: os indivíduos estão aprendendo em todos os lugares, de diversas formas, com os outros e consigo mesmos. A educação, não estando confinada a um lugar e tampouco sendo uma entidade fixa, passa a se multiplicar na conjunção “e”.

Uma educação que não está em algum lugar, que não é alguma coisa, mas que se multiplica na conjunção “e”: na sala de aula e na mídia e na família e

no trabalho e nas políticas pública e... Uma educação que está em todo lugar e da qual nos nutrimos permanentemente.

Tomaz Tadeu da Silva, em *Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico* (2000, p. 89), num esforço de organizar nomenclaturas, conceitos e teorias pertinentes à Educação já sob esta condição “pós-crise” da Modernidade, nos diz a respeito da pedagogia cultural que ela se trata de

qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido – em conexão com relações de poder – no processo de transmissão de atitudes e valores, tais como o cinema, a televisão, as revistas, os museus, etc.

Tal argumentação nos leva ao entendimento de que diferentes mídias, operando como dispositivos pedagógicos (Fischer, 1997, 2002), ampliam o seu protagonismo em relação à produção de sujeitos. Rosa Fischer, ao cruzar os campos da Comunicação e da Educação, em conexão com outras áreas das Ciências Humanas, propõe aprofundar-se no “estatuto pedagógico da mídia” (Fischer, 1997, p. 60)

A partir de uma pergunta básica – que relação há entre a complexidade de elementos de linguagem que concorrem para a construção de um material audiovisual veiculado pela TV e a produção de sujeitos que “devem” ser desta ou daquela maneira in-formados? –, venho mapeando e confrontando entre si as diferentes estratégias de construir um produto audiovisual que de alguma forma se faz “educativo”, “didático”, “informativo”, “cultural”, seja ele explicitamente um produto classificado como instrucional, seja ele um comercial, uma novela ou um programa de humor. Nesse mapeamento, começa a caracterizar-se o que poderíamos denominar “dispositivo pedagógico” da mídia, particularmente da televisão, supondo-se aqui que os meios de informação e comunicação constroem significados e atuam decisivamente na formação de sujeitos sociais (idem).

A forma como Fischer entende o funcionamento da mídia – como dispositivo pedagógico –, valendo-se de estratégias comunicativas para informar e formar os sujeitos, vai ao encontro do conceito de modos de endereçamento, de Ellsworth (2001). Outra articulação importante a partir desta leitura é a de que ao trazer a perspectiva de que a(s) mídia(s), mais do que veicular, constrói discursos e produz significados e sujeitos. A autora faz uma leitura a partir de conceitos próprios de Michel Foucault para relacionar discurso, poder e sujeito e trata estes como ferramentas elementares para investigação da mídia como produtora de sentidos.

Trabalho com a hipótese de que há um “dispositivo pedagógico” na mídia, o qual se constrói através da linguagem mesma de seus produtos; de que há uma lógica discursiva nesses materiais, que opera em direção à produção de sentidos e de sujeitos sociais; e de que há uma mediação, na relação complexa entre os produtores, criadores e emissores, de um lado, e os receptores e consumidores, de outro, a qual é dada particularmente pelo modo como se estruturam os “textos midiáticos” (Fischer, 1997, p. 63).

Se há transformações observadas nos discursos que veiculam a maconha (cada vez mais apresentada como cannabis), isso significa que existem movimentações nos sistemas de formação discursiva a respeito da maconha. A “matriz de sentido” que orientará esse discurso mobilizará diferentes saberes para efetuar essa operação. Diante de enunciado, e a partir de Foucault, Fischer propõe que se indague o status do enunciador, suas competências, seu lugar institucional, a forma como se movimenta nos espaços de poder. O desenvolvimento do conceito de dispositivo pedagógico se fundamenta no conceito de dispositivo da sexualidade (Foucault, 1985, p. 100). A respeito da sexualidade, o dispositivo é utilizado para compreender a produção da própria sexualidade.

Nessas estratégias, de que se trata? De uma luta contra a sexualidade? De um esforço para assumir seu controle? De uma tentativa de melhor regê-la e oculta o que ela comporta de indiscreto, gritante, indócil? De uma maneira de formular, a seu respeito, essa parte de saber que poderia ser aceitável ou útil, sem mais? De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico.

O dispositivo é um aparato ao mesmo tempo discursivo e não discursivo capaz de reiteradamente incitar a si mesmo. Fischer (2002, p. 155), considera que tratar o dispositivo pedagógico da mídia é tratar

um processo concreto de comunicação (de produção, veiculação e recepção de produtos midiáticos), em que a análise contempla não só questões de linguagem, de estratégias de construção de produtos culturais, apoiada em teorias mais diretamente dirigidas à compreensão dos processos de comunicação e informação, mas sobretudo questões que se relacionam ao poder e a formas de subjetivação.

Podemos dizer, de acordo com o que Edgardo Castro apresentou no seu *Vocabulário de Foucault*, que o dispositivo é composto pela “rede de relações que pode ser estabelecida entre elementos heterogêneos” e que ele é responsável por

“estabelecer a natureza do nexos que se pode existir entre esses elementos heterogêneos” (Castro, 2016, p. 124). Dreyfus e Rabinow (1995, p. 134), na tentativa de se aproximar de uma compreensão mais adequada do que Foucault compreendeu por dispositivo, trazem uma descrição bastante aprofundada ao afirmarem que o dispositivo

se distingue primeiramente da episteme, que abrange as práticas não-discursivas do mesmo modo que as discursivas. É definitivamente heterogêneo, incluindo os discursos, as instituições, as disposições arquitetônicas, os regulamentos, as leis, as medidas administrativas, os enunciados científicos, as proposições filosóficas, a moralidade, a filantropia, etc. A partir destes componentes díspares, tentamos estabelecer um conjunto de relações flexíveis, reunindo-as num único aparelho, de modo a isolar um problema específico. Este aparelho reúne poder e saber numa grade específica de análise. Foucault define dispositivo afirmando que, quando conseguimos isolar estratégias de relações de força que suportam tipos de saber e vice-versa, então, temos um dispositivo.

É esse movimento que possibilitará Foucault falar de dispositivos de sexualidade, dispositivo de subjetividade, dispositivo de verdade, entre outros. Rosa Fischer encontrou no conceito de dispositivo uma maneira pertinente de articular a produção de subjetividades a partir do que vimos aqui como pedagogias culturais. Assim como outros autores, como Eduardo Vargas (2008), irão se referir a um dispositivo das drogas.

Igualmente central para as bases do que busco tratar aqui – relacionado conceito de dispositivo e à noção de produção de sujeitos – considero o biopoder (1985, 2008) é produtivo para o trabalho. Talvez seja o último capítulo o texto mais referido de Foucault para abordar o conceito de biopoder. É o conceito que Foucault utiliza para tratar do poder sobre a vida e morte, ou, mais especificamente: de um lado o que chamou de “políticas da vida biológica”, entre as quais podemos incluir a própria sexualidade; de outro, o racismo de estado, como o presente na Alemanha nazista ou outros países que, entre o final do século XIX e início do XX, adotaram políticas de vertente eugenista. Em suma, é a análise da vida biológica “estatizada” e orientada por e para uma estratégia de governo.

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de

controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (Foucault, 1985, p. 131).

Em curso proferido em 1978 no *Collège de France*, organizado em livro sob o título *Segurança, Território, População* (Foucault, 2008a, p.3), Foucault retoma logo na abertura de sua primeira aula:

Este ano gostaria de começar o estudo de algo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana.

Mais uma contribuição é bem-vinda para aprofundarmos as bases da Pedagogia da Cannabis vem do texto de Nikolas Rose e Carlos Novas (2003) intitulado *Biological Citizenship*. Os autores retomam os principais “projetos de cidadania” – os direitos civis, que despontam no século XVIII, a extensão para os direitos políticos, no século XIX e os direitos sociais conquistados no século XX – para se referir às formas que o Estado pensava em (alguns) indivíduos como potenciais cidadãos e as maneiras de agir sobre eles (Rose e Novas, 2003, p. 439). Os autores argumentam que a “biologização da política”, que emerge na era da Biomedicina, da Biotecnologia e da Genômica, raramente foi explorada sob a perspectiva dos projetos de cidadania. História sobre a ideia de raça, degeneração e eugenia (além das sobre demografia e censo), mostraram como projetos de cidadania foram implementados desde uma chave biológica. Assim, os autores utilizam o termo cidadania biológica para englobar todos projetos de cidadania que vinculam concepções de cidadãos a crenças sobre a existência biológica de seres humanos (como indivíduos, famílias, linhagens, comunidades, população, etc.). Chamam atenção também para o fato de que, como outras dimensões da cidadania,

a cidadania biológica também passa por transformações e reterritorialização ao longo das dimensões nacionais, locais e transnacionais (idem, p. 440).

Retomando os autores discutidos acima, Tatiana Rotondaro, no texto *Novos projetos de cidadania biológica* (2016, p. 167), argumenta que os projetos de cidadania, para Rose e Novas (2003), representam o

conjunto de práticas empregadas pelas autoridades políticas de uma nação, decorrente da forma com essas autoridades interpretam os critérios que determinam quais indivíduos pertencentes a essa nação são cidadãos em potencial.

Minha intenção nesta seção do trabalho foi, desde o campo da Educação, sobretudo os Estudos Culturais e Educação, apresentar perspectivas teóricas que possibilitam que se fale em pedagogia da cannabis. Tal pedagogia é orientada para formação de novos tipos de sujeitos, a partir de dimensões múltiplas que envolvem a vida (biológica e política), saúde e ciência. Atualmente, além dos atores habituais e característicos já enquadrados numa pedagogia anterior a que chamo de pedagogia da cannabis (e que poderíamos chamar de pedagogia do proibicionismo), emergem na cena os pacientes e seus parentes, médicos e profissionais da saúde que defendem o uso terapêutico da planta, advogados, os “especialistas” (com diferentes tipos de formação) que atuam também como lobistas de um produto detentor de biovalor em um mercado cada vez mais presente. Catherine Waldby (2000; 2002) introduziu o conceito de biovalor para se referir a um tipo de capital que é gerado quando a capacidade gerativa e transformadora de seres vivos pode ser utilizada de maneira eficaz para fins humanos em áreas como ciência, indústria, medicina entre outras arenas da cultura técnica. Conforme Galindo (Galindo et al, 2016, p. 354) o conceito de biovalor pode ser utilizado para “aludir aos modos pelos quais a própria vitalidade tem se tornado uma fonte de valor”.

Procurarei demonstrar a seguir como essa complexa trama que compõe a rede em torno da cannabis constitui o que denomino de pedagogia da cannabis e como entendo que a planta se movimenta estrategicamente para a produção de um tipo específico de sujeito, orientado para o consumo, pela racionalidade científica sob a aura que ronda o saber médico e pela formação de uma cidadania biológica que visa reconhecimento de direito a algo que envolve saúde, cura ou bem-estar e qualidade de vida.

### 3 DISPOSITIVO NA PEDAGOGIA DA CANNABIS

Como demonstrou Michel Foucault (1985) a respeito da sexualidade, quando há uma proliferação discursiva em torno de um tema, problema, questão, fenômeno ou qualquer acontecimento relevante em uma determinada temporalidade, algo está mobilizando as relações de poder que agem sobre este tema, problema, questão, etc. No caso da sexualidade, mais do que a busca pelo controle, domínio ou desvelamento de uma possível verdade do sexo, essas relações de poder funcionaram como um dispositivo. Nas palavras do autor, não devemos conceber a sexualidade

como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (Foucault, 1985, p. 100).

Refiro esta perspectiva foucaultiana acerca da sexualidade porque ela parece pertinente para pensar o tema que procuro explorar neste trabalho. Algo está acontecendo no Brasil (e no mundo) acerca da maconha, que vem ocupando mais espaço no debate público ao mesmo tempo em que, cada vez mais, passa a ser designada de *cannabis*<sup>42</sup> – como se este outro termo para designar “uma mesma coisa” a tornasse “mais científica”, como se ela passasse a ser, de fato, “outra coisa”. Assim, um primeiro deslocamento, ou uma primeira operação de purificação parece estar em curso, pois, se maconha é algo que está consolidada na cultura como uma droga, parece que a utilização do termo *cannabis* vem sendo adotado como uma tentativa (talvez pelo próprio uso de parte de seu nome científico) de aproximá-la de um medicamento, de inscrevê-la no âmbito do que é científico. Essa

---

<sup>42</sup> Maconha é o nome da planta *Cannabis sativa*, seu nome científico. A palavra canábis é resultado do aportuguesamento do nome científico da maconha. Quando fizer referência ao uso médico, ou terapêutico, e a esta nova racionalidade que conduz a uma nova maneira de pensar a maconha, utilizarei o termo *cannabis*, conforme a maneira como as associações de pacientes têm utilizado o termo (como Santa Cannabis, Abracannabis, etc.). Por considerar uma estreita relação entre o que proponho como Pedagogia da Cannabis e o campo científico, utilizarei esta forma de grafar quando fizer referência ao tema da tese. Utilizarei a forma canábis para quando referir a sua forma genérica e de uso cotidiano na língua portuguesa, como muitos agentes formais a utilizam.

transição não acontece sem atravessar uma série de embates, disputas e conflitos entre os saberes que foram protagonistas na constituição desta separação dos diferentes fármacos entre drogas e medicamentos.

Eduardo Vargas (2008) se vale do dispositivo da sexualidade de Foucault para falar em um dispositivo das drogas: “problema de repressão e de incitação, a droga, tal como o sexo, não existiu desde sempre, sendo uma invenção social relativamente recente” (p. 55). E a despeito do século XX ter inaugurado a chamada “guerra às drogas”, as drogas e seus usos nunca estiveram tão disseminados na cultura como nos dias de hoje. Antonio Escohotado (2014), responsável por organizar a história das drogas de modo geral e sistemático (em *Historia elemental de las drogas*), desde seus usos mais remotos até as formas mais contemporâneas, lembra que no início do século XX, enquanto algumas drogas se tornavam ilegais, como a maconha, a cocaína, o ópio e, durante pelo menos uma década, o álcool, uma série de outras drogas se consolidava num mercado de alta demanda, sobretudo devido as duas grandes guerras na primeira metade do século. Esse mercado ancorou-se em fortes campanhas publicitárias que veiculavam de forma explícita a autoridade exercida pelo médico legitimando o uso da substância em questão (em meados do século XX, a nicotina figurou neste lugar, não como medicamento, mas como um elemento de distinção social<sup>43</sup>).

Conforme demonstrou Escohotado, no início do século XX, sobretudo a partir dos anos 1930, surgem novas drogas, não por acaso, em um período marcado por guerras. É neste momento que surgem “certas *aminas* (anfetamina, dexanfetamina, metanfetamina)”, que surgem como artigos de venda livre nas farmácias para tratar “*congestión nasal, el mareo, la obesidad, la depresión y la sobredosis de hipnóticos*” (Escohotado, 2014, p.118). Eram medicamentos cujos níveis corporais de tolerância eram bem mais altos do que os da cocaína, estimulando ainda mais o consumo desses produtos para atingir o efeito desejado. Além desses estimulantes a indústria farmacêutica se valeu também de barbitúricos, sintéticos derivados do ópio e dos benzodiazepínicos, que podem configurar atualmente um cenário de epidemia de

---

<sup>43</sup> Vide a famosa campanha publicitária promovida pela indústria do tabaco que circulava nos anos 1940 com o slogan “*More doctors smoke Camels than any other cigarette*”. Ver: <https://tobacco.stanford.edu/cigarettes/doctors-smoking/more-doctors-smoke-camels/>. Acesso em: agosto de 2023.

drogas lícitas mais real do que uma suposta epidemia de drogas ilícitas<sup>44</sup>. É nesse sentido que é possível falar, como Vargas (2008) propõe, em um dispositivo das drogas, ou ainda, como propõem Ignácio e Nardi (2007), um dispositivo de medicalização atrelado a uma estratégia de governar as vidas (biopolítica), que compreende o consumo dos psicofármacos como parte de “individualização do poder” (p.90) acoplada a modos de subjetivação. Portanto, um dispositivo que através do consumo de medicamentos, controla corpos individuais visando a gestão populacional, “conformando modos de ser e instaurando uma normalidade medicalizada” (Ignácio e Nardi, 2007, p. 89).

Mas o que são e como funcionam os dispositivos na análise proposta por Michel Foucault? É comum que autores contemporâneos que produzem a partir de Foucault dividam sua obra em três fases: arqueológica, genealógica e, a última, voltadas para as preocupações com os modos de constituição de sujeitos, também referida como fase da ética (Veiga-Neto, 2017). Não é o objetivo deste trabalho se deter minuciosamente sobre a periodização e a maneira como está organizada e dividida a obra de Foucault por aqueles e aquelas que se valem de suas contribuições para conduzir suas pesquisas. Pretendo me deter em uma breve introdução, na medida que considero “dispositivo” um “conceito-ferramenta” pertinente para os objetivos deste trabalho. Para todos os efeitos, ressalto que as diferentes maneiras de dividir o conjunto da obra de Foucault não são consensuais e carregam algumas questões problemáticas apresentadas por Alfredo Veiga-Neto, no livro *Foucault & a Educação*. Um ponto que chama atenção é que essa divisão em fases remete sempre a uma ideia de cronologia, como se Foucault passasse de uma fase a outra. Outro equívoco é atribuir a cada um dos momentos uma metodologia específica. Embora a arqueologia e a genealogia possam ser entendidas como métodos, a ética não serve a esse propósito e, por isso, alguns sugerem denominar

---

<sup>44</sup> Vide, por exemplos, as seguintes matérias: “Usar ansiolíticos, como o Rivotril por muito tempo faz mal à saúde?” <https://epoca.globo.com/saude/check-up/noticia/2017/06/usar-ansioliticos-como-o-rivotril-por-muito-tempo-faz-mal-saude.html>; “Uso de remédios para dormir vira epidemia, dizem especialistas” <https://noticias.r7.com/saude/uso-de-remedios-para-dormir-vira-epidemia-dizem-especialistas-24052018>; “Tragédia americana: opioides matam mais do que os massacres” <https://veja.abril.com.br/mundo/tragedia-americana-opioides-matam-mais-do-que-os-massacres/>; “Mais de 100 bilhões de pílulas de opioides foram distribuídas nos EUA em nove anos” <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/mais-de-100-bilhoes-de-pilulas-de-opioides-foram-distribuidas-nos-eua-em-nove-anos.shtml>; “Opiáceos, epidemia mortal que rende bilhões” <https://outraspalavras.net/sem-categoria/opiaceos-as-mortes-que-rendem-bilhoes/>. Acesso em: agosto de 2023.

o “terceiro Foucault” como arqueogenealógico (Veiga-Neto, 2017, p. 37). Retendo-me, por ora, no que é pertinente à noção de dispositivo, sigo Edgardo Castro (2016), autor que contribui com o importante “Vocabulário de Foucault”, quando destaca que enquanto a primeira fase se preocupa com a episteme, a segunda descreve os dispositivos. Ou seja, a episteme como objeto da descrição arqueológica e o dispositivo correspondendo a uma descrição da fase genealógica. A arqueologia “permitia descrever os discursos das diferentes epistemes”, mas encerrava-se na “ordem do discursivo” e, assim, “não podia descrever as mudanças em si mesmas, somente em seus resultados” (Castro, 2016, p. 124). Para dar sequência à sua análise do poder, era necessário percorrer um caminho que permitisse vincular as relações “entre o discursivo e o não discursivo” e, para isso, Foucault introduz o conceito de dispositivo como objeto da descrição genealógica: “dispositivos disciplinares, dispositivo carcerário, dispositivos de poder, dispositivos de saber, dispositivo de sexualidade, dispositivo de aliança, dispositivo de subjetividade, dispositivo de verdade, etc.” (idem). Assim, conforme Castro, a noção de dispositivo pode ter sua delimitação resumida segundo as características que se seguem: 1) dispositivo como uma rede capaz de encadear elementos heterogêneos; 2) é o que estabelece “a natureza do nexos que pode existir entre elementos heterogêneos”; 3) tem uma função estratégica; 4) é definido em função de sua gênese; 5) e “o dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional”(idem).

É no primeiro volume da História da sexualidade (*A vontade de saber*) que Foucault utiliza a noção de dispositivo para compreender a forma de ação do poder (e do que ele virá a chamar de biopoder) no momento em que a burguesia e o capitalismo se consolidam como forças políticas, sociais, econômicas e culturais. Essa consolidação carrega consigo um tipo ideal de sujeito, disciplinado e controlado a partir de uma determinada orientação ética e moral. Foucault destaca como a Era Vitoriana teve um papel importante nesse processo. Se havia uma aparente moralidade que fez a sexualidade se tornar uma questão cada vez mais privada, íntima, escondida e mesmo secreta, é no bojo dessa sociedade burguesa e europeia que se forma a *Scientia sexualis* em detrimento de uma *ars erotica*. Seriam essas duas formas históricas de produzir “a verdade do sexo”, sendo na arte erótica, adotada nas sociedades chinesa, japonesa, indiana, romana e em nações árabes-muçulmanas, esta verdade extraída do próprio prazer, enquanto na forma científica

da verdade do sexo, esta seria extraída a partir da confissão (Foucault, 1985, p. 57-58). O dispositivo da sexualidade é um dos mecanismos de ação do (bio)poder, que, conforme demonstra Foucault, deixa de ser exercido pela capacidade de causar a morte para fazer, manter, disciplinar e controlar a vida. E a noção de dispositivo é importante para reunir todas as estratégias necessárias para que algo se torne real, visível, classificado e controlado. Por isso é possível falar nos diferentes dispositivos, como os mencionados em citação anterior de Castro (2016, p. 124). A organização e disposição de elementos heterogêneos observada a partir do dispositivo da sexualidade tornou possível relacionar sexo, ciência, verdade, direito, saúde e doença; colocou em ação diferentes campos e saberes, desde uma área jurídico-legal, até médica, estatal, pedagógica/escolar e econômica. O sexo emerge como uma questão fundamental para a disciplina dos corpos e para o controle da população. Guardadas as proporções das maneiras de agir e produzir sujeitos dos diferentes dispositivos mencionados, é possível dizer que o mecanismo responsável por produzir esses encadeamentos entre elementos heterogêneos age para as drogas nos mesmos moldes que age para a sexualidade, conforme propôs Vargas (2008).

Praticamente todos os trabalhos nas áreas de Ciências Sociais e Humanas que problematizam a questão das drogas, contextualizam a histórias dessas substâncias, seus usos e sua disseminação nas diferentes culturas até o momento de suas interdições. Muitas drogas que hoje são classificadas como de uso ilícito, tendo sua cadeia de produção, circulação e consumo proibidas, em algum momento foram empurradas para esta condição. Antonio Escohotado (2014) é uma referência neste tema e seu trabalho parte dos usos de substâncias alteradoras da consciência desde a Antiguidade até o momento que ele define como “paz farmacrática” e que Vargas (2001) chamou de “invasão farmacêutica”:

Ao longo de todo o século XX, a produção de “drogas” medicamentosas praticamente só cresceu, particularmente a partir da década de 1940 [...]. Esse crescimento se deu de forma impressionante, seja diversificando os produtos, seja aumentando a produção de cada um deles. A diversidade de produtos introduzidos e o volume de produtos fabricados são espantosos, como demonstram a pujança atual das indústrias e dos estabelecimentos farmacêuticos. Daí que é possível encontrar atualmente no mercado “drogas” que afetam praticamente tudo: da alimentação (como as vitaminas) à reprodução (anticoncepcionais); do crescimento (como os hormônios) ao envelhecimento (como os hormônios e, mais recentemente, o “Viagra”); dos

males que vêm “de fora” (como antimicrobianos) aos que brotam “de dentro” (como a quimioterapia dos cânceres e os imunossuppressores usados em doenças “auto- imunes”); da substituição de órgãos do “corpo” (como os imunossuppressores usados após o transplante de órgãos) aos estados da “alma” (como os ansiolíticos e os antidepressivos), entre inúmeras outras situações (Vargas, 2001, p. 182-183).

Em diferentes contextos sociais, portanto, usa-se variadas drogas para diversas situações. As drogas e seus variados modos de consumo se associam de tal forma a cada tempo, de modo que, novos acontecimentos como a pandemia de SARS-CoV-2/Covid-19, influenciam e se atrelam a esses usos, como atestaram algumas pesquisas recentes e publicadas em veículos de comunicação<sup>45</sup>.

A noção de dispositivo para pensar as drogas é útil para sair não só da dicotomia entre lícito e ilícito, mas também entre vida e morte, saúde e doença, bom e mal, etc. As drogas, sejam lícitas, na forma de medicamentos, sejam ilícitas, na concepção usual de “drogas”, foram alvos desse dispositivo que as fez circular a partir de determinados saberes e foram postas no discurso a partir de diferentes lugares de enunciação, que não necessariamente possuem alguma correlação. Assim cabe ao próprio dispositivo, como exposto por Castro (2016), encadear elementos heterogêneos tais como um saber intrínseco à fisiologia das diferentes plantas e fungos que possuem capacidade de agir no sistema nervoso (ou no cérebro, na cabeça, na mente, na alma) e as normas jurídicas, econômicas e, tanto para as drogas, quanto para a sexualidade, uma forte carga moral. Antes de lícitos ou ilícitos, as drogas são objeto de estudo de uma área ampla, a Farmacologia, que estuda os fármacos e, como vimos anteriormente, na sua etimologia grega original, designava algo ambíguo que poderia tanto curar quanto ser veneno. É esta indeterminação do fármaco que faz com que Vargas (2008) se refira às drogas como objetos sociotécnicos, que serão modulados para alguma função (alimentar, curar, matar) a depender dos agenciamentos mobilizados pelo dispositivo.

Partindo dessa divisão, e de acordo com Vargas (2008), não podemos esquecer que todos os fármacos são drogas e que há uma forte carga moral (mas também econômica, jurídica, científica, entre outras) dividindo umas das outras. Há

---

<sup>45</sup> Vide, por exemplo, as matérias: O perigo da tarja preta durante a pandemia (<https://vejario.abril.com.br/blog/manual-de-sobrevivencia-no-seculo-21/o-perigo-da-tarja-preta-durante-a-pandemia/>); O impacto da covid-19 no uso de calmantes e antidepressivos (<https://doutorjairo.blogosfera.uol.com.br/2020/05/04/o-impacto-da-covid-19-no-uso-de-calmantes-e-antidepressivos/>); Menos cocaína e mais maconha, como mudou o consumo de drogas durante a pandemia (<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-28/menos-cocaina-e-mais-maconha-como-mudou-o-consumo-de-drogas-durante-a-pandemia.html>). Acesso em 26 de janeiro de 2021

menos de um século, derivados da maconha, de ópio e da folha de coca eram encontrados em farmácias e drogarias (Vargas, 2001; Courtwright, 2002; Torcato, 2016). Essas substâncias foram proscritas na medida em que toda sorte de fármacos surgia. A expansão da indústria farmacêutica é contemporânea ao avanço do domínio do saber médico e de uma constante medicalização da sociedade. Sobre a maconha, a cocaína e o ópio, que tinham uso disseminado na cultura, seus usuários foram alvo de controle mais do que as próprias substâncias. Esse controle, portanto, visou agir diretamente sobre determinadas populações, o que leva à seguinte situação: as drogas, assim denominadas por serem ilegais e consideradas sem uso terapêutico, são fortemente marcadas pela repressão, já que seus usos contradizem e atrapalham a “norma”, ou o andamento “normal” de uma vida que se organiza cada vez mais em torno do trabalho, da disciplina, da moralidade e de regras de conduta esperadas (entendendo aqui que a vida normal é aquela preconizada na emergência da sociedade industrial e capitalista, em que o trabalho organiza o espaço social e tudo aquilo que, por ventura, venha colocar obstáculos nessa ordem será considerado um desvio). Já as outras drogas (os remédios) são legais e prescritas devido às suas propriedades terapêuticas. Essas últimas têm seu uso recomendado e incitado, pois é considerado legítimo intervir naquilo que se interpõe, atrapalha ou interrompe o andamento normal da vida, quando essa se encontra impedida por dores ou sintomas de doenças. Na história das drogas – descrita de modo amplo por autores como Courtwright (2002); Escotado (2014); e em contextos específicos da realidade brasileira em Labate et al., (2008) – vemos que não é incomum que se trate com medicamentos-drogas o indivíduo que se tornou quimicamente dependente de “drogas” convencionais, como álcool e derivados do ópio, por exemplo.

A pesquisa de Iliana Singh (2007), por exemplo, sobre o reposicionamento da Ritalina como medicamento para tratar Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, principalmente voltado para crianças em idade escolar, explora a história deste fármaco através de suas propagandas. É possível notar que as primeiras propagandas voltadas estritamente para o tratamento deste transtorno específico acontecem a partir da década de 1980, quando o TDAH aparece pela primeira vez no DSM III. Antes disso, as propagandas do medicamento a indicavam para tratamento de alcoolismo, narcolepsia e para pacientes em tratamento de

outras doenças psiquiátricas. Não é sem razão, portanto, que as primeiras propagandas do medicamento fossem destinadas ao público de meia idade e a idosos. É comum, deste modo, que determinadas drogas sejam administradas junto a outras para atenuar efeitos mais severos. Atualmente, e como explorarei adiante, a cannabis medicinal também desponta como um medicamento para tratamento de dependentes químicos de crack e outras drogas consideradas “mais pesadas” do que a maconha. Ou seja, há determinadas situações em que drogas que produzem alterações no sistema nervoso central, são desejáveis e desejadas tanto para o prescritor quanto para a figura do paciente. Se não há a figura do prescritor do medicamento, o estado de alteração da consciência é considerado desviante, patológico e sofre a carga de uma moralidade que repudia que estados alterados de percepção sejam modulados pelos próprios indivíduos em busca de prazer e relaxamento, mesmo que ambos os usos possam desencadear dependência.

Especificamente sobre a maconha, ou sobre as propriedades terapêuticas de duas substâncias extraídas dela, o CBD e o THC, podemos perceber que há tentativas, por parte de alguns atores, ou grupos de atores, como alguns médicos, neurocientistas, farmacêuticos, biólogos, além dos pacientes e parentes de pacientes com doenças raras que podem ser beneficiadas pela planta, de “empurrar” a maconha para “um lugar diferente” daquele atualmente ocupado, qual seja, o de uma droga, associada a um comportamento desviante na sociedade (Becker, 2008), cujas propriedades naturais seriam intrinsecamente prejudiciais ao corpo e à população. A ideia de que a maconha seja transformada, ou purificada, na condição molecular, a partir do CBD e do THC, em cannabis, sob um primeiro olhar, pode remeter a um retorno da maconha a uma condição que ela já ocupou historicamente, conforme estudos acadêmicos e mesmo a farmacopeias mundialmente reconhecidas: a de um medicamento amplamente divulgado e comercializado para diversas patologias e alívio de sintomas<sup>46</sup>. Ou seja, a maconha estaria retornando<sup>47</sup> a uma condição de ser considerada mais como remédio do que como droga.

Porém, e conforme demonstra Nikolas Rose (2013) no livro *A política da própria vida*, muita coisa mudou sobre a medicina, e sobre a vida mesma, em termos

---

<sup>46</sup> Ver: <https://www.estadao.com.br/acervo/remedio-com-maconha-era-vendido-livremente-no-brasil-e-anunciado-em-jornal-no-seculo-19/>. Acesso em: agosto de 2023

<sup>47</sup> A ideia de “retornar”, aqui, é bastante genérica, visto que numa perspectiva genealógica seria necessário investigar o que tal “retorno” significaria no tempo atual. Certamente, não é a mesma coisa, embora, aparentemente, a ideia seja “voltar a ser remédio”.

biológicos e políticos, desde o início do século XX, quando drogas hoje proibidas compunham o estoque de farmácias e eram prescritas por médicos até os dias de hoje. Atualmente, algumas substâncias-moléculas da planta, outrora considerada apenas pelo aspecto negativo do termo droga, se reinserem na farmacologia sustentadas por um debate mais amplo e que conta com o respaldo das áreas biomédicas, da saúde pública, do campo jurídico e de movimentos sociais. Segundo as proposições de Rose, a medicina e a própria vida não deixam de existir no aspecto molar, mas tornam-se cada vez mais compreendidas por meio de suas propriedades moleculares. É neste processo de molecularização da vida que há espaço para que a maconha “retorne”, não da forma como era, mas através das suas substâncias específicas, suas moléculas, como o CBD e o THC. É interessante ressaltar que neste processo de molecularização da planta, na tentativa de recolocá-la em outro campo – aquele dos medicamentos –, ainda há disputas e embates dentro da própria área médica. Como referido anteriormente, o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) lançaram o “decálogo sobre a maconha”, em que afirmam, já no primeiro item, que: “a Cannabis sativa e a Cannabis indica não podem ser consideradas medicamentos e, portanto, não existe maconha medicinal”.

A maconha é cada vez mais um híbrido (Latour, 2013), isto é, um objeto não-humano, mas que só pode ser pensado a partir das relações que estabelece com os humanos. Ela é uma planta, possui características intrínsecas, relativas à sua constituição biológica, que podem ser empregadas como fármacos, pois possui propriedades que agem sobre o sistema nervoso. Ela está em disputa devido aos seus diferentes usos (medicinal/terapêutico; não-medicinal/“recreativo”), envolve, além de evidentes questões morais, questões econômicas, políticas, sociais e mobiliza uma infinidade de atores. Retomo a teoria que Bruno Latour (2012) tornou conhecida como ator-rede para ser usada pontualmente neste percurso da maconha desde um “longínquo estado de natureza” até sua ampla socialização. A teoria do ator-rede foi desenvolvida no âmbito dos Science Studies, ou Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e, embora remeta a um grande grupo de autores e autoras, e que cada local e área de atuação possua suas especificidades para definir o campo, é bastante considerável o protagonismo assumido por Bruno Latour como um dos principais porta-vozes desta escola (termo que talvez não seja considerado

adequado dentro do próprio campo, mas que utilizarei aqui para me referir a este campo específico). Os Estudos da Ciência se tornaram conhecidos a partir da década de 1970, quando Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) publicaram *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*, no qual, em linhas bastante gerais, os autores se propõem estudar e analisar um laboratório de pesquisas biológicas com os procedimentos metodológicos próprios da antropologia, mais precisamente, a etnografia. Ou seja, os autores procuraram etnografar o cotidiano de um laboratório, o que significa aplicar o mesmo método que se usa para estudar uma “comunidade estranha” para estudar algo engessado e legitimado em nossa sociedade, a própria atividade científica. Estudar cientificamente o local de produção da ciência e as diferentes inter-relações de seus atores. A ousadia deste estudo fez com que Latour e boa parte de seus colegas passasse as décadas seguintes retomando ponto a ponto suas intenções com este trabalho, a fim de resolver uma série de mal entendidos, como a de que seu trabalho deslegitimaria a atividade científica, situando a como uma construção social “como outras” e, que assim, seria artificial. Latour foi para o laboratório com a ideia de estudar o discurso científico com a mesma meticulosidade com que antropólogos e antropólogas “estudam as sociedades e os discursos pré, para e extracientíficos” (Latour e Woolgar, 1997, p.12-13). Adiante, no mesmo livro, o autor descreve com mais detalhes sua intenção:

centenas de etnólogos visitaram todas as tribos imagináveis, penetraram florestas profundas, repertoriaram os costumes mais exóticos, fotografaram e documentaram as relações familiares ou os cultos mais complexos. E, no entanto, nossa indústria, nossa técnica, nossa ciência, nossa administração, permanecem bem pouco estudadas. [...] Os médicos propriamente ditos, as medicinas centrais não são objeto de qualquer estudo meticuloso. Nem falemos da biologia, da física, das matemáticas. Ciência da periferia, a antropologia não sabe voltar-se para o centro (idem, p. 17-18).

Os médicos, as medicinas e demais áreas atreladas ao campo biomédico foram até recentemente preservadas do trabalho dos cientistas sociais. Estudar a ciência como chave para a nossa sociedade é ir diretamente àquilo que se faz referência quando se define e diferencia a “nossa era”, a era moderna, das demais. Essa postura, de utilizar nossas técnicas empregas pela Antropologia no estudo de sociedades distintas da nossa, ocidental-moderna, para compreender nossas práticas, nossa cultura e nossa própria sociedade seria a forma de recompensar

uma assimetria. A simetria seria alcançada olhando para nós mesmos da mesma forma como olhamos e descrevemos as práticas dos “outros”, digamos, não-modernos<sup>48</sup>. No início da década de 1990, Latour publica *Jamais fomos modernos* (2013[1991]), no qual apresenta, na forma de ensaio, boa parte das ideias que conduziram seus trabalhos até aquele momento, bem como algumas outras que seguiria desenvolvendo em trabalhos posteriores. Provocativo, o autor analisa os efeitos do discurso científico na “nossa cultura”, ocidental e autoproclamada moderna, viabilizada pela ciência, pela objetividade, pela “descoberta” da verdade e dos fatos científicos e que marca uma ruptura com a história e com as outras diferentes sociedades “não-modernas”. Tomo Latour como ponto de referência desta área chamada de Antropologia das Ciências, e também de Social Science Studies, Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e, de modo bastante pertinente para esta pesquisa, também explorada no âmbito dos Estudos Culturais (Wortmann, Veiga-Neto, 2001), no entanto, a despeito disso, destaco que a área é ampla e diversificada. O livro de Isabelle Stengers (2002), *A invenção das ciências modernas*, retoma historicamente a discussão sobre a “função social” da ciência, sua particular emancipação da sociedade e da política, bem como o movimento recente de estudá-la como produto socialmente localizado. Nesse livro ela toma a obra já mencionada de Latour e Woolgar (1997) como uma investida contra um ideal de ciência pura e é nesse sentido que reúno a obra de Latour como significativa de um movimento capaz de auxiliar teórico-metodologicamente a maneira de pensar a maconha/cannabis para esta pesquisa. Em outras palavras, se trago essa teoria aqui não é para questionar a ciência que detém a verdade sobre a maconha, mas para pensar a própria maconha em um circuito que é legitimado pela prática científica e que é capaz de readequá-la de uma categoria (médica, jurídica, moral, política, entre outras), como droga, para outra (igualmente médica, jurídica, moral, política entre outras), como um remédio. Fica aberta, então, a possibilidade de problematizar a separação sempre dada como imanente entre cultura e natureza e, com a noção de simetria, oferecer um tratamento analítico que não faça distinção entre essas duas noções supostamente opostas (o que é natural não é cultural e o que é cultural não

---

<sup>48</sup> Em linhas bastantes gerais, a modernidade é constituída por práticas que separam e tornam excludentes as noções de natureza e cultura. A não-modernidade estaria presente, portanto, nas práticas que desconhecem, recusam ou refutam tal separação.

é natural). Assim, podemos pensar como os não-humanos agem e interferem no curso de acontecimentos da “realidade social”. Não se trata de suspender as noções de cultura e natureza, mas transitar em sua fronteira para evidenciar os nós que amarram uma rede de híbridos, de humanos e não-humanos.

### **3.1 Elementos constitutivos da pedagogia da cannabis**

Trato o tema desta tese, a Pedagogia da Cannabis, dentro da problematização apresentada pela professora e pesquisadora Viviane Camozzato (2014, p. 574), em que aponta a existência na cultura contemporânea de uma proliferação de “nomes e lugares em que se ancoram as pedagogias”, ao que a autora refere como “pedagogias disso, daquilo e daquele outro”. O uso da noção/conceito de pedagogia nessas circunstâncias, conforme Camozzato, está ligado à “operacionalidade de discursos específicos em artefatos que se dispõem a educar e produzir determinados tipos de sujeitos” (idem).

Creio que é pelo entendimento compartilhado de que a pedagogia tem íntima relação com a produção das pessoas que ela se encontra, frequentemente, associada aos temas que vão despontando como importantes para serem pensados no tempo presente (idem, p. 575)

“Produzir determinados tipos de sujeitos” e “relação com a produção das pessoas”, são entendimentos socialmente compartilhados na área das Ciências Humanas e, mais especificamente, na Educação do papel desempenhado pela Pedagogia (ou Pedagogias) e que podem auxiliar na compreensão da referida “proliferação das pedagogias”. Dentro desta perspectiva, esta tese busca problematizar a produção de determinados tipos de sujeito desde uma Pedagogia da Cannabis. Uma das hipóteses que busco defender correlaciona a existência desta pedagogia à hegemonia do saber-poder que sustenta a área médica e biomédica.

Desde já, deixo algumas questões que procuro responder com este trabalho: a produção de sujeitos visada pela referida Pedagogia da Cannabis buscará constituir sujeitos que pensem a si mesmos a partir de uma cidadania biológica como Nicolas Rose e Carlos Novas preconizaram no início do século vigente (Rose e Novas, 2005)? Que relações e aproximações são possíveis entre a cidadania biológica definida por esses autores e as formas de cidadania constituídas através da referida Pedagogia da Cannabis? Há movimentos semelhantes ao que vemos

acontecer com a canábis/maconha em relação a outros objetos sociotécnicos? Que implicações políticas e que especificidades de agenda pública será efetuada a partir dessa Pedagogia da Cannabis? Possuímos o lastro de ao menos uma década dessas campanhas (como a Campanha Repense, que busco analisar com mais destaque) e seus desdobramentos nos permitem a constituição de uma rede que, mesmo difusa, possui um determinado sentido, conduzido por uma miscelânea de atores.

Existe hoje na arena pública uma racionalidade distinta daquela que predominou durante todo o século XX a respeito das drogas, seus usos, sua regulamentação, suas políticas, suas interdições, entre outros elementos que circundam o tema. Essa racionalidade que atualmente conduz o debate sobre drogas contém especificidades que privilegia e é sustentada pelos acontecimentos relacionados a maconha – ou a cannabis medicinal. Os acontecimentos que circundam essa substância têm gozado de uma “aura científica”, conduzida a partir da área médica e que outras drogas não usufruem, permanecendo ainda na grade da racionalidade chamada de proibicionismo. Entendo que esta referida racionalidade compõe o que vou denominar de Pedagogia da Cannabis, pois considero a existência de um esforço consciente de uma multiplicidade distinta de atores em mudar a forma como a canábis é vista e tratada na sociedade como parte de um objetivo que visa educar e informar o público sobre os usos medicinais da planta e seus componentes.

Parte de meu intento foi apresentar a racionalidade atual que está moldando o debate sobre drogas e enfatizar a existência de um esforço consciente que busca mudar a forma como a maconha/cannabis é vista e tratada na sociedade. A partir disso, busquei também contextualizar a existência dessa pedagogia da cannabis, que, ressalto, visa educar e informar o público sobre os usos medicinais da planta e seus componentes. O caráter médico que orienta a racionalidade presente na pedagogia da cannabis é central para que a maconha possa operar a partir de uma outra grade de inteligibilidade, deslocada do âmbito criminal e patológico para o âmbito da saúde e da terapia.

É importante também destacar que a legitimidade científica é algo requerido tanto pelos que atuam como defensores da cannabis medicinal quanto pelos que enxergam aí “a ponta do iceberg” de um projeto maior, que incluiria, seguindo a fala

de Osmar Terra, “a legalização de todas as drogas” – o que seria, para os defensores do proibicionismo irrestrito em relação à maconha, um grande mal. A cientificidade dos estudos com a *Cannabis sativa* e seus derivados está, portanto, no centro da disputa, pois é no âmbito da ciência que o discurso dos seus interlocutores ganha legitimidade, seja qual for sua posição no debate. A Campanha Repense e as associações de pacientes que a compõem, por exemplo, utilizam em seus textos e materiais de divulgação a referência à ciência para dar credibilidade as suas lutas, pesquisas, trabalhos e reivindicações relativas à cannabis medicinal.

A pesquisa analisou materiais que, de modo amplo, podem ser considerados desde sua perspectiva educativa, uma vez que possuem caráter informativo e estão inseridos no “currículo” dessa pedagogia, que contém como característica a presença de diversos pressupostos teórico-práticos que busca levar ao leitor uma racionalidade distinta da considerada hegemônica a respeito da maconha. Boa parte do aludido currículo tem sua força desde a perspectiva médica e/ou biomédica que atua no sentido de purificar<sup>49</sup> a maconha, transformando-a em um objeto designado a partir de seu nome científico, Cannabis, acrescido de um adjetivo (ou predicado, predicativo, sei lá), medicinal. Um exemplo do que pretendo analisar é reproduzido na imagem a seguir:

---

<sup>49</sup> Purificação, em química, consiste no processo de isolar uma substância de outras substâncias ou elementos. No entanto, procuro utilizar esta expressão da forma como foi empregada por Latour (2013) para descrever a forma como entender a modernidade. Esta seria caracterizada por duas práticas excludentes, mas com capacidade de complementaridade, a tradução e a purificação. A primeira é responsável pela proliferação de híbridos de natureza e cultura enquanto a segunda prevê a criação de zonas excludentes, dividindo o mundo entre humanos e não-humanos. Explorarei adiante tais noções como possibilidade do percurso metodológico e analítico deste trabalho.

**Figura 27 – Panfleto da ASCAMED**



A imagem acima reproduz um folheto da Ascamed, obtido em evento realizado numa praça no centro do município de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul. Uma folha da planta Cannabis sobre uma mão; ao lado, em preto, “asca” e, abaixo, em verde, “med”. Abaixo da abreviação, o nome por extenso: Associação Cannábica Medicinal. Considero a iniciativa de utilizar o termo grafado com duas letras “n”, demonstra o esforço para manter a aura científica, uma vez que o termo “canábico”, derivado do termo científico “cannabis” é bastante utilizado na língua portuguesa em diferentes campos. A Escola Superior de Advocacia do Rio de Janeiro (ESA-OAB/RJ) ofereceu em fevereiro de 2023 um curso de Direito Canábico<sup>50</sup>; entre setembro e dezembro de 2022, foi oferecido pelo Núcleo de Desenvolvimento em Medicina Canabinóide e Integrativa (NDMCI) e realizado pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) um “Painel Canábico” sobre cannabis medicinal, pesquisas e respostas terapêuticas<sup>51</sup>; em julho de 2022 a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) realizou o “I Seminário Canábico: histórico, perspectivas e avanços no uso da Cannabis na promoção da saúde”<sup>52</sup>. Resultados da busca para o termo “canábico” ainda trazem referências a “turismo canábico”<sup>53</sup>,

<sup>50</sup> <https://materiais.esa.oabRJ.org.br/curso-online-direito-canabico>

<sup>51</sup> <https://caec.diadema.unifesp.br/eventos/painel-canabico>

<https://portal.cannabisesaude.com.br/painelunifesp>

<sup>52</sup> <https://www.uefs.br/2022/07/4564/Seminario-Canabico-discute-aplicacoes-clinicas-e-principios-farmacologicos.html>

<sup>53</sup> <https://www.ecycle.com.br/turismo-canabico/>

“mercado canábico”<sup>54</sup> e “dispensário canábico”<sup>55</sup>. Ressalto ainda a “conselheira canábica”<sup>56</sup> que faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do atual Governo Federal. Além de evidenciar a ampla utilização na língua portuguesa do termo “canábico” ou “canábica”, ao trazer esses exemplos também busco demonstrar o volume e a dimensão de informações a respeito da planta dentro deste campo médico-científico – e também como potencial *commodity*, dotada de biovalor em um mercado ainda em expansão. Portanto, reitero que considero a utilização do termo com duas letras “n” busca aproximar a planta da sua denominação utilizada no campo científico (*Cannabis*) num esforço para tornar “mais legítima” a reivindicação da associação localizada na cidade de Santa Maria.

A imagem reproduzida na Figura 27 está numerada à esquerda com o número 1, e é relativo à capa, e à direita com o número 2, relativo à contracapa do panfleto da Ascamed. A imagem a seguir, Figura 28, reproduz o centro do panfleto.

**Figura 28 – Conteúdo interno do panfleto da ASCAMED**



Na parte superior da esquerda há a pergunta: “Você sabia que o Rio Grande do Sul já possui associações cannábicas?”. A grafia relativa ao nome científico da planta permanece mesmo no contexto em que não há relação com a planta em si, e

<sup>54</sup> <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/com-avanco-da-maconha-medicinal-mercado-canabico-comeca-a-florescer-em-curitiba/>

<sup>55</sup> <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-recebe-1o-dispensario-canabico-do-brasil/>

<sup>56</sup> <https://www.poder360.com.br/opiniao/lula-agora-tem-uma-conselheira-canabica/>

sim com as associações de pacientes de cannabis medicinal. No centro, uma imagem reproduz a própria planta, pois é ao redor dela que o debate é alavancado. O contexto relativo à essa discussão, como será demonstrado ao longo do trabalho, busca afastar o uso medicinal do uso por vezes referido como “recreativo”. Não estamos diante de um cigarro de maconha, e sim de uma planta cujas propriedades químicas possuem potencialidades terapêuticas.

As estratégias que buscam desarticular a maconha do espectro do crime, contravenção, doença e, em última instância, da morte, tem buscado cada vez mais ocupar aquilo que Habermas (2003) denomina de esfera pública o espaço de ação de um tipo específico de poder (poder comunicativo). Assim, a esfera pública funciona como uma caixa de ressonância de diferentes manifestações, caracterizadas pelo autor como opiniões privadas. A esfera pública não possuiria uma opinião, portanto, e sim canalizaria de modo isento as distintas opiniões privadas, manifestas por agentes individuais ou coletivos. Um tema que se consolida como pauta na esfera pública constituirá uma opinião pública e a partir disso se investe na capacidade e possibilidade de circulação em outras esferas, como a parlamentar, assumindo assim uma dimensão de ordem política também formal, dentro dos seus espaços oficiais. Acontece que a esfera pública está longe de ser isenta e, de um espaço de discussão de opiniões e a partir daí o exercício da crítica, a esfera pública no século XX se desvinculou de seu projeto original (de tradição burguesa, conforme Habermas) para se tornar uma esfera dominada pelos meios de comunicação de massa.

Se, no século XVIII, a opinião pública era, ao menos na teoria, dada na forma de debate racional crítica, no século XX revelou-se como uma força manipuladora da própria prática política. A esfera pública torna-se um cenário de interesses privados desenvolverem legitimidade, através de um processo que aponta apenas para um equilíbrio entre as forças de integração social; criação de legitimidade que procura encobrir a distinção entre genuínos processos de comunicação pública e aqueles que são subvertidos pelo poder. Como consequência, a esfera pública apresenta o central problema da legitimidade que é forjada no seu bojo. A esfera pública que se “produz” não consegue ser um núcleo normativo efetivo de medida da legitimidade (ou “publicidade crítica”). Apesar das potencialidades para a racionalização do poder, a legitimidade que se desenvolve na esfera pública não consegue ser uma base normativa efetiva para uma teoria da democracia (Lubenow, 2007, p. 105-106).

Para Patrick Champagne (1996), os meios de comunicação como jornal, televisão e internet e, como busco sustentar nesta tese, também os materiais veiculados dentro do que venho chamando de Pedagogia da Cannabis, constituem elementos que efetivamente mediam a opinião pública. Para Champagne (1996) não há uma opinião pública verdadeiramente, mas uma flutuação social e mutável que varia na medida em que os interesses do campo social são mobilizados. A opinião é antes de tudo invocada, incitada e, em última instância, manipulada (no sentido de ser produzida em um determinado contexto, mais ou menos no sentido como entendemos o funcionamento das “farmácias de manipulação”).

Na realidade, o que existe não é a “opinião pública” ou mesmo “a opinião avaliada pelas sondagens de opinião”, mas, de fato, um novo espaço social dominado por um certo número de agentes – profissionais das sondagens, cientistas políticos, conselheiros em comunicação e marketing político, jornalistas etc. – que utilizam tecnologias modernas como a pesquisa por sondagem, computadores, rádio, televisão, etc.; é através destas que dão existência política autônoma a uma “opinião pública” fabricada por eles próprios, limitando-se a analisá-la e manipulá-la e, em consequência, transformando profundamente a atividade política tal como é apresentada na televisão e pode ser vivida pelos próprios políticos (Champagne, 1998, p. 32).

O pequeno panfleto da Ascamed reproduzido acima constitui uma partícula de todo o sistema instaurado desde a Pedagogia da Cannabis, que como sustento aqui atua com o objetivo mais amplo de fazer transitar a maconha/canábis de um campo jurídico e moral para um campo científico, ético e político<sup>57</sup>. Essa pedagogia não possui um emissor localizado e corporificado. Se trata antes de uma rede capilarizada com múltiplas e distintas “nascentes”, em uma aproximação vulgar com o ponto de origem dos rios, que ao correrem, se juntam a outros rios, se misturam, “findam” e desaguam em um oceano com dimensão infinitas vezes maior do que seu ínfimo ponto de origem.

Carlos Novas (2006) traz o conceito de “economia política da esperança” e fala sobre as associações de pacientes como mais um elo na rede de relações que se desenvolvem entre biomedicina e indústria farmacêutica. Seja para fazer pressão frente a essas forças já estabelecidas, seja para formar alianças estratégicas que visem dar visibilidade e busca por solução das doenças em questão: assim, as

---

<sup>57</sup> Conforme Bourdieu (Grenfell, 2018), campos denotam arenas de produção, circulação, apropriação e troca de bens, serviços, conhecimento ou status, e as posições competitivas detidas por atores em sua luta para acumular, trocar e monopolizar diferentes tipos de recursos de poder.

associações de pacientes devem ser entendidas como mais uma força na arena da disputa política. Entre outras coisas as associações de pacientes investem nas crescentes possibilidades da pesquisa biomédica para desenvolver terapias ou a cura para suas doenças.

Nicolas Rose (2013) lembra que o conceito de Foucault de biopolítica deve ser atualizado para compreender as relações que se dão no presente. A biopolítica foi um termo empregado por Foucault (1985) para designar a entrada dos fenômenos relativos à vida no campo dos cálculos políticos do Estado durante os séculos XVIII e XIX. As autoridades políticas, em conjunto com um número expressivo de especialistas, como médicos e urbanistas, assumiram a responsabilidade pela administração da vida para promover o bem-estar, através do uso de táticas de controle e regulação das populações. Atualmente a biopolítica já não depende da atividade exclusiva de governos (Rabinow e Rose, 2006) ou do Estado (Rose, 2013) para se efetuar. Como demonstrou Nikolas Rose (2013), pelo menos no que tange às sociedades democráticas liberais avançadas (tal como ele sempre frisa), como a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo, os próprios indivíduos são cada vez mais responsáveis e responsabilizados por sua condição biológica, pois a condição biológica de cada um não é mais, ao menos em termos potenciais, um destino, podendo estar aberta às intervenções. Mais do que isso, os indivíduos passam a ser reconhecidos e a se reconhecer a partir de sua condição biológica e as associações de pacientes expressam a maneira como a biopolítica atua hoje<sup>58</sup>. As associações de pacientes, fazendo pressão por pesquisas e tecnologias que deem conta das suas condições, colocam em ação aquilo que Rose e Novas (2005) chamaram de cidadania biológica, forma de cidadania que emerge na era da biomedicina, biotecnologia e genômica. Apresento estas perspectivas para introduzir as lentes com as quais pretendo analisar a Campanha e

---

<sup>58</sup> Assim como se destacou logo acima, é preciso frisar as diferentes críticas à ideia de posituação deste processo de biosociabilidade ou de cidadania biológica, tal como apresentada, por exemplo, por Rose (2007, 2013). Segundo, Francisco Ortega (comunicação pessoal), a ideia de tal posituação torna-se problemática em muitos contextos, visto a precariedade/vulnerabilidade a que estão expostos muitos dos demandantes por direitos biológicos (isto é, por enfermidades genéticas ou por aquelas ocasionadas por acidentes, por exemplo), que estão destituídos, previamente (ou estruturalmente), de outros direitos, como o próprio direito à saúde, restando-lhes “apenas” reparação por condições que previamente não foram oferecidas ou por negligências em relação aos riscos envolvidos em algumas situações (como acidentes nucleares ou efeitos desconhecidos de medicamentos, por exemplo).

as associações de pacientes de cannabis medicinal. Entendo que estas associações configuram uma forma de ativismo político que vêm obtendo cada vez mais espaço na arena pública de debates, promovendo, assim, enfrentamentos políticos com o objetivo de ressignificar a maconha no contexto brasileiro – formas de enfrentamento, na forma de associações, que precisam de investigações mais detalhadas a fim de se caracterizar as nuances existentes entre elas e as formas de biossociabilidade – descritas por Rose (2007) e por Rose e Novas (2005). O papel das associações, conforme apresentado, está se consolidando como de mediadoras entre pacientes e médicos, apoio jurídico e formas de acesso ao óleo extraído da planta.

Neste sentido, não pretendo prestar um tributo às origens e aos fundadores deste campo de estudos, mas, apenas, caracterizar de modo geral um dos seus principais aspectos, o reconhecimento de que a cultura assume centralidade incontornável para as Ciências Humanas e Sociais desde a segunda metade do século XX. Conforme destacou Stuart Hall (1997), as dimensões da cultura para a análise social contemporânea contêm dois aspectos: um substantivo e um epistemológico. Em relação ao aspecto substantivo, temos a dimensão da cultura “na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular”, enquanto o aspecto epistemológico é referente “à posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a cultura é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo” (Hall, 1997, p. 16).

O aspecto substantivo da cultura, relativo ao empírico, como destacou o próprio Hall, e, portanto, relativo também a um recorte histórico particular, passou por uma revolução durante o século XX, uma vez que ela “tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais” (idem, p. 17). Neste quesito, Hall efetua uma distinção em relação ao marxismo “clássico”, que concebia uma base ou infraestrutura econômica como anterior a uma superestrutura ideológica (entendida como correlata à cultura). Ou seja, para a crítica marxista o aspecto cultural de uma sociedade seriam tão somente o efeito das relações estabelecidas pelas estruturas econômicas. Para Hall este argumento não se sustenta atualmente “nas atuais circunstâncias em que a mídia é, ao mesmo tempo,

uma parte crítica da infraestrutura material das sociedades modernas, e, também, um dos principais meios de circulação das ideias e imagens vigentes nestas sociedades” (idem). A mídia é crucial no processo descrito por Hall, ampliando a escala e o escopo das referidas revoluções culturais, assumindo um caráter democrático e popular (Hall, 1997). O aspecto epistemológico da centralidade da cultura se refere ao reconhecimento da dimensão constitutiva da cultura na vida social “ao invés de uma variável dependente”, ou seja, a cultura não é apenas mais uma variável na análise social, como a economia ou a política (idem, p. 27). A mudança de paradigma possibilitada pela centralidade assumida pela cultura é relacionada à linguagem, entendida como algo amplo, não restrito ao campo da literatura ou de linguistas, mas algo relevante “para as práticas de representação, sendo dada à linguagem uma posição privilegiada na construção e circulação do significado” (idem, p. 28). Essa abordagem estabelece uma ligação entre a linguagem e a realidade, mas esta ligação não trata de uma suposta antecipação da linguagem em relação à realidade, pois Hall reconhece que os objetos existem “independentemente da linguagem que usamos para descrevê-los”, mas eles não podem ser definidos “a não ser que haja uma linguagem ou sistema de significação capaz de classifica-los dessa forma, dando-lhes um sentido, ao distingui-los de outros objetos” (idem). A chamada “virada cultural”, descrita no texto de Hall, é profundamente atrelada a esta concepção ampla de linguagem, sendo a cultura “nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas”, recuperando a noção do discurso, outro conceito que compõe a centralidade assumida pela cultura, entendido genericamente como:

uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo [discurso] refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (idem, p. 29).

Considero importante e pertinente essa abordagem própria dos Estudos Culturais para o que pretendo explorar neste trabalho e, sobretudo, neste capítulo. O material que exploro, a partir da Campanha Repense, é essencialmente baseado na comunicação de uma mensagem, que procura abordar um tema considerado

“polêmico”, com diferentes pontos de vista, áreas de interesse e que movimentam valores morais, éticos, políticos, econômicos, sociais e culturais dos atores envolvidos. Trata-se, assim, daquilo que poderia ser classificado como um tema “quente”, que, para ser eficaz e eficiente nos seus propósitos de comunicar e informar o leitor a respeito de uma planta que tem uma história mais ligada à morte do que à vida, precisa conduzi-lo na direção do entendimento, fundamentado na ciência, de que se trata de uma (mesma) planta que pode ser algo que mobiliza mais a vida do que a morte.

É neste sentido que o conceito de discurso se torna relevante para análise do material, não porque tudo seja reduzido ao discurso (ou seja, não se trata de fazer uma leitura idealista da cultura, da linguagem e dos significados de modo que esta abordagem substitua um antigo estruturalismo econômico marxista, por exemplo), mas porque, como destacou Hall (1997, p. 33), “toda prática social depende e tem relação com o significado. [...] Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo”. Dado esse caráter constitutivo da cultura, através da abordagem que considera a relevância da linguagem e dos significados como práticas socioculturais, penso que entendimentos do que sejam drogas, remédios, fármacos, tóxicos, entorpecentes, etc., só podem funcionar e ter efeitos reais dentro de uma determinada trama de significados elaboradas em um discurso.

Nas áreas das Ciências Humanas e Sociais existem vários exemplos distintos de materiais a serem analisados em uma pesquisa. No caso desta pesquisa, que procura mapear as diferentes estratégias, práticas e agenciamentos que buscam essa readequação da maconha, do seu lugar até então hegemônico, no campo exclusivo da droga, para outro, associado à saúde e aos seus diferentes usos terapêuticos, valho-me da rede (de atores, objetos, ações, falas, etc.) estabelecida em torno da e a partir da Campanha Repense. Porém, os acontecimentos relacionados a essa transformação no entendimento a respeito da maconha/cannabis “não dormem”, visto que acontecem coisas novas o tempo todo e em diferentes espaços (inclusive virtuais, sobretudo devido à pandemia de Covid-19). Isso, contudo, não se constitui totalmente como uma novidade, uma vez que informações sobre os usos terapêutico e medicinal da maconha são quase tão antigos quanto a relação da planta com os seres humanos. Sobre esta história, além das referências médicas citadas no capítulo anterior, destaco os trabalhos de

Malcher-Lopes e Ribeiro (2007), dedicado exclusivamente ao tema da maconha e sua história cultural, médica e científica, que retoma boa parte das descobertas exploradas no capítulo anterior; Courtwright (2001), em que há uma recuperação geral e ampla da história social, cultural e econômica das principais drogas legais (álcool, tabaco e cafeína) e ilegais (ópio, maconha e cocaína) e o trabalho de Escohotado (2014), que desenvolveu uma revisão de fôlego para traçar uma “história geral das drogas”.

O que acontece atualmente com a maconha/cannabis pode ser verificado pelas crescentes veiculações de caráter informativo (de divulgação científica), de movimentações políticas envolvendo projetos de lei e de pressões oriundas das já mencionadas associações de pacientes. Anteriormente usei a expressão “não dormem” tendo como referência um livro (*Com a palavra o senhor presidente José Sarney*) já “clássico” (e que foi muito pertinente, em termos teórico-metodológicos, para a análise que empreendi em minha dissertação de mestrado a respeito do discurso antiproibicionista orientado pela racionalidade liberal veiculado pelo jornal Folha de S. Paulo), produzido por Céli Pinto, em 1989. Em relação àquela obra, mesmo que a autora tenha estabelecido um recorte temporal e que o trabalho tenha sido produzido após o mandato do então presidente Sarney, os discursos por ela analisados não eram produzidos de modo incessante. Quero dizer que há uma relativa “segurança” em relação a eventos que já aconteceram, que não encontro no tema que proponho analisar. A maconha, como dito anteriormente, é um tema “quente”, acerca do qual não se para de produzir coisas, inclusive no justo momento em que empreendo a escrita desta tese. Enquanto escrevo esta tese, outras associações de pacientes surgirão, novos produtos serão inventados, mesmo que na ilegalidade, até que passem por alguma forma de regulamentação ou restrição formalizadas na lei ou incipientes projetos de lei, cuja discussão ampla visa a pretensão de interesse público, como aconteceu, por exemplo, com as discussões no âmbito da Comissão Especial da Câmara dos Deputados para analisar e debater o PL 399/2015. Portanto, trata-se de acompanhar situações que se desenham e se desenrolam junto a realização da escrita.

A despeito dos exemplos dessa proliferação de acontecimentos relacionados à maconha/cannabis, que promovem a necessidade de um acompanhamento vigilante respeito da atualização constante dos debates sobre o

tema, me restringirei à Campanha Repense, em primeiro lugar, e às associações que a compõem, em um segundo plano). Valho-me também (tanto como fonte para a pesquisa deste trabalho quanto para tentar mapear, mesmo que minimamente, a extensão dos acontecimentos relativos à maconha/cannabis) de sites como o Cannabis Monitor ([cannabismonitor.com.br](http://cannabismonitor.com.br)), Portal Sechat ([sechat.com.br](http://sechat.com.br)), Green Science Times ([greensciencetimes.com](http://greensciencetimes.com)) e Cannabis & Saúde ([cannabisesaude.com.br](http://cannabisesaude.com.br)). Os três últimos se dedicam à cannabis medicinal, enquanto o primeiro funciona como um agregador de todas as notícias relacionadas à maconha em termos mais amplos, como seus diferentes tipos de ativismos, estratégias de redução de danos, questões atinentes à segurança pública e à justiça, indicação e discussão de filmes, produção de podcasts, entre outras. Outros movimentos nesse mesmo sentido também precisam ser considerados, como uma seção específica no site do jornal Folha de S. Paulo dedicada exclusivamente a cobrir assuntos relacionados à cannabis, “*Cannabis Inc.: notícias de saúde e negócios*” ([cannabisinc.blogfolha.uol.com.br](http://cannabisinc.blogfolha.uol.com.br)), mantido por Valéria França, que na biografia apresentada na página se define como “jornalista, [que] cobre o *boom* das empresas de cannabis pelo mundo”. Como exemplo desse último site, considero relevante o texto “Você sabe o que é um ativista de Cannabis?”<sup>59</sup> de 24 de junho de 2020, em que é apresentado um “modo de ser” específico, o do ativista da cannabis, descrito pela autora do blog logo no primeiro parágrafo, o qual descrevo a seguir:

*se pensou na figura do jovem alternativo à frente de uma marcha da maconha, não está errado. Mas esta imagem envelheceu. Hoje temos o ativista profissional, aquele que deu certo, integrou-se e se destacou no sistema capitalista. Tem por detrás uma empresa de publicidade e comunicação, e uma mensagem elaborada sobre os valores da Cannabis.*

Outro exemplo da proliferação desses acontecimentos relacionados à informação e à divulgação científica da cannabis medicinal é bastante contemporâneo e teve o alcance facilitado, em certa medida, pela intensificação de eventos por videoconferência decorrentes das adaptações impostas pela pandemia de Covid-19. Até agora, tive a oportunidade de participar de três eventos gratuitos, realizado de forma remota e síncrona, que se propuseram a informar e a

---

<sup>59</sup> Ver: <https://cannabisinc.blogfolha.uol.com.br/2020/06/24/voce-sabe-o-que-e-um-ativista-de-cannabis/>. Acesso em: agosto de 2023.

divulgar a cannabis medicinal em modelos muito similares a quaisquer outros eventos acadêmicos, como seminários, congressos ou simpósios. O I CNABIS (I Congresso Digital de Cannabis Medicinal) foi o primeiro deles, promovido em meados de 2020 pelo portal Dr. Cannabis, dedicado a pacientes ou potenciais pacientes<sup>60</sup>, que podem se beneficiar da cannabis, e médicos prescritores. Este evento correu nos dias 4, 5 e 6 de agosto, com oito apresentações por dia e programação corrida entre 9 e 17h (horários das últimas conferências). O segundo evento, *Medical Cannabis Summit*, aconteceu ao longo da semana seguinte, do dia 10 ao dia 14 de agosto, e sua programação se concentrou na parte da noite, com três apresentações diárias, a primeira com início às 18h e a última às 20h. Este evento foi realizado por duas empresas, a “TransformacaoDigital.com, uma empresa de tecnologia que conecta uma audiência segmentada e qualificada a empresas líderes em seus segmentos, por meio de soluções digitais e conteúdo de peso”, e a OnixCann, “uma *healthtech* brasileira de distribuição de Cannabis Medicinal que conecta pacientes com médicos, seguindo protocolos clínicos e padrões internacionais de qualidade”<sup>65</sup>. O terceiro evento foi o I Simpósio de Inovação em Medicina Canabinoide, iniciativa do Time Cannabis, um grupo de pesquisa do Laboratório de Neuroquímica do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos dias 4, 5 e 6 de novembro. Neste evento aconteceram cinco mesas por dia, a primeira iniciando às 14h e a última às 17h.

---

<sup>60</sup> A questão do paciente: há enfermidades cujo tratamento com cannabis é mais conhecido e já possui evidências relevantes. Porém há um horizonte amplo para além dessas doenças que também podem ser beneficiadas com cannabis. Na verdade, como ficou evidente em um dos eventos que participei, não há a necessidade de doença para fazer o uso da cannabis (e digo cannabis mesmo, não maconha). Em uma das sessões, dedicada a cannabis e esporte, a cannabis se distanciou um pouco da característica de remédio para tratamento de enfermidades e foi apresentada como um importante suplemento alimentar para atletas. Havia dois atletas lutadores, um homem e uma mulher, ambos com residência nos Estados Unidos, onde dependendo do estado é possível adquirir tanto a planta tanto para uso medicinal quanto recreacional (alguns estados legalizaram o uso apenas da cannabis medicinal), que defenderam o uso da cannabis como suplemento essencial após os treinos e competições que exigem força e resistência, como em esportes de luta, contato e combate. O suplemento aqui não é entendido como medicamento, uma vez que é destinado às pessoas saudáveis e não para tratar, prevenir ou curar doenças. Portanto, o site pensa no paciente não somente como alguém que é diagnosticado com alguma enfermidade e oferece também aquilo “que você precisa para viver melhor”. Há, portanto, um componente próximo ao que Nicolas Rose (2013) discute a exaustão no seu livro “A política da própria vida - biomedicina, poder e subjetividade no século XXI”, em que apresenta a noção de que a medicina e biomedicina contemporânea não apenas tratam a doença, mas oferecem uma vida melhor, que pode maximizar capacidades que não necessariamente se encontram prejudicadas por alguma enfermidade.

O *Medical Cannabis Summit* teve sua quarta edição em novembro de 2021. Muitos outros eventos dessa ordem vêm ocorrendo, o que vai ao encontro com a já constatada proliferação discursiva em torno da cannabis. A intenção dos eventos descritos e analisados foi de informar, promover e divulgar a cannabis medicinal recorrendo a especialistas e às histórias de vida de pacientes ou parentes de pacientes que são beneficiados pelo tratamento com a cannabis e seus derivados (principalmente os óleos de CBD e THC).

#### 4 ENDEREÇAMENTO E PRODUÇÃO DE SUJEITOS NA PEDAGOGIA DA CANNABIS

Os filmes produzidos na esteira da Campanha Repense contêm diferentes histórias relativas a um mesmo tema: uso de maconha para fins terapêuticos. Temos aqui, e talvez pela primeira vez, ao menos no Brasil, um enunciado<sup>61</sup> diferente a respeito da maconha em um espaço de ampla repercussão, o qual procurou concebê-la como algo diferente do habitual, ou seja, diferente daquilo que nos âmbitos jurídico e legal é proibido, no âmbito político é combatido como inimigo público, no âmbito moral é condenado e, ainda, no âmbito médico considerado como veneno, droga ou como um agente potencialmente causador da morte. A fim de demonstrar como está materializado o estereótipo estigmatizado que acabo de mencionar, em uma consulta ao acervo da biblioteca da Faculdade de Farmácia da UFRGS, por exemplo, tive acesso ao livro “Os agentes da morte: fumo, álcool e tóxicos”, de Paulo Rocha (1983), apresentado como “Químico da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul”. Já a apresentação do livro é representativa da ideia que procurei trazer ao dizer que

A Ciência Médica, desde há muito, confirma que o fumo, o álcool e os tóxicos são nocivos a todos os órgãos do corpo humano. Por essa razão, o seu uso, que facilmente induz ao vício, compromete a vida e o trabalho do homem. Cumpre, pois, educar o indivíduo a viver de acordo com os preceitos da higiene e saúde, para que não se torne vítima, por ignorância ou imprudência, daqueles hábitos insalubres e antibiológicos.

A primeira edição da Campanha Repense foi lançada em 2014, com o financiamento coletivo, e os curtas e o longa por ela produzidos contribuíram para colocar o assunto da cannabis medicinal em evidência nacional. Desde os curtas veiculados no canal da Campanha Repense no YouTube, alçando a história de Anny ao programa Fantástico e com o longa-metragem lançado no mesmo ano, a Campanha articulou toda rede de atores de modo a mobilizar a criação do Projeto de Lei 0399, em 2015, de autoria do deputado federal Fábio Mitidieri, do Partido Social

---

<sup>61</sup> Enunciado está ligado a noção de discurso empregada por Foucault, que “concebe discursos como uma dispersão”, “formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade” e o enunciado é entendido “como a unidade elementar básica que forma um discurso” (Brandão, 2012, p 32-33).

Democrático (PSD). Este referido PL apresenta uma trajetória que demonstra e reúne as diferentes frentes dos embates mobilizados pelos interessados no tema. Em decorrência disso, em 2018, foi criada uma Comissão Especial para analisar o tema, presidida pelo deputado Paulo Teixeira, do Partido dos Trabalhadores (PT) e de relatoria do deputado Luciano Ducci, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

A segunda edição, lançada em 2019, incorpora à Campanha Repense sete associações de pacientes. São associações expoentes na luta pela cannabis medicinal e que ganharam maior destaque nacional após a repercussão causada pela primeira edição dessa campanha. A APEPI, por exemplo, é, hoje, uma referência em termos de organização e modelo para outras associações de pacientes. Adiante, apresentarei cada uma das sete associações de pacientes que compõem a Campanha Repense. A função primordial das associações é intermediar as relações entre o paciente ou familiar de paciente, o médico (que pode diagnosticar e encaminhar o tratamento com cannabis e derivados) e os produtores da cannabis com fins medicinais e que produzem o óleo de CBD, além de oferecer apoio jurídico aos seus associados. Outra associação de destaque, a Abrace (Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança), localizada em João Pessoa, na Paraíba, é a única que possui autorização da justiça para cultivar plantas de maconha “ricas em CBD e THC para fins medicinais”<sup>62</sup>. A atuação da Abrace também serve de modelo para outras associações, que possuem entre seus objetivos conquistar autorização para produzir o óleo que seus associados necessitam.

Convém mencionar, no entanto, que as associações que fazem parte da Campanha Repense não são as únicas existentes. Destaco, como exemplo e pela proximidade com o Rio Grande do Sul, a Santa Cannabis, localizada em Florianópolis, criada em janeiro de 2019. Essa associação atende cerca de 150 pacientes que utilizam o óleo produzido à base de cannabis para tratar Parkinson, Alzheimer, fibromialgia, dores crônicas, autismo, epilepsia, ansiedade, depressão, paralisia, entre outras patologias<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Ver: <https://abraceesperanca.org.br/home/>. Acesso em: agosto de 2023.

<sup>63</sup> É curioso que entre as doenças que podem se beneficiar com o tratamento de cannabis medicinal sejam aquelas que se encontram em nebulosa conexão entre corpo e mente. São doenças que, por vezes, ficam à margem de tratamentos médicos formais. E a cannabis, quando referida como maconha, é muitas vezes apontada como prejudicial para o funcionamento cerebral, o local da mente. Adiante, discutirei a respeito das referências científicas que apontam o potencial terapêutico da cannabis para o tratamento de tais doenças.

Para analisar que tipos de sujeito visa produzir uma pedagogia específica, faz-se necessário discorrer brevemente a partir de que fundamentos podemos compreender a forma como ocorre a produção de sujeitos, em diferentes contextos e em diferentes momentos históricos. E, novamente, é em Michel Foucault que se encontra tal fundamentação analítica que permite-nos falar em produção de sujeitos. Em um determinado momento de sua obra, situado mais especificamente no momento que autores (Hack, 2014; Veiga-Neto, 2017) tem denominado “ético” que Foucault (1995, p. 231) dá um entendimento amplo sobre o que caracterizaria a sua obra:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.

É importante salientar que, por mais que a produção teórica em torno de Michel Foucault costume situar a problemática do sujeito no “terceiro Foucault”, ou no “Foucault ético”, essas tentativas de fragmentar e classificar sua obra apresentam limitações. Para Veiga-Neto, por exemplo, há elementos na obra *História da Loucura* que são úteis para pensar aspectos presentes nos três momentos do Foucault (arqueológico, genealógico e ético, para citar as três classificações mais comuns). Veiga-Neto (2017, p. 37) também demonstra as inconsistências dessas divisões ao destacar que enquanto a arqueologia e a genealogia possuem peso metodológico, no “terceiro Foucault” não temos uma nova abordagem metodológica, afinal “a ética é um campo de problematizações que se vale um pouco da arqueologia e muito da genealogia”. A própria tentativa de enquadrar a produção de Foucault em procedimentos metodológicos não é a mais adequada. De qualquer modo, o que busco trazer aqui é a ideia de que, ao pensar a produção de sujeitos a partir de Foucault, não estou delimitando um aspecto temporal de sua obra. Como destacou o autor na citação acima, a produção de sujeitos pode ser entendida como tema que atravessa toda a sua obra.

Outro elemento importante a ser destacado é o fato de que Foucault não pretendeu explicitamente qualquer vínculo entre suas produções e o campo da Educação. No entanto, conforme demonstrou Veiga-Neto (2017, p 15), é bastante

possível articular pertinências possíveis entre os conceitos presentes na obra de Foucault e a problemática própria da Educação.

Foi Foucault aquele que melhor nos mostrou como as práticas e os saberes vêm funcionando, nos últimos quatro séculos, para fabricar a Modernidade e o assim chamado sujeito moderno. Foi com base em Foucault que se pôde compreender a escola como uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes que aí circulam com os saberes que a enformam e aí se ensinam, sejam eles pedagógicos ou não.

Para os propósitos desta seção, sigo Veiga-Neto (2017, p. 39) e adoto a tripartição que toma como ponto de partida o critério da ontologia do presente “para se chegar aos três eixos em torno dos quais se poderia ordenar a obra do filósofo”. Tal ontologia desloca a questão kantiana “quem somos nós?” para outra enfatizada por Nietzsche “que se passa com nós mesmos?” (idem).

Nesse novo registro, o que importa não é descobrir o que somos nós, sujeitos modernos; o que importa é perguntarmos como chegamos a ser o que somos, para, a partir daí, podermos contestar aquilo que somos. É de tal contestação que se pode abrir novos espaços de liberdade, para que possamos escapar da dupla coerção política que a Modernidade inventou e que nos aprisiona: de um lado, a individualização crescente; de outro lado e simultaneamente, a totalização e a saturação das coerções impostas pelo poder (idem).

A tripartição proposta na obra citada pode ser resumida em três eixos: o saber (ser-saber), a ação de uns sobre outros (ser-poder) e a ação de cada um consigo mesmo (ser-consigo). Resumidamente, três questões a respeito de nós mesmos que podem ser traduzidas em: Como nos constituímos como sujeitos de conhecimento? Como nos constituímos sujeitos de ação (sobre os outros sujeitos)? E, por fim, como nos constituímos sujeitos de ação moral (sobre nós mesmos)?

#### **4.1 Modo operacional da pedagogia da cannabis**

Ampliando o horizonte de entendimento da pedagogia da cannabis, apresento nesta seção alguns dos elementos que considero relevantes para compreender e analisar o funcionamento (e os endereçamentos) da pedagogia referida. Trago como componentes relevantes, atuais e cada vez mais presente na esfera pública o exemplo de dois jornais virtuais. Estes não compõem diretamente o material em análise no trabalho, no entanto creio que demonstram e representam

bem o contexto que possibilita apontar a existência da Pedagogia da Cannabis, uma vez que fica bastante evidente, a partir do que foi apresentado até agora, a intenção dos textos, artigos e demais materiais em (re)educar o leitor, indo além da mera informação.

Considero que esta pedagogia da cannabis, de configuração mais recente, está atrelada a um movimento que a antecede, uma cultura da cannabis, ou uma “cultura canábica”. A este respeito, destaco o trabalho oriundo da tese de Marcos Veríssimo (2017) “*Maconheiros, Fumons e Growers: um estudo comparativo do consumo e de cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e Buenos Aires*”. A noção de cultura, aqui, deve ser compreendida à semelhança do entendimento atribuído a ela desde os Estudos Culturais. Ou seja, ao tratar da cultura, não estamos lidando com um *a priori*. No entendimento dos Estudos Culturais, a cultura é constituída por sujeitos, relações e artefatos carregados de simbologia e significados em constante disputas para sua manutenção ou rearticulação no campo social. Como destacou Stuart Hall (1997), um dos mais célebres autores deste campo, a cultura assume espaço cada vez mais destacado nas relações políticas contemporâneas. Um campo cujo sentido é constantemente reafirmado.

Assim, falamos de uma “cultura canábica” desde a rede formada por uma ampla gama de atores, que, na sua grande maioria, são usuários, entre outras coisas (cultivadores, ativistas, estudantes, profissionais liberais ou funcionários públicos de carreira) e que aqui se encontram na condição de membros de uma comunidade que, mais do que “sair do armário”, no sentido de deixarem a condição de “escondidos”, também atuam no sentido de desmitificarem estereótipos e preconceitos que foram historicamente amarrados aos sujeitos consumidores da planta (Veríssimo, 2017). Essa luta se estende e se desdobra em outras, que carregam valores caros à humanidade, como a liberdade (e sua articulação complexa com a segurança) e o grande campo dos Direitos Humanos. A compreensão deste fenômeno como um fenômeno cultural (social e político) é central para contextualizar a emergência da Pedagogia da Cannabis.

Cabe destacar que não entendo que a Pedagogia da Cannabis funcione para capturar os indivíduos para a referida cultura canábica como descrita no trabalho de Veríssimo (2017). No entanto, avalio que a existência de uma cultura canábica fornece as condições de possibilidade para emergência da Pedagogia da

Cannabis, através da constituição de um campo em disputa com outros campos (legal, estatal, biomédico, para citar alguns) e que também é formado por disputas internas, o que conforma a sua complexidade.

Ao compartilhar objetos e símbolos de produção cultural, ou cerrar fileiras nas marchas da maconha, ou ainda mesmo enquanto crentes em sistemas de crenças mais ou menos comuns, *growers* e consumidores de *prensados* se colocam do mesmo lado, por assim dizer, a saber, o dos maconheiros (ou *fumons*). O que une pessoas com motivações, hábitos e origem social tão variados é o sentimento de pertencimento a essa assim concebida “cultura canábica” (embora boa parte destas pessoas não reconheça este termo). Por outro lado, tornar-se *grower* e recusar o mercado do prensado implica, por sua vez, um processo de produção de novos corpos, saberes e símbolos que irão, cedo ou tarde, o diferenciar no interior desta mesma “cultura” – ao mesmo tempo que mudarão a natureza de sua relação com o produto em si, a maconha (Veríssimo, 2017, p. 28).

Na ocasião em que conduziu sua pesquisa, o autor definiu, ora apresentado aqui resumidamente e de modo amplo, a cultura canábica a partir das redes que se constituem para adquirir (comprar) e usar a maconha. Trata-se, portanto, de uma cultura que acolhe aquele que quer fazer o uso da planta. A Pedagogia da Cannabis é uma das consequências de uma sólida (porém não rígida) e (cada vez mais) complexa cultura canábica. Ressalto que a denominada cultura canábica definida no trabalho de Veríssimo (2017, p. 49-50) “não existe como uma noção inequivocamente intercambiável em todo o abrangente universo das formas de sociabilidade relacionadas ao consumo da maconha”. Assim, há pessoas que consideram a si mesmas usuárias, mas que não se consideram adeptas de uma cultura canábica e que se movem estrategicamente nas relações sociais a fim de obter maconha sem pertencer a uma comunidade específica e direcionada a este objetivo. O autor faz referência também ao usuário que de modo consciente e politizado utiliza a categoria “cultura canábica”:

Por outro lado, temos também o uso consciente e politizado da categoria “cultura canábica” que, quando assim enunciada, procura deliberadamente dar conta não só de tais hábitos e estratégias e etiquetas, forjados na pressão da ilegalidade do produto, mas também da tomada de consciência de que isso tudo é parte de uma cultura em permanente processo de construção, e com amplos potenciais políticos e mercadológicos (idem).

Argumento, portanto, que esta pedagogia só pode circular da maneira atual devido à rede formada a partir desta cultura. Isso porque há um desdobramento histórico que vem reformulando o ativismo canábico, o qual permite que novos

discursos circulem a respeito da maconha (Rosa, 2012; Torcato e Ribeiro, 2015; Souza, 2017; Seddon, 2010, 2020; Seddon e Floodgate, 2020). Conforme Seddon e Floodgate (2020), a cannabis contém uma ampla variedade de significados: do valor espiritual e religioso a uma fonte de vício e imoralidade; do medicamento à perigosa droga ilegal; é também uma planta; uma fonte de prazer. A partir de uma perspectiva histórica é possível notar que essas diferentes reivindicações, por vezes concorrentes, variaram de acordo com o contexto tanto temporal quanto espacial. “No século XXI, uma das características centrais da cannabis é que em muitas sociedades todas essas percepções podem agora ser encontradas”. Assim, a Pedagogia da Cannabis não irá se restringir ou se limitar à figura do maconheiro que, sob uma série de aspectos, transita sobre a categoria do desvio – como estudada por Howard Becker (2008), em seu clássico *Outsiders*. O *outsider* é, de modo geral, “aquele que se desvia das regras do grupo” (Becker, 2008, p. 17). Essa categoria foi a que agregou coletivamente os usuários de maconha em boa parte do século XX, como demonstrou Jorge Emanuel Luz de Souza em seu trabalho *Sonhos da diamba, controles do cotidiano* (2012). O autor expõe as formas como os usuários de maconha foram associados ao vício, que na ocasião, e sob influência do eugenismo, era tratado como antagônico à “civilização pretendida”. Ao patologizar e criminalizar a maconha, seus usuários são referidos como “viciados, que “pertencem à última e mais baixa escala social”, como referia a imprensa analisada no trabalho de Souza (2012).

A Pedagogia da Cannabis, diferente da cultura canábica, não está direcionada ao usuário ou ativista da maconha. Ela se destina a informar os indivíduos desde a perspectiva científica, médica e orientada pela área da saúde e bem-estar. Esses indivíduos não necessariamente serão os próprios usuários da planta ou do produto derivado da planta. Como veremos, os destinatários da Pedagogia da Cannabis pouco lerão nos materiais produzidos o termo “maconha”. Há um predomínio e a preferência por parte daqueles que a fazem circular pelo termo “cannabis”, com “n” dobrado, em referência ao nome científico da planta.

Os materiais pedagógicos produzidos no âmbito da Pedagogia da Cannabis apresentados e analisados neste trabalho se endereçam a um leitor ou espectador que possui familiares que potencialmente podem se beneficiar dos efeitos terapêuticos da planta. Esses familiares, conforme parte do material analisado, e tal

como será demonstrado adiante, são muitas vezes os pais (até mesmo os mais idosos) ou os filhos (crianças) dos leitores/espectadores dos materiais produzidos no âmbito da Pedagogia da Cannabis. O engajamento que resultará de uma Pedagogia da Cannabis irá se desdobrar em novas dimensões da cultura canábica, que envolvem motivações para ação distintas da forma descrita no trabalho de Veríssimo (2017).

Como busquei argumentar até aqui, considero que através da circulação da Pedagogia da Cannabis, há a proliferação da pauta maconha/cannabis com tema ou assunto relevante em uma arena pública de debates. Como exemplo, cabe mencionar a existência de um jornal, o qual sou assinante, que funciona exclusivamente como newsletter recebida por e-mail. Gratuitamente, de segunda a sexta, o jornal Meio<sup>64</sup> chega em minha caixa de entrada por volta das 8h da manhã. As primeiras edições começaram a circular em 2016. Em pouco tempo, o jornal cresceu e passou a atrair patrocinadores, que promoviam seções específicas do jornal (como o caderno de Tecnologia, de Saúde, de Mercado Financeiro etc.). Também foi criada uma edição especial, que circula aos sábados, com aprofundamento maior sobre um assunto específico. Na edição de sábado, de 17 de junho de 2023, o tema do jornal foi a cannabis medicinal. Provavelmente, o jornal tenha se valido do “hype” em torno da maconha naquela semana, visto que estava previsto para aquela tarde a realização da Marcha da Maconha na cidade de São Paulo. Contudo, o referido jornal, destinado aos leitores digitais, trouxe o tema a partir da ambiguidade que o acompanha: a relação entre a droga e medicamento, morte e vida, doença e saúde etc. Segundo interpretei, tal abordagem operou no sentido de fazer o leitor atenuar as divisões entre categorias externas a algo que, como demonstrou Vargas (2008) se constitui em um objeto sociotécnico, “indeterminado até o seu uso”.

Cabe ainda destacar que essa edição especial do jornal, que circula no sábado, é apresentada em texto mais longo em relação às edições que circulam nos dias úteis, com um título e alguns subtítulos. Nesta edição o título era “De cabeça

---

<sup>64</sup> O Jornal Meio é um veículo de comunicação digital que oferece aos seus leitores um resumo diário das principais notícias do Brasil e as de relevância internacional. O jornal objetiva facilitar o acesso à informação de qualidade, selecionando assuntos e apresentando-os de forma concisa. O Meio pode ser acessado de diversas formas, como por meio do site oficial. No entanto, sua atuação se destaca pelo boletim formato newsletter via e-mail nas manhãs de segunda a sexta. A equipe do jornal também produz vídeos, entrevistas e oferece cursos.

feita”. Abaixo do título uma adaptação do quadro do surrealista René Magritte chamado “O filho do homem”, no qual temos a face de um homem de chapéu coco encoberta por uma maçã verde que paira no ar. Na adaptação, a cabeça do homem é encoberta por fumaça espessa, bastante característica daquela produzida por cigarros de maconha.

**Figura 29 – Adaptação da obra “O filho do homem”, de René Magritte, para edição especial do jornal “Meio”**



O texto do jornal é construído a partir da demonstração da forma como é acessada a maconha contemporaneamente. O texto é assinado por duas jornalistas, Giullia Chechia e Luciana Lima. Segundo descreve a matéria, diferentemente do estereótipo “ir na boca de fumo”, atualmente os comerciantes de drogas entregam no endereço escolhido pelo consumidor e ofertam distintas possibilidades de pagamento. Além da tradicional moeda impressa, é aceito também o pagamento eletrônico via PIX, além das modalidades já bastante usuais para transações comerciais, débito e crédito: “Então, desembolsando entre R\$4 e R\$110 por grama, via pix, cartão de crédito ou débito, os clientes retiram a mercadoria em alguma estação de metrô ou pagam frete para recebe-la em casa, num envelope lavrado”. O consumidor, portanto, recebe esta espécie de cardápio na rede social comumente mais usada, o WhatsApp – há grupos também no Telegram –, escolhe a quantia, a forma de pagamento e o local de entrega. Tal como destaca um dos trechos da matéria,

*as comunidades virtuais representam apenas mais uma via, moderninha e profissionalizada, de acesso às substâncias ilícitas. Quem quer consumi-las no Brasil consegue. A demanda é suprida das mais diversas formas: os fornecedores atuam online, é possível comprar nas clássicas biqueiras ou com o usual fulano que conhece beltrano que é amigo de sicrano2. Há uma enorme freguesia que neste sábado, 17, fará sua cabeça a céu aberto nas*

*ruas de São Paulo reivindicando o direito à erva — da Avenida Paulista à Praça da República, na 15ª edição da Marcha da Maconha. A caminhada ocorre dias antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) retomar o julgamento que pode resultar na descriminalização do porte de drogas para consumo próprio. Está prevista para quarta-feira, dia 21, a sessão na qual os ministros devem analisar a validade do artigo 28 da chamada Lei de Drogas, que enquadra como crime as ações de adquirir, guardar ou transportar substâncias ilícitas. Até o momento, três votos foram registrados na Corte. Em sua tese, o relator Gilmar Mendes defende a descriminalização de todas as substâncias para uso pessoal. Os outros dois, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, concordam com a inconstitucionalidade do artigo 28, mas se posicionam pela descriminalização apenas da maconha — teoria que deve receber maior apoio entre os magistrados. Mas também ninguém ficará muito surpreso se a votação for novamente adiada.*

O texto do jornal esforça-se para amarrar a miríade de acontecimentos que possuem relação com a maconha no debate público. Assim, são discutidos o acesso à droga (em um mercado cada vez mais diversificado), a reivindicação a partir de manifestações sociais como a Marcha da Maconha<sup>65</sup>, a votação no Supremo Tribunal Federal, a lei de drogas atualmente vigente e seguirá ao longo do texto buscando demonstrar a complexidade do debate.

É importante observar que o esforço de mapear os acontecimentos relacionados à maconha possui (tal como quero destacar) semelhanças com o trabalho de Sísifo, condenado por toda eternidade a carregar uma rocha sobre as costas até o topo de uma montanha. Quando Sísifo alcança o topo da montanha, a grande e pesada rocha rola montanha abaixo e ele precisa descer e recomeçar sua empreitada sem fim. No caso do tema deste trabalho, há sempre novas rochas a serem carregadas, pois, os acontecimentos relacionados à maconha acontecem o tempo todo e cada vez mais, uma vez que o cenário contempla sujeitos que são constituídos de diferentes modos e que ocupam papéis diversos. Antes, e também agora, os usuários diante do Estado e seus agentes e do campo biomédico em uma disputa tanto legal, quanto ética e moral.

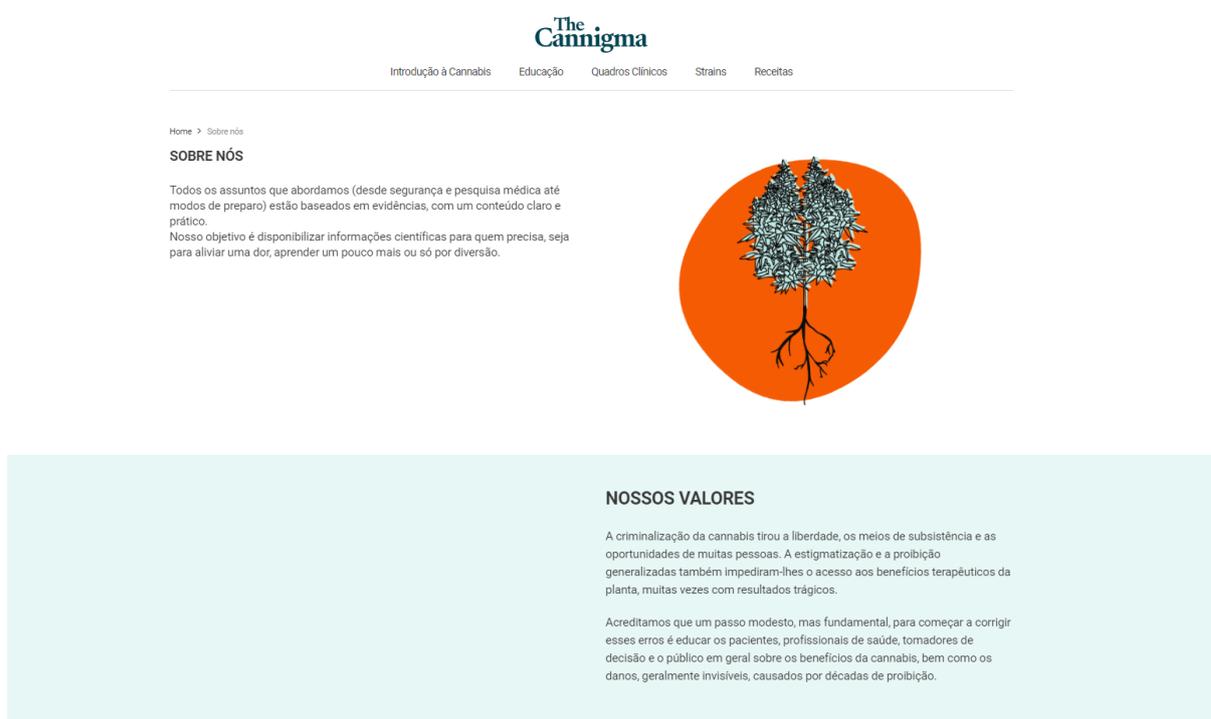
Nesta imersão na cultura canábica e já explorando esse processo em termos epistemológicos e pedagógicos, me inscrevi também na *newsletter* do portal “*The*

---

<sup>65</sup> A Marcha da Maconha é um movimento social que defende a legalização da maconha no Brasil. O movimento surgiu em 2002, inspirado por outras manifestações internacionais, e desde então realiza atos públicos em diversas cidades do país. O objetivo da marcha é chamar a atenção da sociedade e das autoridades para os problemas causados pela proibição da planta, como a violência, o encarceramento, a corrupção e a falta de acesso a tratamentos medicinais. A marcha também busca promover o debate sobre os benefícios da cannabis para a saúde, a economia e o meio ambiente, além de defender os direitos humanos dos usuários e cultivadores.

*Cannigma*<sup>66</sup>, um site que divulga notícias, matérias e artigos relacionados à maconha/cannabis. Como outros dedicado ao assunto, o site aborda temas relacionados à planta, sua história, ciência, benefícios, riscos, leis e cultura. É bastante evidente a intenção de mais que informar, o site busca educar sobre a cannabis. Abaixo, a Figura 30 reproduz a página disponível na seção “Sobre nós”, na versão disponível no idioma português-brasileiro no site.

**Figura 30 – Reprodução da seção “Sobre nós”, no site The Cannigma**



No topo e centralizado, o nome do site com três guias abaixo: Introdução à Cannabis; Educação; Quadros Clínicos; *Strains*<sup>67</sup>; e Receitas. O texto “Sobre nós” está na parte superior e à esquerda da página, tendo a sua direita o desenho de uma planta já desenvolvida de cannabis. A maturidade da planta é visível devido à altura dos galhos com folhas em relação ao tronco e também ao tamanho das raízes, que estão visíveis no desenho. O texto apresenta o interesse e os objetivos do site.

<sup>66</sup> Ver: <https://cannigma.com>. Acesso em outubro de 2023.

<sup>67</sup> No contexto da produção de canábis, *strains* se refere às diferentes variedades da planta. Cada *strain* ou variedade tem um perfil químico específico, aparência física e potenciais efeitos.

*Todos os assuntos que abordamos (desde segurança e pesquisa médica até modos de preparo) estão baseados em evidências, com um conteúdo claro e prático.*

*Nosso objetivo é disponibilizar informações científicas para quem precisa, seja para aliviar uma dor, aprender um pouco mais ou só por diversão.*

Na parte inferior e à direita da página, o site traz outra curta seção da apresentação, a partir do título “Nossos valores”, seguido de um pequeno texto que situa a posição do site em relação a criminalização da planta.

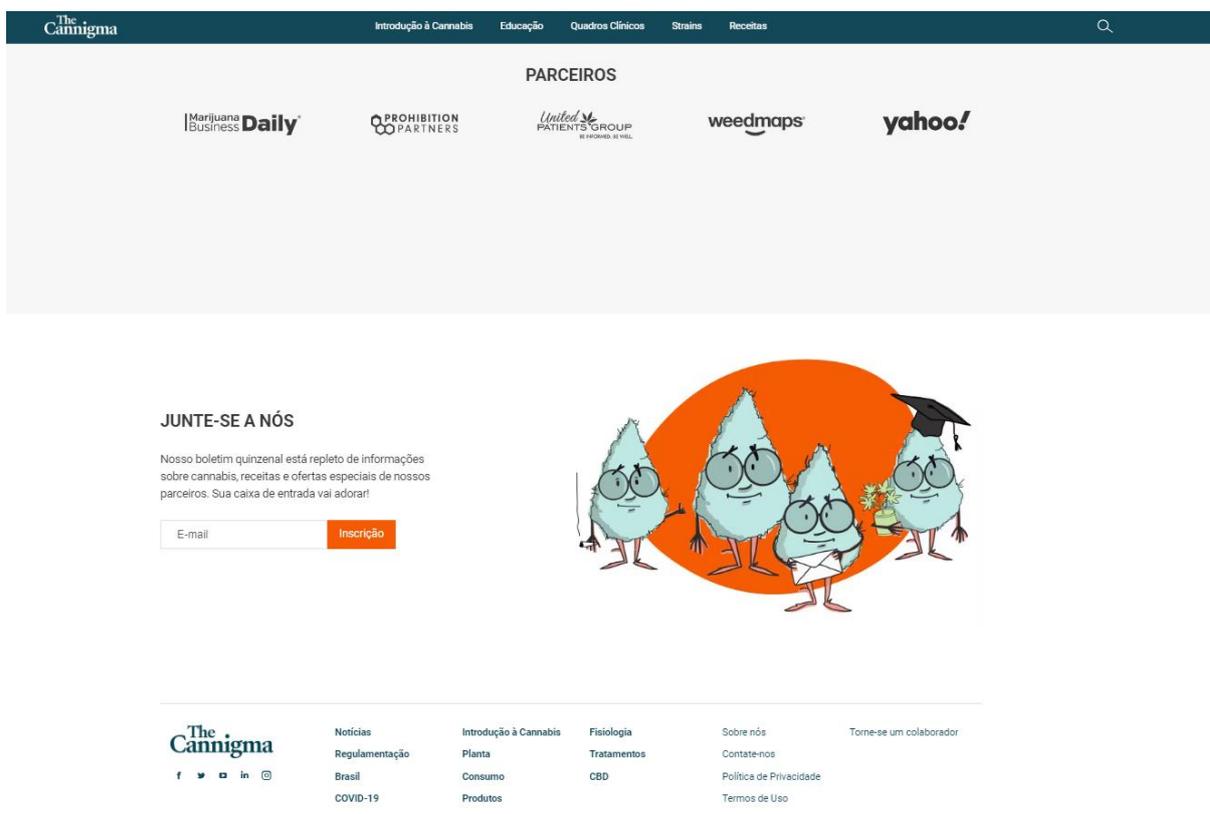
*A criminalização da cannabis tirou a liberdade, os meios de subsistência e as oportunidades de muitas pessoas. A estigmatização e a proibição generalizadas também impediram-lhes o acesso aos benefícios terapêuticos da planta, muitas vezes com resultados trágicos.*

*Acreditamos que um passo modesto, mas fundamental, para começar a corrigir esses erros é educar os pacientes, profissionais de saúde, tomadores de decisão e o público em geral sobre os benefícios da cannabis, bem como os danos, geralmente invisíveis, causados por décadas de proibição.*

O site busca demonstrar que sua postura adota uma abordagem baseada em ciência para todas as questões relacionadas à cannabis. Conforme descrito na seção em questão, o site possui uma equipe editorial baseada majoritariamente em Israel, com colaboradores e consultores “espalhados por todo o mundo”, “*scattered around the world*”. Nessa seção do site é perceptível que boa parte do material disponível no idioma português-brasileiro é traduzido do site disponível em inglês. Isso fica evidente ainda na seção “Quem somos” do site, na área destinada a apresentação do corpo editorial do site, já que se lê “*Who we are*” e abaixo “*Most of Team Cannigma is based in Herzliya, Israel, with contributors and advisors scattered around the world*”.

Na parte inferior da seção “Quem somos”, o convite “Junte-se a nós”, seguido de um espaço para preencher com endereço de e-mail e se inscrever no boletim quinzenal “repleto de informações sobre cannabis, receitas e ofertas especiais de nossos parceiros. Sua caixa de entrada vai adorá-lo!”. A seguir, a Figura 31 reproduz a mencionada área do site.

Figura 31 – Parte inferior da seção “Sobre nós” do site The Cannigma



Uma das edições do referido boletim trouxe o assunto “*Weed facts for your grandparents*”<sup>68</sup> (Fatos canábicos para seus avós, em tradução livre<sup>69</sup>). Ao abrir o e-mail, temos o layout da *newsletter*, com o título acima. Abaixo, dois links de artigos, contendo uma imagem abaixo do título de cada um. “*What is the endocannabinoid system?*”<sup>70</sup> (O que é o sistema endocanábinoide?) e “*Unforgettable edibles: Our 10 favorite cannabis recipes*” (Comestíveis inesquecíveis: nossas 10 receitas favoritas de cannabis)<sup>71</sup>. A imagem abaixo do título do primeiro artigo reproduz o interior do corpo humano, na intenção de demonstrar que há coisas agindo em nosso complexo corpo, envolvendo enzimas, proteínas, glândulas, etc., enquanto a imagem abaixo do segundo artigo traz pessoas cozinhando, provavelmente amigas (e visivelmente felizes). As imagens não fazem qualquer menção à maconha. Os títulos dos artigos é que articulam essa conexão. O terceiro artigo ocupa o espaço em linha horizontal

<sup>68</sup> Ver: <https://cannigma.com/treatment/5-cannabis-facts-for-your-grandparents/>. Acesso em agosto de 2023.

<sup>69</sup> As traduções do site *The Cannigma* serão sempre do autor.

<sup>70</sup> Ver: <https://cannigma.com/physiology/an-overview-of-the-endocannabinoid-system/>. Acesso em agosto de 2023.

<sup>71</sup> Ver: <https://cannigma.com/recipe/best-cannabis-recipes/>. Acesso em agosto de 2023.

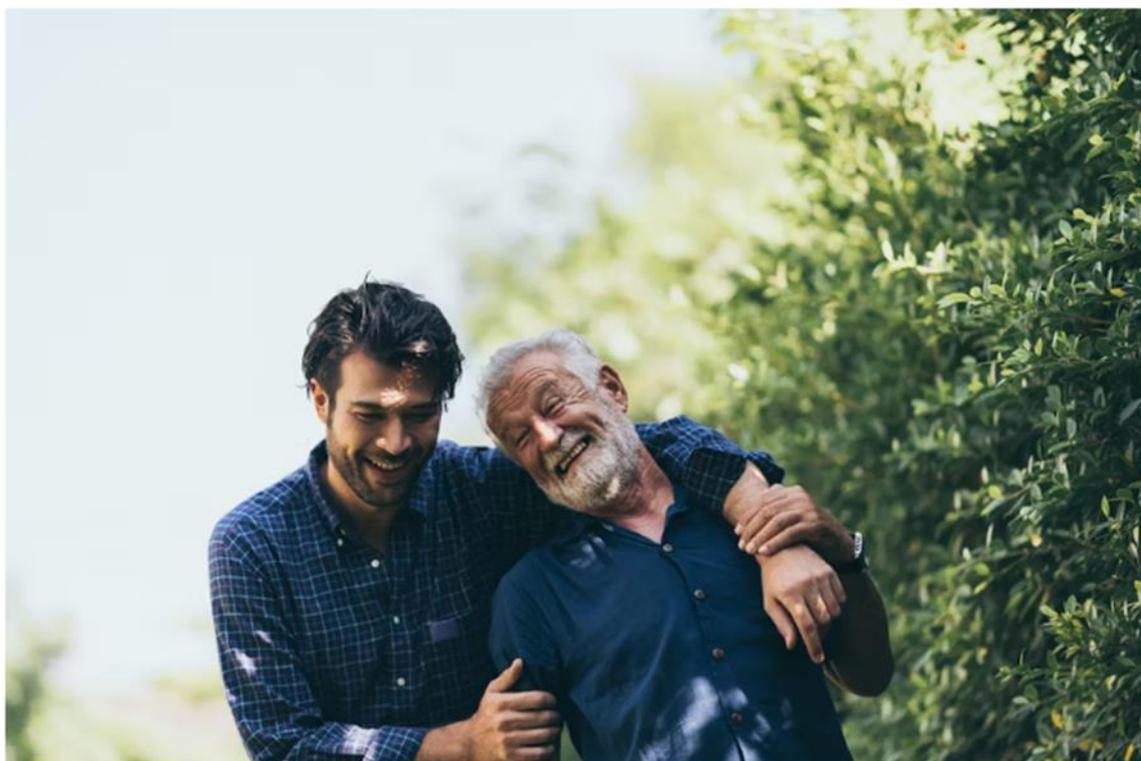
dos dois artigos acima. Enquanto os dois artigos acima estão divididos em duas colunas, o terceiro, abaixo, ocupa a linha horizontal inteira. “5 cannabis facts for your grandparents”, ou “5 fatos sobre a cannabis para seus avós”. Com a imagem de dois homens, um jovem adulto e um mais velho de cabelos e barba branca, conforme reproduzido na imagem abaixo (Figura 32).

**Figura 32 – Printscreen de artigo disponível na página “The Cannigma”**

## 5 cannabis facts for your grandparents



by [Ben Hartman](#)



Cannabis can have benefits for people of all ages, including your grandparents (Shutterstock)

When you think of cannabis, chances are you don't picture your grandma or grandpa sitting on their plastic-wrapped couch passing a bong around, or bringing a batch of pot brownies to their bridge club.

The truth is, cannabis can have benefits for people of all ages, [including your grandparents](#). And if recent polling is any indication, at least in [states where it is now legal](#) medically or recreationally, they're probably already pretty curious if not lighting up with their friends.

A partir do título do artigo é possível deduzir que há a intenção de representar neto e avô. Lado a lado, muito semelhantes, com a mesmo tom na cor da camisa, destoando na cor dos cabelos e da barba. Ao abrir o artigo, a foto possui na legenda “*Cannabis can have benefits for people of all ages, including your grandparents*”, “Cannabis pode ter benefícios para pessoas de todas as idades, incluindo seus avós”, tradução minha.<sup>72</sup> Ao lado, entre parênteses, o nome do portal de imagens em que a fotografia foi coletada, *Shutterstock*<sup>73</sup>. Mais uma vez, fica evidente que a imagem não contém uma relação direta com a maconha, se não aquela estabelecida pelo título do artigo e a legenda da foto. São esses textos que conduzem, inclusive, ao entendimento da relação de parentesco entre os dois homens abraçados. Houve a intenção da *newsletter* “*The Cannigma*” de produzir o vínculo entre o texto e a imagem, A imagem sozinha não pode fazê-lo, uma vez que poderia representar diferentes tipos de temas. As imagens não foram feitas especificamente para aqueles artigos, mas seus títulos incorporam as imagens. Além dos dois homens no primeiro plano, a fotografia traz o cenário de ambiente ao ar livre. Em um dos lados, mais próximo ao homem mais velho, há ramos de folhagens, arbustos ou árvores. Ao fundo e em direção ao centro, o verde das folhagens se torna embaçado e mais claro. Do centro à outra extremidade da imagem, já onde as folhagens não alcançam, o cenário fica invisível devido a claridade.

Por sua vez, os cinco fatos são elencados ao longo do texto. “*You don’t have to smoke anything*”, “você não precisa fumar nada” e dois parágrafos dissertando sobre possibilidades além do icônico e famigerado cigarro de maconha, destacando comestíveis à base de maconha; “*It can relieve pain*”, “pode aliviar a dor”, buscando dialogar com um sintoma que acomete pessoas ao longo da vida e se tornam mais intensas com a velhice, convidando qualquer tipo de leitor a identificar um parente mais velho na situação de se beneficiar com o uso do medicamento à base de cannabis para tratar dores; “*It’s unlikely to cause cognitive decline*”, “É improvável que cause declínio cognitivo”, aqui em referência ao conhecimento popular de que o consumo de maconha deixaria o indivíduo lento para desempenhar tarefas cotidianas passando às recentes pesquisas sobre o uso de cannabis que tendem a descartar a hipótese de declínio na performance cognitiva; “*You don’t have to get*

---

<sup>72</sup> As traduções serão sempre do autor.

<sup>73</sup> Repositório de imagens para uso em veículos de comunicação mediante assinatura ou pagamento.

*high*”, “você não precisa ficar chapado”, também partindo de um entendimento popular do maconheiro/chapado “que esquece onde estão as chaves do carro ou o que foi fazer na cozinha” e traz o conceito de microdose, uma quantidade mínima de cannabis e com baixas concentrações de THC com a finalidade de ter os proveitos terapêuticos e evitar os efeitos toxicológicos; “*Cannabis can help you sleep better*”, “Cannabis pode te ajudar a dormir melhor”, tópico em que é mencionado um estudo de 2014 sobre melhora do sono em usuário de cannabis resistente aos tratamentos usuais para problemas relacionados ao sono. O artigo destaca uma série de palavras com hiperlinks que levam para artigos acadêmicos. Como exemplo, destaco o artigo “*A double-blind, randomized, placebo-controlled, parallel group study of THC/CBD spray in peripheral neuropathic pain treatment*”, “Um estudo de grupo paralelo, duplo-cego, randomizado, controlado por placebo, de spray de THC/CBD no tratamento de dores neuropáticas periféricas”. O site, *The Cannigma*, em seus artigos costuma trazer referências a si mesmo (um artigo do site menciona outro e isso mais de uma vez em um mesmo texto) e à artigos acadêmicos de portais científicos.

#### **4.2 Evidências científicas utilizadas para legitimar a defesa do uso medicinal da cannabis**

Ressaltando o reconhecimento que legitima o protagonismo do saber médico nas veiculações a respeito da cannabis, sobre o acima mencionado sistema endocanabinóide (Francischetti e Abreu, 2006; De Petrocellis e Di Marzo, 2009; Saito et al, 2010; Rezende et al, 2023), resumidamente destaco que este pode ser definido a partir de três elementos que os compõem: os endocanabinóides; os receptores canabinóides e as enzimas. Os primeiros são sintetizados no próprio corpo e atuam como moléculas que se ligam aos receptores do sistema endocanabinóide, sendo a anandamida e a 2-AG os mais estudados e destacados. Os receptores são os identificados como CB1 e CB2 e são considerados “locais de ligação”, presentes em muitos tipos de células presentes em todo o corpo humano. Os canabinóides (externos, oriundos da cannabis) ligam-se, bloqueiam ou modulam a atividade dos receptores. Por fim, as enzimas são as proteínas responsáveis por catalisar reações químicas que produzem e decompõem os endocanabinóides. De

modo geral, a função desse sistema é atuar como regulador homeostático, assegurando o funcionamento de uma série de processos no corpo humano, atuando como modulador do sistema nervoso central e periférico, do sistema endócrino, de tecidos imunológicos e do metabolismo. Os receptores canabinóides, quando ligados aos canabinóides, são responsáveis por alterações temporárias no funcionamento de células e, como esses receptores são espalhados por todo o corpo, a localização do receptor indica quais processos essas alterações irão influenciar. Esse sistema será a chave para as pesquisas que estudam os efeitos terapêuticos da cannabis medicinal.

Antônio Waldo Zuardi, médico e psiquiatra brasileiro, é autor de trabalhos relacionados à cannabis medicinal, sendo praticamente todos eles sobre os potenciais usos terapêuticos do CBD. Eles são trabalhos que relacionam o canabinóide CBD com possíveis tratamentos para uma série de doenças e nos resultados obtidos na pesquisa feita em portais de periódicos, há dois trabalhos que são sugestivos desde o título. “*History of cannabis as a medicine: a review*” (Zuardi, 2006) retoma historicamente os usos da cannabis em períodos anteriores à modernidade e à consolidação da medicina científica, “antes da era cristã” e fora do Ocidente, na Ásia e, mais particularmente, na Índia. O texto também descreve a entrada da cannabis no ocidente em meados do século XIX na forma de extratos e de tinturas, bem como seu progressivo desuso durante o século XX devido às dificuldades em se obter resultados consistentes em experimentos científicos, pois a “potência” do medicamento variava muito de acordo com os diferentes lotes da planta. O texto destaca que a partir da década de 1960, com a identificação da estrutura química dos componentes da cannabis e a possibilidade de se obter os constituintes da planta de forma isolada aumentaram o interesse científico em torno da planta. Essa descoberta é atribuída a Mechoulam (Gaoni e Mechoulam, 1964), químico (radicado em Israel) constantemente referido nos trabalhos contemporâneos a respeito dos usos medicinais da planta. A seguir, o texto faz referência às descobertas realizadas na década de 1990 a partir da descrição dos receptores canabinóides no sistema imunológico e no sistema nervoso central, ou seja, a identificação de um sistema endocanabinóide no corpo humano. Por fim, Zuardi finaliza o texto sugerindo que resultados consistentes, efetividade e segurança no tratamento com cannabis começam a ser comprovados cientificamente.

O segundo artigo, "*Cannabidiol: from an inactive cannabinoid to a drug with wide spectrum*", Canabidiol: de canabinóide inativo a droga de amplo espectro, em tradução livre, (Zuardi, 2008), cumpre um papel semelhante ao anteriormente apresentado, ampliando, contudo, as informações a respeito de possíveis tratamentos com um dos componentes da planta, o canabinóide CBD. O texto destaca que em variedades da cannabis utilizadas para a produção de fibras há baixa presença do componente psicoativo da planta, o THC, tendo o CBD como o componente predominante. O artigo também faz referência ao estudo desenvolvido por Roger Adams e colaboradores (Adams, Hunt e Clark, 1940), apresentando-os como responsáveis pelo isolamento do CBD pela primeira vez, na década de 1940. Entretanto, é novamente Mechoulam que é apontado como o principal responsável pela retomada dos estudos envolvendo esse componente da planta, na década de 1960 (Mechoulam e Shvo, 1963), ocasião em que a estrutura química do composto foi elucidada. O artigo de Zuardi também aponta que foi Mechoulam, junto ao seu grupo, o responsável pela apresentação da estrutura química de uma série de canabinóides, abrindo, assim, um novo campo de pesquisas para a área farmacêutica.

O trabalho de Zuardi traz também a contribuição de outro importante pesquisador sobre potenciais terapêuticos da cannabis medicinal, o farmacologista brasileiro, Elisaldo Carlini (Carlini, 2006). O grupo coordenado por Carlini, na Universidade de São Paulo, analisou interações entre o THC e outros canabinóides, sobretudo o CBD. Houve um primeiro pico nas produções sobre a cannabis em meados da década de 1970, seguido de uma estabilização e um declínio até a década de 1990, quando foi descrito o funcionamento dos receptores endógenos para os canabinóides encontrados na planta, o subsequente isolamento da anandamida, um desses receptores, revelando a existência do já mencionado sistema endocanabinóide (Martin, Mechoulam e Razdan, 1999), que atua no sistema nervoso central e no sistema imunológico.

Esses e outros argumentos, sobre as interações entre canabinóides e seus efeitos, sustentaram e deram bases às reivindicações mais recentes dos atores envolvidos na luta pela regulamentação da cannabis medicinal, uma vez que, em um primeiro momento, somente o CBD possuía autorização para importação pela Anvisa (RDC 3/2015). Após novas mobilizações sociais, políticas e jurídicas, o THC

também acabou sendo autorizado a seguir. Em um primeiro momento com a exigência de que sua concentração não ultrapassasse 0,2%, obrigando que o composto predominante fosse o CBD (RDC 17/2015), após permitindo, desde que não ultrapassasse a concentração de CBD (RDC 66/2016) e, atualmente, sendo permitida a importação de medicamentos com alto teor de THC (RDC 335/2020). Cabe ressaltar que a produção de medicamentos em território nacional está permitida somente para o CBD (RDC 327/2019), limitando o acesso a medicamentos com THC à importação de remédios vindos do exterior.

Zuardi também elenca os principais potenciais tratamentos com CBD. Até os anos 1990, o CBD era considerado em tratamentos para ansiedade, psicoses e transtornos do movimento, mas sem obter relevância como medicamento para essas doenças. A partir dos anos 1990, com a descrição do sistema endocanabinóide (Martin; Mechoulam; Razdan, 1999), o CBD passa, então, a ser considerado um possível medicamento de “amplo espectro” (Zuardi, 2008), com potencial terapêutico para uma variedade de doenças e sintomas, sendo destacadas sua ação antioxidante, neuroprotetora, anti-inflamatória, antiemético, anticancerígeno e em tratamento de diabetes tipo 1 e isquemia.

Saliento que o esforço, aqui, não é o da divulgação científica, ou seja, não tenho a pretensão de fazer com o que o leitor ou a leitora entenda daqui o funcionamento do complexo sistema endocabinóide, os efeitos dos canabinóides no organismo e a estrutura molecular da planta. Meu objetivo, antes, é o de apresentar as evidências científicas a fim de mostrar o movimento que descrevo como pedagógico e que tem como finalidade uma mudança de paradigma em relação à maconha. É importante ter presente para este momento que todo entendimento a respeito do tratamento com cannabis medicinal passa obrigatoriamente pela descrição desse sistema. Portanto, todas as evidências científicas contemporâneas sobre os benefícios da cannabis para o tratamento de uma série de doenças passa pelo sistema endocanabinóide e – no que suponho que possa ser uma das hipóteses desta pesquisa – a descrição desse sistema para o público amplo (leigo no assunto da cannabis como medicamento ou orientado essencialmente pela racionalidade proibicionista) é fundamental para o êxito das campanhas e para a legitimidade das ações das associações de pacientes

Este capítulo procurou trazer algumas evidências científicas que fundamentam, corroboram e legitimam a atuação de uma série de atores que

emergiram recentemente no Brasil para reivindicar o acesso à cannabis medicinal. Como referi no início do trabalho, a Campanha Repense e a visibilidade alcançada pela história de Anny Fischer foram importantes para afirmar e consolidar a luta pelo acesso à cannabis medicinal.

É importante mencionar, ainda neste capítulo, que as evidências científicas encontradas em artigos acadêmicos são atualmente amplificadas através de veículos especializados em cannabis medicinal, mas voltados ao público amplo, constituído por pacientes e seus familiares, profissionais da área da saúde e demais interessados no tema.

Philippe Pignarre (1999, p.15), no livro “*O que é medicamento?*”, procurou detalhar esses caminhos percorridos pelo que vem a se tornar um medicamento, desde “sua invenção primitiva como molécula, cujos efeitos são biologicamente identificáveis, depois nas provas que a transformam em algo completamente diferente e que merece, enfim, o nome de medicamento”. Ele acrescenta ainda que tal caminho trata, ao menos em sua finalidade contemporânea, de um tipo de mercadoria com características muito específicas, “a maneira pela qual a administramos socialmente a diferencia das mercadorias clássicas”, e que, em sua forma moderna, os medicamentos “constituem uma maneira original de ligar o biológico ao social” (idem).

Medicamentos alopáticos, conforme o autor, são o alicerce principal da medicina moderna. Um medicamento, em essência, é uma molécula que passou por testes comparados a placebos em estudos em que nem quem prescreve, nem os pacientes sabem quem recebeu a molécula ou o “vazio terapêutico” – o conjunto dessas práticas de estudos clínicos recebe o nome de testes duplo-cego randomizado. Diante da eventual questão sobre o por que se comparam candidatos a medicamentos com placebos ao longo dos estudos duplo-cego, a resposta mais comum, vinda dos atores envolvidos neste processo, seria: “trata-se do meio mais simples para julgar de maneira objetiva a eficácia de uma molécula candidata ao título de medicamento” (idem, p. 17). O encontro de uma molécula com o organismo vivo precisa passar por algum tipo de prova que demonstre sua eficácia. Isso acontece para qualquer produto vendido como medicamento e para qualquer enfermidade. Uma molécula candidata a se tornar medicamento deve, portanto, percorrer uma série de caminhos: antes de chegar ao laboratório de estudos em

testes contra placebo, a molécula passa por estudos biológicos *ex vivo* (em tecidos extraídos de um organismo), *in vitro* (em células e microrganismos fora do contexto biológico normal), em animais de laboratório e, por fim, há “um salto qualitativo” ao passar para os testes em um organismo humano vivo (idem, p. 28). Em humanos, são mais quatro fases de testes: a primeira em voluntários saudáveis para “avaliar a tolerância clínica ao novo produto”; em um segundo momento, “a molécula é testada em pacientes acometidos da patologia que se busca combater”; na terceira fase, são incluídos “pacientes mais representativos da população que se irá tratar” e o candidato é comparado a um placebo, “mas também, sempre que possível a medicamentos de referência já comercializados” (esta fase dura cerca de três anos e, se bem sucedida, o medicamento já pode ser comercializado); por fim, a última etapa de testes de um medicamento se realiza para “precisar as vantagens do medicamento” já em circulação. Esses testes são a maneira moderna e contemporânea para “socializar” a ação de uma molécula, ideia/conceito de ação esse que já era encontrado nos gregos, a partir da noção de *pharmakon*, que refere, a um só tempo, a veneno e remédio (idem, p. 32), cuja principal marca da distinção entre um e outro seria a quantidade administrada.

Conforme os testes que foram referidos neste capítulo, o caminho descrito por Pignarre é o caminho que as moléculas derivadas da cannabis vêm percorrendo para atingirem a condição de medicamentos. Cabe dizer, contudo, que esse processo não foi descrito exclusivamente devido às referidas evidências científicas, das quais procurei trazer alguns exemplos. Conforme foi referido na primeira parte do trabalho, a partir de Policarpo, Veríssimo e Figueiredo, (2017), já existiam famílias se mobilizando no Brasil para viabilizar o tratamento de seus parentes com a cannabis medicinal, mas o lançamento dos curtas e do longa-metragem produzidos pela Campanha Repense, em 2014, alavancou o debate e contribuiu para promover mudanças consideráveis no sentido de acelerar o acesso aos derivados da cannabis – conforme já se destacou, após o lançamento dos filmes, a Família Fischer se tornou a primeira a obter autorização judicial para uso medicinal de derivados da cannabis.

O acesso, a partir deste precedente, se deu via autorizações na justiça, obtidas por cada família que ingressava com o pedido. Em janeiro de 2015, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 3, de janeiro de 2015, retirou o CBD da lista de substâncias proibidas e o inseriu em outra, de substâncias sujeitas a controle

especial. As RDCs nº 17 (revogada pela RDC nº 335, de 2020), de 2015, e nº 66, de 2016, atualizaram, flexibilizaram e estabeleceram as condições para o acesso a medicamentos com THC (canabinóide não contemplado na RDC nº 3, de 2015). A RDC nº 327, de 2019, regulou os procedimentos para conceder autorização sanitária para a fabricação e a importação de produtos derivados da cannabis medicinal e estabeleceu os requisitos para sua comercialização, prescrição, dispensação, monitoramento e fiscalização. Enquanto a RDC nº 335 estabeleceu as regras para a importação dos produtos por pacientes (pessoa física) mediante prescrição médica, flexibilizando bastante as exigências que tratavam do assunto (RDC nº 17), revogando-as.

Essas decisões de caráter normativo da Anvisa não são apenas fruto de um amadurecimento das evidências científicas e das mobilizações sociais. Há muitos interessados em cena e, conseqüentemente, muitas divergências quanto às decisões da Anvisa. A indústria farmacêutica é um campo já amplamente estabelecido e que busca incorporar o mercado com potencial imensurável da cannabis, dado o grande leque de possibilidades de tratamentos com seus derivados. Contudo, tal como em outras situações, os interesses que atendem às demandas deste campo se chocam com os interesses das associações de pacientes, que buscam o direito ao plantio individual, tornando o acesso ao medicamento muito mais barato. O campo médico também não apresenta um consenso em torno do tema. O Conselho Federal de Medicina (CFM) vem, reiteradamente se manifestando contrário às regulamentações que flexibilizem o acesso à cannabis medicinal, chegando, inclusive, a se posicionar contra a existência do termo “cannabis medicinal”, afirmando não existir propriedades terapêuticas na planta. No site do CFM há, atualmente, 30 resultados para o termo cannabis<sup>74</sup>. Apresento alguns títulos dos textos resultantes desta busca: “*CFM defende cautela na liberação de remédios baseados em maconha*” (7 de novembro de 2019); “*CFM e ABP pedem revogação de atos que podem liberar o cultivo de maconha no País*” (13 de junho de 2019); “*Em audiência no Senado Federal, CFM se posiciona contra descriminalização do cultivo de Cannabis Sativa*” (10 de junho de 2019); “*CFM e ABP apoiam ministro e repudiam regulação do plantio de cannabis*” (22 de maio de

---

<sup>74</sup> Ver: <https://portal.cfm.org.br/?s=cannabis>. Acesso em: novembro de 2023.

2019); “ABP e CFM publicam nota contra descriminalização do cultivo de *cannabis sativa*” (30 de novembro de 2018); “CFM e ABP solicitam a retirada da *Cannabis sativa L.* de lista de substâncias de interesse da indústria farmacêutica” (25 de maio de 2017). Fica evidente, por meio desses exemplos, que a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) atua em conjunto como CFM para que permaneçam as restrições à cannabis medicinal, vide o já referido “*Decálogo sobre Maconha*”, produzido em conjunto por ambas as instituições.

Reitero que a pretensão nesta seção é demonstrar que o campo está em disputa. Busquei mostrar ao leitor e a leitora a existência e algumas das evidências científicas em torno da cannabis medicinal para o tratamento de diversas doenças, bem como situar o estado mais recente do acesso aos medicamentos derivados da cannabis no Brasil. Finalizo retomando um fato recente e relevante no âmbito internacional a respeito da cannabis medicinal: em dezembro de 2020, a Comissão de Drogas Narcóticas das Nações Unidas retirou a maconha da lista de substâncias consideradas mais perigosas e passou a reconhecer as propriedades medicinais da planta. A mudança atendeu a uma recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), de janeiro de 2019. Com isso, a maconha deixou a “Lista 4” (em que se encontrava a heroína, por exemplo) e passou para a “Lista 1”, que inclui a morfina. A decisão que mudou o status na maconha no principal órgão da geopolítica internacional teve 27 votos favoráveis e 25 contra, tendo o Brasil se posicionado contra a mudança<sup>75</sup>.

Considero, ainda, os cursos de especialização cujo foco é direcionado à cannabis medicinal como potenciais fontes de materiais a serem analisados nesta pesquisa. Um dos cursos, chamado simplesmente “Cannabis Medicinal”, no âmbito de pós-graduação lato sensu, modalidade à distância, é oferecido pela Faculdade Unyleya (exclusiva na modalidade de ensino à distância) e é direcionado aos “profissionais, com nível superior, interessados em conhecer assuntos relacionados à Cannabis Medicinal, em especial: médicos, enfermeiros, engenheiros, farmacêuticos, químicos, biólogos, advogados, consultores, gestores,

---

<sup>75</sup> “Comissão da ONU retira maconha de lista de drogas mais perigos”. Ver: <https://www.poder360.com.br/internacional/comissao-da-onu-retira-maconha-de-lista-de-drogas-mais-perigosas/>. Acesso em: novembro de 2023.

administradores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e professores”<sup>76</sup>. A página que oferece o curso informa que tem como objetivo

*especializar pessoas para que elas possam atuar e aplicar seus conhecimentos em segmentos voltados para administração, produção e gestão de Cannabis Medicinal, na condição de Consultor ou Gestor de Negócios, Profissional da Área e similares. No curso, serão abordadas disciplinas relacionadas a história, a cultura, práticas de plantio e colheita e o processo de fabricação da cannabis medicinal; o uso da cannabis em diversos contextos; a gestão e funcionamento do mercado canábico no Brasil e no mundo; o papel e a importância das Associações, Instituições e grupos de apoio à Cannabis Medicinal no Brasil e no Mundo; e a Legislação e o Processo de Regulamentação da Cannabis Medicinal no Brasil e no Mundo.*

A mesma faculdade oferece outra especialização, de pós-graduação em “Cannabis Medicinal & Direito”, destinado a “advogados e outros operadores do direito, aos pesquisadores das ciências humanas e demais profissionais graduados, interessados na área de Cannabis Medicinal & Direito” e tem como objetivos<sup>77</sup>:

Aplicar os aspectos práticos do direito e cannabis no Brasil.

*Compreender a origem, história e cultura canábica no Brasil e no mundo.  
Conhecer a atuação das associações, instituições e grupos de apoio à cannabis medicinal no Brasil e no mundo, suas relevâncias no apoio aos pacientes que necessitam da cannabis medicinal para o tratamento de suas enfermidades.*

*Desenvolver conhecimentos, habilidades e competências para aplicar em suas respectivas áreas de atuação.*

*Entender o funcionamento da biologia da cannabis, o sistema endocanabinóide e seus usos terapêuticos.*

*Explicar os aspectos sociais do uso da cannabis medicinal.*

*Perceber os aspectos normativos da cannabis no Brasil, baseados em tratados, leis e regulamentos.*

*Relatar e aplicar conceitos relativos às decisões da cannabis nos tribunais brasileiros.*

*Saber dos aspectos econômicos gerados a partir da cannabis medicinal*

Outro curso de pós-graduação é oferecido pela “Inspirali”, instituição que oferece cursos voltados para área médica e se apresenta como “o conhecimento técnico-científico que faltava para o uso da Cannabis como fonte de alto poder

---

<sup>76</sup> Ver: <https://unyleya.edu.br/pos-graduacao-ead/curso/cannabis-medicinal/>. Acesso em: novembro de 2023.

<sup>77</sup> Ver: <https://unyleya.edu.br/pos-graduacao-ead/curso/cannabis-medicinal-e-direito>. Acesso em: novembro de 2023.

medicinal e terapêutico”<sup>78</sup>. Pretende, por meio de seu curso, “formar especialistas para atuarem no mercado de cannabis medicinal”. O público-alvo são médicos e profissionais da saúde de nível superior, bem como profissionais “de outras áreas de nível superior relacionadas ao tema, como administradores, empreendedores e advogados”.

Acrescento ainda o curso sobre cannabis medicinal oferecido pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Entre maio e agosto de 2023 o curso realizou a nona edição<sup>79</sup>. Trata-se de um curso de extensão, de atualização educacional e profissionalizante, que tem como público alvo “Pacientes e Familiares, Alunos de Graduação e Pós-Graduação da Região, Profissionais da Atenção Básica de Saúde, Lideranças Comunitárias, Usuários do Serviço de Saúde” e cujos objetivos são “difundir conhecimento sobre a planta Cannabis e os possíveis medicamentos e tratamentos dela derivados, quebrando preconceitos e ampliando o debate sobre a liberação e regulamentação em curso nas esferas legislativas, além de ampliar o acesso ao tratamento para pacientes, de forma democrática e acessível”. A ementa do curso oferecido em 2021<sup>80</sup>, ainda disponível para acesso, apresenta os resultados que espera com a oferta do curso:

*Diminuir o preconceito acerca do tema, desmistificando a planta e os produtos e potenciais terapêuticos, de forma a aumentar o número de pesquisas clínicas e acadêmicas com Cannabis Medicinal e despertar em profissionais da saúde e estudantes o interesse pelas terapias com a planta, além de ampliar o debate político e social, para que o poder público regulamente o tratamento.*

*Possibilitar pacientes e familiares um maior conhecimento sobre as possibilidades de tratamento com Cannabis Medicinal e munir essas famílias com ferramentas para que combatam o preconceito com o seu remédio e tratamento e para que possam usar as ferramentas expostas no curso para a busca de um tratamento justo, legal, democrático e com valor acessível.*

Com a exposição destas diferentes formas de institucionalização acadêmica da cannabis medicinal, procurei, ao longo deste capítulo, apresentar o que entendo

---

<sup>78</sup> Ver: <https://www.inspirali.com/cursos-para-medicos/cannabis-medicinal/>. Acesso em: novembro de 2023.

<sup>79</sup> Ver: <https://caec.diadema.unifesp.br/eventos/ix-curso-de-cannabis-medicinal>. Acesso em: novembro de 2023.

<sup>80</sup> Ver: <https://sistemas.unifesp.br/acad/proec-siex/index.php?page=INS&acao=1&code=19348>. Acesso em: novembro de 2023.

como a constituição de uma pedagogia cultural acerca da cannabis, através das diferentes ações e materiais que considero que atuam no sentido de reeducar indivíduos quanto à forma como foi concebida historicamente a planta *Cannabis sativa*. Essa reeducação é orientada por um currículo também cultural, associado ao conhecimento científico, ao engajamento social e à mobilização de senso de justiça e de cidadania. Os acontecimentos anteriormente descritos são independentes, mas se articulam e se conectam em uma rede comum, que pretende informar, educar, conscientizar e fornecer as bases para ação de diferentes atores, como os interessados no medicamento, ativistas sociais, médicos prescritores, entre outros.

Os desdobramentos mais recentes relativos à pedagogia cannabis, aqui descrita e analisada, estão longe de serem considerados concluídos. As controvérsias em torno da área médica, como as perspectivas confrontantes entre o campo referido acima e o campo representado pelo CFM e a ABP (entre os nomes dos quais destaco como exemplo o ex-ministro Osmar Terra) não são restritas ao debate técnico-científico se a planta possui ou não propriedades terapêuticas. O debate que se inicia em um campo relacionado ao saber se desenrola também em campos relacionados ao poder – incluído aqui o poder formal e institucional. Para demonstrar o que busco argumentar aqui, trago um acontecimento mais recente que também é ligado ao funcionamento efetivo de uma pedagogia da cannabis.

Em outubro deste ano a articulista especialista em cannabis, Anita Krepp, divulgou em sua coluna no site Poder 360<sup>81</sup> (<https://www.poder360.com.br/>) a cartilha denominada “*Cannabis Medicinal e as Autoridades Públicas*”, organizadas pelo escritório de advocacia Murilo Nicolau e Associados (<https://mmnicolau.com.br/>). Em seu texto, a articulista apresenta a cartilha retomando perguntas “comuns” a respeito da cultura canábica:

*Está permitido viajar com óleo de cannabis para fora do país? E numa ponte aérea, será que tudo bem carregar consigo um frasquinho de maconha medicinal? Será preciso carregar a receita médica para todo lado e ter sempre um “atestado de paciente terapêutico” de cannabis para evitar constrangimentos? São algumas das perguntas que toda pessoa que faz uso medicinal da cannabis já se fez um dia. Do outro lado do balcão, os agentes de segurança pública, pode acreditar, estão tão confusos em relação ao que é ou não permitido em se tratando de cannabis quanto os próprios cidadãos.*

---

<sup>81</sup> Site organizado por grupo de jornalistas com conteúdo voltado para a política.

A cartilha<sup>82</sup>, divulgada em formato digital e com pretensão de alcance massivo serve, “de acordo com o advogado, para orientar o cidadão”, que “*Munido da cartilha poderá cobrar do funcionário público um conhecimento que a esta altura do campeonato ele já deveria saber*”.

O conteúdo da cartilha traz informações sobre regulamentação do uso medicinal, formas de acesso, orientações para verificação da legalidade do produto e sobre os profissionais que podem prescrever. Considerando a ampla proliferação informacional em torno da cannabis medicinal é evidente que esta cartilha deve ser compreendida também como um elemento que compõem as estratégias da pedagogia da cannabis com a finalidade de informar, orientar e educar o leitor sobre um tema que ainda se desenrola no debate público. Aqui, a figura do usuário parece ceder lugar ao paciente e ao consumidor (e aos direitos deste em relação àquilo que consome).

*Com a informação correta e ações coordenadas, é possível garantir que pacientes possam ter acesso aos produtos de forma legal e segura, evitando situações de exposição, risco e ilegalidade. É importante que as autoridades públicas estejam atualizadas e capacitadas para lidar com a Cannabis Medicinal de forma adequada e consciente, contribuindo para o bem-estar e saúde da população.*

Como acontecimento representativo de controvérsias presentes nos discursos de especialistas e *experts*, trago um debate recente na rede social X (ex-Twitter). O advogado criminalista Wellington Arruda<sup>83</sup> publicou em 7 de outubro o seguinte relato:

*Minha sogra sofre de fibromialgia (com reumatismo) e por uma década fez todo tipo de tratamento possível e imaginável para dor. Desde o despertar ao adormecer ela sentia dor. Fez uso de todo tipo de medicação, mas nunca encontrou uma saída. Passou, então, a implorar pela morte, pois já não suportava mais sentir dores no corpo, além de passar noites em claro por causa disso. Há 20 dias, por recomendação médica, fez uso de canabidiol (CBD). Eu ministrei o medicamento sob orientação. Ela simplesmente não acreditou no resultado. Renasceu! Graças ao CBD ela, que já tem 75 anos, não sente dor alguma, nada de cansaço, as articulações estão ativas e dorme feito um bebê. Inimaginável que o preconceito religioso, que foi (e é) por anos alimentado pela indústria da Segurança Pública (bancada da bala e da bíblia impedem*

---

<sup>82</sup> Ver: [https://static.poder360.com.br/2023/10/catilha-da-cannabis\\_compressed.pdf](https://static.poder360.com.br/2023/10/catilha-da-cannabis_compressed.pdf). Acesso em: novembro de 2023.

<sup>83</sup> Ver: <https://twitter.com/welmelo/status/1710749406339719618>. Acesso em: novembro de 2023.

*a legalização), que protagoniza uma guerra contra as drogas, impede as pessoas de terem acesso a um tratamento tão maravilhoso como esse. Efeito colateral? Sim... está mais calma, mais alegre, apaixonada pela vida e, definitivamente, se tornou uma nova mulher.*

O advogado, que possui mais de 55 mil seguidores em sua rede social, atingiu 1,9 milhão de visualizações em sua publicação, que conta com mais de 300 comentários e cerca mil republicações de sua postagem original. Em uma das republicações (publicação na íntegra da postagem original, que pode ser acrescida de comentário por quem está republicando), um médico reumatologista, João Alho, com mais de 110 mil seguidores, acrescentou o seguinte texto<sup>84</sup>:

*Respeito a história e fico feliz pela melhora da paciente em tela. No Congresso de Reumatologia que encerrou há dois dias esse foi o tema mais quente: cannabis e seus derivados e sua aplicação para dor crônica, fibromialgia, entre outros. A unanimidade: não há até o momento evidências científicas que sustentem o seu uso para esta indicação. Isso quer dizer que não deve ser usada? Não. Deve ser usada como medicação de QUARTA linha. Em casos muito individualizados e com decisão compartilhada. Ela faz mal, é perigosa? Também não. Tem demonstrado ser muito segura. Quais os grandes problemas? 1) custo. É muito caro 2) o principal: a ausência de benefício. Os estudos controlados NÃO mostram benefício!!! Os estudos que mostram alguma benesse são METODOLOGICAMENTE MUITO RUINS, e ainda assim um benefício MUITO PEQUENO. Portanto, numa sociedade em que precisamos apoiar a ciência, sigo as diretrizes clínicas e não indico de forma rotineira cannabis e seus derivados para o tratamento de dor crônica. Até pelo menos que rompa o ônus da prova. Espero que ninguém se ofenda com os fatos, que de forma alguma são opiniões minhas.*

Em postagem adicional à postagem original, o médico acrescentou:

*- Ah, mas é porque os estudos feitos até agora têm problemas, não usaram do jeito certo, não usaram a formulação, não são randomizados... então que façam um estudo que preste, uai! Tem que passar pelo crivo.*

A republicação feita pelo médico atingiu 1,3 milhão de visualizações e mais centenas de comentários e de republicações, fomentando o debate e seus desdobramentos. Fica evidente a controvérsia entre a perspectiva adotada por esse médico especificamente e a dos médicos citados e referidos acima, nesta seção do

---

<sup>84</sup> Ver: <https://twitter.com/reumalho/status/1711346895652630878>. Acesso em: novembro de 2023.

trabalho. O campo está em disputa e os atores mobilizam diferentes estratégias para se posicionar no debate. A referência que ora é buscada para legitimar defensores, ora para validar argumentos dos que são contrários ao uso medicinal da cannabis é a própria medicina e seu privilégio no saber científico, sendo os critérios de estudos randomizados, duplo-cegos, etc., uma das “armas” para ratificar o ponto de vista do médico João Alho. Assim, o próprio campo científico é utilizado ora por um, ora por outro campo no debate.

As campanhas educativas em torno da cannabis, em geral, não parecem se direcionar aos seus usuários “tradicionais”, marginalizados e criminalizados durante boa parte do século XX e com resquícios dessa grade de inteligibilidade ainda presente. O direcionamento não é, portanto, de resgate, mas de captura de novos sujeitos que são forjados a partir de uma nova pedagogia. Esses sujeitos são consumidores, pacientes, pais e filhos que fazem uso da planta e que, a partir da análise do endereçamento das campanhas, são imaginados usuários com a finalidade distinta daquela referida genericamente como “recreativa”, mais associada aos movimentos de contracultura, ao desvio, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema que procurei tratar no trabalho ainda está em aberto. Há evidentes sinais por parte de autoridades, imprensa, especialistas, ativistas e sociedade civil de que o debate em torno da condição da maconha/cannabis permanecerá em pauta. Estando à véspera de mais uma nomeação para ministro do Supremo Tribunal Federal, entre os interesses já comuns em relação à cobertura de um evento deste porte, a questão da maconha também emerge. Flávio Dino, após ser indicado pelo presidente Lula à vaga deixada por Rosa Weber no STF, figurou em reportagens no G1<sup>85</sup> e no site da BBC Brasil<sup>86</sup>. Ambas as reportagens apenas tangenciam o tema e não aprofundam a discussão. No entanto, destacam a posição do indicado por Lula, qual seja, “*uma atitude contra as drogas, de rejeição ao consumo*”, em entrevista dada em 2019 para o jornal Roda Viva, da TV Cultura. Em outra entrevista, em 2022, Dino argumentou que era “contra as drogas como princípio”, que “*a maioria da sociedade brasileira é contra a chamada descriminalização*” e que não via “condições sociais e institucionais para descriminalizar drogas”. Nota-se que ao associar a discussão às políticas públicas, a abordagem da imprensa nesse caso foi semelhante à grade de inteligibilidade proibicionista, associando a maconha ao campo das drogas e do crime.

A referência à indicação de Dino ao STF pelo presidente Lula tem objetivo apenas de demonstrar que o debate (neste caso, especificamente, sobre a condição jurídica e legal) permanece “quente” e novos elementos emergem à medida que os diferentes atores interessados e envolvidos se movimentam na esfera pública e no mercado, promovendo diferentes tensões manifestas em busca de direitos, reconhecimento, cidadania e participação da sociedade nas propostas e decisões que interferem e influenciam diretamente na vida de todos e todas.

O trabalho realizado até aqui partiu de uma evidência da qual participam diferentes atores e diferentes jogos de força: a mudança que vem ocorrendo em torno da maconha, que passa a ser nomeada como cannabis em um contexto que

---

<sup>85</sup> “Flávio Dino: relembre frases sobre STF, drogas, aborto, segurança pública, Marielle Franco e outros temas” <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/27/relembre-frases-de-flavio-dino.ghtml>. Acesso em: novembro de 2023.

<sup>86</sup> “Flávio Dino no STF: indicado de Lula é contra legalização do aborto e visto como mão pesada”. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx018k98jdjo>. Acesso em: novembro de 2023.

parece se aproximar do que Latour (2013) descreveu como purificação. Saliento que tal processo de purificação não é apenas aquele relativo à purificação química, de isolar uma substância de outras substâncias, elementos ou impurezas, que descrevi anteriormente, especialmente a partir dos trabalhos de Raphael Mechoulam. Aqui, trato da purificação (da qual a tal purificação química faz parte) dentro do contexto utilizado por Latour (2013, p. 16), como uma das práticas que caracterizam o que o autor descreve como Modernidade e/ou moderno. A modernidade seria, assim, caracterizada por dois conjuntos de práticas excludentes, mas que “recentemente” passaram a se tornar complementares. O primeiro conjunto, o de tradução, produz “misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura” (idem). O segundo conjunto, o de purificação, é responsável pela criação de “duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a de não-humanos, de outro” (idem). Portanto, Latour se refere tanto à tradução quanto à purificação não apenas conceitualmente, mas como conjunto de práticas, sendo o primeiro correspondente ao que ele chamou de “redes” e o segundo correspondente ao que chamou de “crítica”.

O primeiro, por exemplo, conectaria em uma cadeia contínua a química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de Estado, as angústias dos ecologistas; o segundo estabeleceria uma partição entre um mundo natural que sempre esteve aqui, uma sociedade com interesses e questões previsíveis e estáveis, e um discurso independente tanto da referência quanto da sociedade (Latour, 2013, p. 16).

Os artigos da área biomédica parecem corresponder a essa primeira impressão, a partir de um movimento de “molecularização” da planta, próprio do processo de constituição dos medicamentos, tal como analisado por Pignarre (1999). Através da Campanha Repense visualizo a continuação de um processo de purificação da maconha já iniciado nos laboratórios desde meados do século XX. Concomitantemente a este processo de purificação (ou mesmo como parte fundamental dele), a Campanha Repense também expressa traços evidentes de processo de biossociabilidade, tal como proposto por Rabinow (1999) e trabalhado por outros autores (Rose, 2013), em que condições biológicas (em termos de alguma precariedade, advindo de modo ‘externo’, do meio – como no caso das pessoas afetadas pelo acidente nuclear de Chernobyl – ou ‘interno’, resultante de algum problema genético) se tornam a base para ações políticas. Trata-se, no entanto, de uma purificação recente (refiro-me a essa purificação da maconha em

seu sentido molecular, altamente dependente da técnica, dos avanços científicos que permitiram o isolamento de moléculas da planta e de sistemas específicos no corpo humano), pois a transformação da maconha em droga a partir de diferentes estratégias de controle, regulação e interdição também correspondeu a um processo de purificação (jurídico legal, científico, social, etc.) desde o início do século XX. Além disso, tal processo de purificação da maconha em cannabis no âmbito científico, embora não possa ser necessariamente considerado como uma continuidade dos usos medicinais que se faziam antes do século XX e mesmo depois (já com a campanha de “difamação”, por assim dizer, ao situá-la “apenas como droga”) também partiu de diferentes evidências históricas e cotidianas de que “alguma coisa” presente naquela planta provocava dadas reações no corpo humano.

A Campanha Repense, a consolidação das associações de pacientes e os eventos aqui descritos parecem se estruturar fundamentalmente a partir de um discurso científico que purifica a maconha em cannabis medicinal (o CBD, o THC, etc.), separando esta última de toda e qualquer relação com a primeira. É importante destacar que essa maconha purificada é também uma forma já “purificada” da planta, ao longo do século XX, através do conjunto de políticas que apresentei como proibicionistas, articuladas entre Estado, medicina, ciência, justiça, economia, cultura e uma série de campos que a tornaram amplamente reconhecida como droga. Assim, trata-se de um novo processo de purificação. Por isso, ressalto que para compreender esta transformação é preciso retomar a planta como um híbrido ainda não purificado e como as redes constituídas em torno dela trabalham para fazê-la circular entre os distintos campos referidos e de acordo com interesses específicos dos agentes envolvidos.

A Ciência e o discurso científico são mobilizados para legitimar algo que até recentemente era visto apenas como negativo, mas que se torna uma chave para que a campanha possa se dirigir a um público amplo e que, em um primeiro momento, é imaginado como possuindo uma imagem negativa em relação à planta. Quem a campanha precisa “trazer” para “seu lado” e de que formas isso é realizado foram algumas das questões que pretendi analisar a partir do que foi exposto. De modo objetivo, a pergunta que procurei responder foi: é possível pensar a veiculação da Campanha Repense como parte de um processo contemporâneo e emergente de purificação discursiva da maconha em diferentes campos, tais como o científico,

legal, moral e econômico, entre outros? Quais seriam as características dos sujeitos aos quais a campanha se endereça e em que tipos de sujeitos ela pretende transformá-los? E como?

Minha pesquisa procurou desenvolver e problematizar a produção de sujeitos a partir da veiculação da pedagogia da cannabis movida por questões tais como: a quem se endereça os materiais produzidos no âmbito da Campanha Repense (e mesmo para além dela) considerando a existência da pedagogia da cannabis? O que a operação de purificação da maconha em cannabis visa desde os materiais veiculados através das campanhas do uso terapêutico da planta? Há exclusão de sujeitos na purificação operada pela pedagogia da cannabis?

A partir do que foi apresentado e visto aqui, é possível perceber que é desde uma rede orientada pela racionalidade científica, sobretudo encabeçada pela área médica, que está fundamentada a pedagogia da cannabis. Apesar da heterogeneidade que compõem a rede, as estratégias que estruturam a Pedagogia da Cannabis estão atreladas ao reconhecimento estabelecido pela área médica e pela aura científica. São estes os elementos capazes de atuar na purificação da maconha no sentido de transformá-la, ao menos para o público não iniciado na cultura canábica (Veríssimo, 2017) e na cannabis medicinal.

Athos Vieira (2020), no artigo *Maconha e raça: impactos da regulamentação do mercado no Colorado*, argumenta que, isoladamente, a regulamentação da maconha não irá resolver a racialização que guia a atividade policial e o sistema de justiça penal nos Estados Unidos. A análise do autor sugere que o mercado regularizado e a purificação da maconha em cannabis não eliminam o cenário de dois séculos de institucionalização de práticas que são sobretudo racistas (Vieira, 2020, p. 30).

Seguindo Camozzato, considero que o contexto descrito – o da crise dos relatos e da emergência da perspectiva pós-moderna tensionando os ideais iluministas – fornece elementos para discutir e suspeitar de uma pedagogia idealizada, única e universal para pensar pedagogias “que proliferam, principalmente, com as transformações no estado da cultura advindas com a condição pós-moderna” (Camozzato, 2012, p. 24). Assim, a noção de pedagogia do presente, proposta pela autora (Camozzato, 2014) ganha relevância nesta tese, pois considero que a pedagogia da cannabis deve ser compreendida desde as

transformações que atingiram a produção de conhecimento no século XX, a qual possibilita a referida proliferação de pedagogias.

Pedagogias, no plural, ao invés de uma pedagogia no singular, operam um movimento semelhante ao da virada linguística que deslocou “a” Linguagem e “a” Cultura também para os seus respectivos plurais (Veiga-Neto, 2003). Esse deslocamento abrange dimensões epistemológicas, políticas e de poder que colocam em xeque o paradigma da Modernidade, fundamentado em um sentido predefinido que se direciona à verdade, à razão e ao progresso encabeçados pela ciência. A Modernidade, mais do que um tempo histórico, foi um projeto que procurou produzir determinados tipos de sujeito ao passo que também se encarregou de excluir sujeitos indesejados a partir de uma série de mecanismos que foram aprimorados nos últimos séculos (Costa, Silveira e Sommer, 2003; Veiga-Neto, 2003). O colonialismo talvez seja o exemplo mais representativo do projeto Moderno. A virada linguística e a virada cultural trataram de demonstrar o quanto a Modernidade foi um projeto que atendeu interesses geograficamente localizados (produzindo exclusão também dentro do contexto localizado) e que previa adequar “o resto” do mundo ao seu projeto (Veiga-Neto, 2003).

Assim, e retomando o conceito de dispositivo pedagógico (Fischer, 1997, 2002) e de pedagogias culturais, entendo que o material reunido demonstra a existências de um conjunto de estratégias articuladas por diferentes atores, oriundos de diferentes campos e áreas do conhecimento e nos permite falar que o endereçamento desses diferentes produtos visa determinados sujeitos que são antes de tudo imaginados, portanto, produzidos. Esse fenômeno da produção de sujeitos não se efetiva de maneira unidirecional e meramente passiva por parte dos sujeitos. Portanto, considero que tais movimentos que visam a regulamentação dos usos da maconha são acompanhados por processos próprios do campo da educação e da formação de sujeitos.

Em seu trabalho, *Governo ético-político de usuários de maconha*, Tiago Ribeiro (2016) investigou a partir de um fórum virtual ([www.growroom.net](http://www.growroom.net)) as formas de constituição e de subjetivação dos usuários de maconha em que constatou a presença de tecnologias de governo ético-político na formação de tais sujeitos. As referidas tecnologias de governo apontaram uma subjetividade “maconheira” fora da grade constituída em torno do viés político e estatal do proibicionismo, que

historicamente situou os usuários de maconha dentro da lógica criminal e patológica. Em seu trabalho, Ribeiro (2016) articulou tais processos de subjetivação a partir das racionalidades e tecnologias liberais descritas por Foucault (2008), em que o sujeito usuário de maconha emerge como autocontrolado e gestor de si. Em uma outra direção, procuro apontar as constituições de sujeitos possíveis através da Campanha Repense, dos discursos científicos e biomédicos, das associações de pacientes e dos eventos e cursos que considero compor um processo próprio, que também conforma processos de educação e de constituição de subjetividades. Como pretendi demonstrar até aqui, tais sujeitos são usuários, potenciais usuários, familiares de usuários, além de um público amplo, convidado a “repensar” a maconha/cannabis. Portanto, desponta ainda a possibilidade de descrever os processos de subjetivação que se desenrolam a partir dos diferentes “nomes” que a planta pode receber ou apresentar, como maconha ou cannabis medicinal.

Um dos desdobramentos deste novo processo de purificação da maconha como medicamento parece estar presente na fala do médico e psiquiatra Antônio Zuardi, que, em entrevista veiculada na Revista Pesquisa Fapesp, afirmou que *“ações como a marcha da maconha têm um efeito pequeno”, pois, “a indústria percebeu que há um mercado, e essa pressão é muito mais forte”*<sup>87</sup>. Aqui, há uma desvinculação do que se tenta fazer para regulamentar a cannabis do que se tenta fazer para regulamentar o uso da maconha, pois as marchas são associadas aos movimentos antiproibicionistas que pautam desde o uso adulto/recreacional/responsável da maconha até a discussão que trata das desigualdades raciais, étnicas e de classe aprofundadas pelo paradigma proibicionista de enfrentamento e de “guerra às drogas”. Assim, pode-se entender que, embora num primeiro momento, tanto a marcha da maconha quanto as associações reunidas sob a Campanha Repense se constituam como movimentos de regulamentação do uso da maconha ou de seus produtos derivados, num segundo momento, se observa ações e atores diferentes – apesar de ainda, em grandes linhas, orbitarem em torno dos sentidos e dos usos que se pode fazer com uma planta dependendo (num primeiro e incipiente olhar) do lugar e do nome que se dá a ela.

---

<sup>87</sup> “Uma novidade milenar”. [https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-novidade-milenar/#utm\\_source%3Dinstagram%26utm\\_medium%3Dsocial%26utm\\_campaign%3DEdOnline](https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-novidade-milenar/#utm_source%3Dinstagram%26utm_medium%3Dsocial%26utm_campaign%3DEdOnline). Acesso em: novembro de 2023.

Antônio Zuardi, como demonstrei anteriormente, fala desde um lugar privilegiado e legitimado por sua profissão e pelo discurso científico. A rede que se articula em torno dele, dá sentido a ações como as da Campanha Repense e das associações de pacientes, mas também de uma indústria que percebeu um mercado, cuja pressão (como um dos atores com maior poder econômico – para se dizer o mínimo – frente aos demais atores) é enorme e visualiza a possibilidade de atingir quantias bilionárias através da extração de biovalor e do comércio dos diferentes produtos derivados da maconha. No entanto, as associações, que se valem igualmente do discurso científico para legitimar suas práticas, possuem interesses distintos ao da indústria e buscam meios de regulamentar a planta para produzir o óleo para seus membros de forma mais acessível e imediata.

Os que se referem à maconha purificada como droga reconhecem que “a fronteira que separa a maconha da *cannabis medicinal* não existe”, como manifestou o médico e deputado federal Osmar Terra, na já mencionada sessão do dia 26 de novembro de 2019 da Comissão Especial que discutiu o PL 399/2015 (atualmente em vias de ser votado na Câmara dos Deputados). Se não existe fronteira, ela só pode ser uma coisa ou outra e, quando articulada em uma fala de Osmar Terra, ela é uma droga. A designação da maconha como droga está alinhada à maneira como o deputado e ex-ministro pauta suas ações políticas, a partir do “*enfrentamento*” e do “*tratamento do dependente químico*”<sup>88</sup>. Nesta linha, é preciso concordar (parcialmente) com o deputado, pois a fronteira é fruto do trabalho de purificação que produz a planta ora como droga, ora como medicamento.

Contudo, ao tratar a maconha como um híbrido, a fronteira pode ser borrada, apagada, ou melhor, se tornar constante negociada, fazendo emergir as redes que a mobilizam a partir de diferentes pontos. Aqui parecemos estar nos aproximando novamente da noção grega de *phármakon*, de que uma substância pode operar de modo distinto dependendo da forma como é agenciada. Conforme Policarpo (2019, p. 144), ao falarmos de um uso medicinal da *cannabis*, estamos diante de uma “construção de uso específico” que precisa ser diferenciado de outros (os usos que se faz da planta enquanto droga) e essa diferenciação passa por determinados

---

<sup>88</sup> “O Brasil finalmente tem uma política séria para o enfrentamento das drogas”. Ver: <https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/o-brasil-finalmente-tem-uma-politica-seria-para-o-enfrentamento-das-drogas-afirmou-o-ministro-osmar-terra>. Acesso em: novembro de 2023.

sujeitos e se fundamenta em determinados conceitos. São, portanto, os usos sociais que a constituem, ora como droga, ora como medicamento, e é percorrendo a rede que pretendo sair desta aparente dicotomia para me situar em algum lugar no meio do caminho, no “centro” (Latour, 2004), onde a planta tem seus diferentes usos e sentidos disputados. Por fim, e conforme Latour (2012), não tomar a maconha como droga ou medicamento, já de forma objetificada e classificada em tal ou qual categoria, mas a partir da rede, o que torna possível fazer da maconha ambas as coisas (mais do que uma ou outra).

Este emaranhado de acontecimentos que apresento para, de certo modo, dar a ver os andaimes desta pesquisa pretende demonstrar os diferentes fios, laços e conexões que, por mais que pareçam distintos e afastados, articulam, de diferentes modos, ciência, política, economia, sociedade, cultura, Estado, entre outros. Portanto, ainda que o discurso científico possa ser compreendido como elemento de fundamental importância para o recente processo de purificação da maconha, sua objetividade, neutralidade e autonomia são apenas aparentes em relação a outros campos. Como destacou Fiore (2018), os diferentes usos de drogas e suas interdições (ou não), ainda que passem pelo “filtro” das evidências científicas, dificilmente podem ser desacopladas de escolhas e decisões de outros campos, que, no caso das ditas “drogas”, são diretamente influenciadas por critérios morais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula Deporte de. **Pedagogias culturais – uma cartografia das re(invenções) do conceito**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2016.

ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção, disseminação e usos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, e157950, 2017.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRANDÃO, Helena. Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. Como um problema se torna público? Anotações pragmatistas a partir da marcha da maconha no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, nº 25, p. 45-73, 2019.

\_\_\_\_\_. Do lugar de maconheiro ao corredor dos movimentos sociais: a Marcha da Maconha em Recife. **Teoria e Cultura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, Juiz de Fora, v. 15, nº2, jul., p. 74-91, 2020.

CAMOZZATO, Viviane. **Da pedagogia às pedagogias – formas, ênfases e transformações**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre. 2012.

\_\_\_\_\_. Pedagogias do presente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 579-593, abr./jun., 2014.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 55, n. 4, p. 314-317, 2006.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, ago., p. 36-61, 2003.

COURTWRIGHT, David T. **Forces of habit: drugs and the making of the modern world**. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2002.

DE PETROCELLIS, Luciano; DI MARZO, Vincenzo. Na introduction to the endocannabinoid system: from the early to the latest concepts. **Best Practice & Research Clinical Endocrinology & Metabolism**, v. 23, n. 1, p. 1-15, 2009.

ELLSWORTH, Elizabeth. **Modos de endereçamento**: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2002.

\_\_\_\_\_. **Historia elemental de las drogas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2014.

FIORE, Maurício. **Uso de “drogas”**: controvérsias médicas e debate público. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Escolhas morais e evidências científicas no debate sobre política de drogas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, v. 18, p. 47-52, 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 18-37, jul./dez., 1995.

\_\_\_\_\_. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 59-80, jul./dez., 1997.

\_\_\_\_\_. Foucault e análise do discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov., 2001.

\_\_\_\_\_. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun., 2002.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FRANCISCHETTI, Emilio Antonio; ABREU, Virginia Genelhu de. O sistema endocanabinóide: nova perspectiva de controle de fatores de risco cardiometabólico. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 87, n. 4, p. 548-558, 2006.

GALINDO, Dolores Cristina Gomes; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; VILELA, Renata; GARCIA, Bruna. Medicalização e governo da vida e subjetividades: o mercado da saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 346-365, maio, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HACK, Rafael Fernando. **Foucault, a modernidade e o sujeito**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez., 1997.

\_\_\_\_\_. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HILLESHEIM, Betina. Políticas públicas e educação: desdobramentos para a pesquisa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10. N. 3, p. 788-796, 2015.

HYPOLITO, Laura Girardi. **A regulação do mercado da maconha como alternativa à proibição**: um estudo do caso uruguaio. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, Porto Alegre, 2018.

IGNÁCIO, Vivian Tatiana Galvão; NARDI, Henrique Caetano. A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 88-95, 2007.

KARAM, Maria Lucia. A lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz C.; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). **Drogas e Cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, p. 105-120, 2008.

LABATE, Beatriz C.; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). **Drogas e Cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

LANÇAS, Vinícius Ramos. **De usuário a ativista, o movimento anti-proibicionista através da Marcha da Maconha no Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018.

LATOUR, Bruno. Por uma antropologia do centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 397-413, out., 2004.

\_\_\_\_\_. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; Bauru, SP: EDUSC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LUBENOW, Jorge Adriano. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 10, p. 103-124, 2007.

LUZ, Madel Therezinha; FERLA, Alcindo Antônio; MACHADO, Anderson dos Santos; DALL'ALBA, Rafael. Retórica na divulgação científica do imaginário de vida e saúde: uma proposta metodológica de análise. **Interface: comunicação, saúde, educação**. Botucatu. Vol. 21, n. 61 (abr./jun.), p. 333-347, 2017.

MACHADO, Anderson dos Santos; LUZ, Madel Therezinha. O cérebro midiaticizado: imagens do corpo e da vida na cultura contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, nº 46, set./dez., p. 364-390, 2017.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio A. **Rodas de fumo**: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: EDUFBA/CETAD, 2004.

MALCHER-LOPES, Renato; RIBEIRO, Sidarta. **Maconha, cérebro e saúde**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

MARTIN, B.; MECHOULAM, R.; RAZDAN, R.K. Discovery and characterization of endogenous cannabinoids. **Life Sciences**, v. 65, n. 6-7, p.573-595, 1999.

MECHOULAM, R., SHVO, Y. Hashish - I: the structure of cannabidiol. **Tetrahedron**, vol. 19, n. 12, p. 2073-2078, 1963.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **Pedagogia e governamentalidade ou da Modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

NOVAS, Carlos. The political economy of hope: patients', organizations, science and biovalue. **BioSocieties**, n. 1, p. 289-305, 2006.

O'CONNELL, Brooke K; GLOSS, David; DEVINSK, Orrin. Cannabinoids in treatment-resistant epilepsy: A review. **Epilepsy & Behavior**, 70, p. 341-348, 2017.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PIGNARRE, Philippe. **O que é o medicamento?**: um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem de poder. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana. “Dignidade”, “doença” e “remédio”: uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. **Antropolítica – Revista contemporânea de Antropologia**, n. 47, p. 143-166, 2019.

POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos; FIGUEIREDO, Emilio. A “fumaça do bom direito”: demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro. **Platô: Drogas & Políticas**. Revista da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 13-38, set., 2017.

RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo: da sociologia à biossociabilidade. In: RABINOW, Paulo. **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 135-157, 1999.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho**, n. 24, p. 27-57, abr., 2006.

REZENDE, Bismarck; ALENCAR, Allan Kardec Nogueira; BEM, Grazielle Freitas de; FONTES-DANTAS, Fabrícia Lima; MONTES, Guilherme Carneiro. Endocannabinoid system: chemical characteristics and biological activity. **Pharmaceuticals**, v. 16, n. 2, p. 1-20, 2023.

RIBEIRO, Tiago Magalhães. **Governo ético-político de usuários de maconha**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

ROCHA, Paulo. **Os agentes da morte**: fumo, álcool e tóxicos. Porto Alegre: Metrópole, 1983.

RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: Editora Educ/Fapesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Narco tráfico**: uma guerra na guerra. São Paulo: Desatino, 2012.

ROSA, Pablo Ornelas. **Drogas e biopolítica**: uma genealogia da redução de danos. 2012. 373 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

ROSE, Nikolas; NOVAS, Carlos. Biological citizenship. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen. **Global Assemblages**: technology, politics and ethics as anthropological problems. Malden, MA: Blackwell Publishing, p. 439-463, 2005.

ROTONDARO, Tatiana. Novos projetos de cidadania biológica: a (re)construção racial dos selves neuroquímicos. **Revista Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 163–178, 2016.

SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de negro”**: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890 – 1932). Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013.

SAITO, Viviane M.; WOTJAK, Carsten T.; MOREIRA, Fabrício A. Exploração farmacológica do sistema endocanabinoide: novas perspectivas para o tratamento de transtornos de ansiedade e depressão?. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 32, Supl. I, p. 7-14, 2010.

SEDDON, Toby. **A history of drugs**: drugs and freedom in the liberal age. Routledge: Abingdon, 2010.

\_\_\_\_\_. Markets, regulation and drug law reform: towards a constitutive approach. **Social & Legal Studies**, v. 29, n. 3, p. 313-333, 2020.

SEDDON, Toby; FLOODGATE, William. **Regulating Cannabis**: a global review and future directions. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SINGH, Ilna. Not just naughty: 50 years of stimulant drug advertising. In: TONE, A. WATKINS, E.S. **Medicating Modern America** – prescription drugs in history. New York: New York University Press, 2006.

SOUZA, Guilherme Maltez. **Dispositivo pedagógico e regulação cultural no discurso antiproibicionista da maconha**: análise no jornal Folha de S. Paulo entre 2009 e 2013. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2017.

SOUZA, Guilherme Maltez; SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Processo de medicalização da planta cannabis sativa. In: CECCIM, Ricardo Burg; FREITAS, Cláudia Rodrigues de (org.). **Fármacos, remédios, medicamentos**: o que a Educação tem com isso?. Porto Alegre: Rede Unida, p. 278-305, 2021.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. EDUFBA: Salvador, 2015.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2016.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins; RIBEIRO, Thiago Magalhães. Governamentalidades e usos de drogas no Brasil. **Argumentum**, v. 7, n. 1, p. 39-54, jan./jun., 2015.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz C.; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, p. 41-63, 2008.

VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; RAMOS, Flávia Regina Souza. Tecnofarmacologia: implicações naquilo e daquilo que a enfermagem faz em terapia intensiva. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 168-176, jan./mar., 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, ago., p. 5-15, 2003.

\_\_\_\_\_. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VERÍSSIMO, Marcos. **Maconheiros, fumons e growers**: um estudo comparativo do consumo e cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

VIEIRA, Athos. Maconha e raça: impactos da regulamentação do mercado no Colorado. **Platô: drogas & políticas**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 9-38, nov. 2020.

WALDBY, Catherine. **The visible human project: informatic bodies and posthuman medicine**. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2000.

\_\_\_\_\_. Stem Cells, Tissue Cultures and the Production of Biovalue. **Health**. n. 6, v. 3, p. 305-323, 2002.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos culturais da ciência & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZUARDI, Antonio W. History of cannabis as a medicine: a review. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 153-157, 2006.

\_\_\_\_\_. Cannabidiol: from an inactive cannabinoid to a drug with wide spectrum of action. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 30, n. 3, p. 271-280, 2008.